

Privatizações

A fúria privatizadora do PS chegou à área autárquica e tem no processo de concessão a privados dos Serviços Municipalizados de Setúbal um exemplo elucidativo.
Pág. 18



■ Francisco Lopes

O Euro e as cruzadas

A moeda única é um instrumento de um projecto político visando a construção de uma Europa Federal com a consequente perda da soberania nacional.

■ Lino de Carvalho

Pág. 19

Afirmar a igualdade

Mulheres manifestam-se a 8 de Março

A afirmação da necessidade da concretização da igualdade tem sido uma constante. Mas, que diz a realidade?

■ Rosa Xisto

Pág. 22

Segurança Social (II)

Apesar das «boas» declarações dos sucessivos governos, incluindo o actual, as dívidas das empresas à Segurança Social continuam a aumentar.

■ Eugénio Rosa

Pág. 24

Cuba Impressões de viagem

... Um sentimento de solidariedade acrescida e renovadas forças para continuar a luta por uma sociedade mais justa – o socialismo.

■ Carlos Luís Figueira

Págs. 20 e 21

ÚLTIMAS

Revisão Constitucional

PS e PSD pretendem substituir os trabalhos normais da Comissão de Revisão Constitucional por negociações de bastidores.

■ Declaração de Luís de Sá

Pág. 32

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 20 de Fevereiro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1212 • Director: Carlos Brito



Por uma maternidade feliz ■ Foto de Eduardo Gageiro

Hoje, aborto em debate na Assembleia da República

Despenalizar

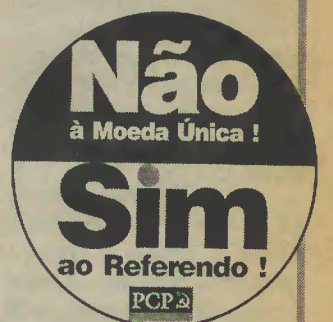
Agendado por iniciativa do PCP, o debate incidirá sobre o projecto dos comunistas, e os da JS e de um deputado do PS. Um colóquio promovido na passada semana pelo Grupo Parlamentar do PCP, que contou com a presença de Carlos Carvalhas, reuniu o consenso de várias personalidades, e de representantes de organizações políticas e sociais, concluindo sobre a necessidade urgente de despenalizar a interrupção voluntária da gravidez.

Págs. 5 e 6

A BSE é uma doença Thatcheriana

Centrais

Carlos Carvalhas sobre a moeda única
Governo tem medo da consulta popular



Pág. 7



Pavilhão comemorativo dos 66 anos do «Avante!», na Praça da Figueira, em Lisboa

RESUMO

12 Quarta-feira

Os camionistas portugueses cortam a IP5, perto de Vilar Formoso, com o objectivo de impedir a circulação de pesados. Mais tarde, registam-se novos confrontos com a GNR ■ Uma jornalista é detida no local de trabalho por alegada violação do Segredo de Justiça ■ Devido à causa de Timor-Leste, Portugal levanta objecções ao projecto de declaração final da reunião ministerial da UE com a ASEAN ■ Vêm a público notícias de revoltas no Bornéu, na Indonésia ■ Na Bulgária, toma posse um novo Governo interino... ■ ... e no Equador, Fabian Alarcón é designado pelo Congresso Presidente interino ■ O Parlamento sérvio reconhece a vitória da oposição em alguns círculos eleitorais.

13 Quinta-feira

Carlos Carvalhas participa na inauguração da exposição com que, na Praça da Figueira, a Organização da Cidade de Lisboa do PCP assinala o 66º aniversário do *Avante!* ■ No Parlamento, realiza-se o debate sobre a Moeda Única ■ O deputado comunista João Amaral faz um requerimento ao Governo sobre os serviços secretos ■ Os alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL invadem o Senado da Universidade para reclamar a entrega dos diplomas aos alunos que não pagaram as propinas em 93/94 ■ Os alunos do ISCAL concentram-se junto ao Ministério da Educação para protestar contra a comissão de gestão ■ Os taxistas espanhóis ameaçam juntar-se ao protestos dos camionistas ■ Na Albânia, a violência alastra na cidade de Vlore depois da morte de um polícia ■ O Tribunal de Arbitragem Internacional decide que a cidade de Breko, no norte da Bósnia, será entregue aos sérvios bósnios ■ Em Toulon, na França, realiza-se uma manifestação contra a extrema-direita.

14 Sexta-feira

O PCP organiza um debate na Assembleia da República sobre a interrupção voluntária da gravidez ■ O secretário-geral do PCP participa numa sessão sobre a Moeda Única ■ Os trabalhadores das indústrias eléctricas cumprem greve, registando-se adesões significativas... ■ ...enquanto os funcionários da Siderurgia Nacional iniciam uma greve de três dias ■ Hugo Inácio, o autor do disparo do «very-light» que matou um homem no Estádio do Jamor, é condenado a quatro anos de prisão por homicídio por negligência ■ Os camionistas espanhóis prosseguem a greve ■ Termina a reunião entre a UE e a ASEAM ■ Continuam as manifestações na Albânia ■ O parlamento checo aprova a declaração de reconciliação com a Alemanha.

15 Sábado

Carlos Carvalhas intervém na 7ª Assembleia Concelhia de Loures do PCP ■ Centenas de camionistas portugueses atravessam a Espanha, sem sofrerem retaliações dos grevistas espanhóis ■ Depois de se encontrar com o ministro australiano dos Negócios Estrangeiros, Ramos Horta diz que a Austrália continua intransigente quanto ao reconhecimento da soberania de Timor ■ Milhares de mulheres turcas protestam nas ruas de Ancara contra a política do Governo e a lei islâmica ■ A cidade de Mostar, na Bósnia, é palco de duas explosões com origem indeterminada.

16 Domingo

António Guterres inicia uma visita oficial a Cabo Verde ■ Os mineiros alemães organizam uma cadeia humana com cem mil quilómetros de comprimento, como forma de protesto contra o encerramento de sete minas de carvão ■ Delegações palestinas e israelitas retomam as negociações sobre o alargamento da autonomia na Cisjordânia ■ Na República da Jugoslávia, a oposição sérvia suspende a realização de manifestações em Belgrado.

17 Segunda-feira

Em Elvas, os agricultores bloqueiam a Estrada Nacional 4, protestando contra a penalização de 45 por cento aplicada aos produtores de culturas arenses de regadio ■ A CGTP-IN e a UGT anunciam a adesão a uma jornada de combate ao desemprego marcada para Maio pela Confederação Europeia de Sindicatos ■ Alguns deputados do PS sentem-se indignados com as declarações de António Guterres em que este se afirma contra a liberalização do aborto, e recordam que em 1982 o actual primeiro-ministro votou a favor de uma lei idêntica ■ Começa a terceira ronda de negociações entre o Governo espanhol e os representantes dos camionistas ■ Um atentado da ETA mata um polícia em Bilbao.

18 Terça-feira

Jorge Sampaio é recebido em Macau com críticas da parte do seu Governador, Rocha Vieira ■ Carlos Carvalhas participa de uma acção de rua de esclarecimento sobre alterações à lei da Interrupção Voluntária da Gravidez... ■ ... que divide as bancadas do PS e do PSD ■ O ministro Alberto Costa anuncia que a nova lei Orgânica da PSP vai substituir o Comando-Geral por Direcção-Geral ■ Milhares de zairenses fogem de Bukavu, depois dos ataques da aviação governamental contra cidades em poder dos rebeldes ■ Kissinger defende relações com a China ■ Surto de meningite lança o pânico em Espanha.

EDITORIAL

Desígnios

O dirigente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa – vulgarmente tratado em alguma comunicação social por «líder da oposição» – deu recentemente uma entrevista ao «Público», na qual, e apesar de considerá-la, ele próprio, uma «boa entrevista», mais não fez do que dizer «apenas o que toda a gente sabe».

A expressão é do próprio MRS. E quereria assim significar, embora continuando a envergar a máscara de opositor, que a sua postura em relação ao Governo é a de um aliado de peso.

Com efeito, a entrevista destinava-se, mais uma vez, a assegurar que «o PSD não criará crises políticas que ameacem a entrada no euro». Marcelo Rebelo de Sousa adiantou ainda que já havia sublinhado em anteriores declarações: «Se a realização do objectivo do euro implicar a inexistência de uma crise governamental, se, para não haver uma crise governamental, for necessário viabilizar o Orçamento, nessa altura tudo faremos para que não haja crise.»

Não há declaração mais lapidar. MRS mergulha a fundo nos «desígnios nacionais» brandidos pelo chefe do Governo. Tal declaração, lembrada pelo líder do PSD, não se referia ao Orçamento de Estado que se encontra em vigor, mas sim ao de 1998. O que dá pelo menos dois anos de tranquilidade ao executivo de Guterres.

Mas tranquilidade para quê?

Já nem vamos sublinhar o facto de que um Orçamento aprovado é meio caminho andado (é muito mais que isso!) para escorar toda uma política. Aí se inscrevem os números que são verdadeiras escolhas políticas do Governo, que conta com os dinheiros públicos para os atribuir a públicas despesas. E um Orçamento, isto é, a escolha política em termos de receitas e despesas, só pode ser levado à prática com o apoio de uma maioria ou, pelo menos, com o consentimento dela. A viabilização do OE de 1997 que o PSD concedeu não se compadece com o fingimento da apresentação de propostas na especialidade, que fez para se mascarar de oposição. Chumbadas estas, o PSD «não alterou o sentido de voto», recorda MRS, acrescentando que assim procedeu «com sentido de responsabilidade».

Cabe, de facto, também ao PSD, a responsabilidade do Orçamento vigente. Mas, como se tal não bastasse, Marcelo acena a Guterres com a segurança do seu apoio, garantindo que irá abster-se de criar crises políticas. Isto porque o euro, a moeda única, o «desígnio nacional», não pode perigar.

Esta garantia de tranquilidade acaba, no fim de contas, por deixar ao Governo do PS as mãos livres. Mas apenas e tão-só com o objectivo de que Guterres prosiga e leve a cabo o essencial da política que o PSD encetara com Cavaco Silva. Uma política determinada por Maastricht e pelos critérios da moeda única que ambos os partidos estão de acordo em aprofundar e cujas consequências nefastas o Secretário-geral do PCP mais uma vez apontou, intervindo na sessão pública rea-

lizada na passada sexta-feira, no CT Vitória, em Lisboa. Tais consequências são, sublinhou Carlos Carvalhas – «mais desemprego, mais subemprego, mais trabalho precário, mais falências, maior debilidade do nosso aparelho produtivo».

Esta convergência entre o PS e o PSD – na qual participa o CDS/PP, servindo de contrapeso no jogo de *abs-tens-te tu, voto eu* – revela que, como disse ainda Carvalhas, «nas questões fundamentais, mais estruturantes, ou seja, na política macroeconómica, em relação às privatizações, à concentração de riqueza, à política fiscal e orçamental, não há grandes diferenças entre os dois partidos». Não é, de facto, «por o Partido Socialista ter o nome de Socialista que torna melhor aquilo que era péssimo com o PSD».

O «desígnio nacional» de Guterres é, assim, o desígnio de toda a política de direita.

O «desígnio nacional» de Guterres é, assim, o desígnio de toda a política de direita.

Esta política, submetida «a critérios que dificultam o nosso crescimento e o aproveitamento dos nossos recursos, com consequências dramáticas nas condições sociais», não recolhe apenas o protesto dos comunistas, como numero-

sas lutas provam com vigor em todo o País. Suscitam um crescente mal-estar entre os socialistas, onde começam a surgir vozes críticas.

E não é só no domínio das medidas económicas, mas também em variadas questões sociais que se vem manifestando o desagrado pela crescente convergência entre a liderança do PS e do PSD.

Intervindo, em vésperas do debate sobre os projectos de lei da Interrupção Voluntária da Gravidez que sobem hoje a plenário por iniciativa do PCP, Guterres não se coíbiu de escandalizar os seus companheiros de partido, declarando há dias, em entrevista, que, «se fosse deputado, votaria contra os projectos do PCP e da JS».

Guterres preferiu esquecer a posição que assumiu há 15 anos, quando votou um projecto da mesma natureza, da iniciativa do Partido Comunista Português. Uma pesada amnésia, provavelmente em resultado da acentuada convergência que mantém com a direita, leva-o hoje a produzir declarações que o colocam a par dos que pretendem a todo o custo retirar ao debate a elevação e a serenidade que este solicita, e a alinhar na hipocrisia que o PCP denuncia e combate.

Neste combate contra a hipocrisia – e sobretudo naquele que o PCP dinamiza no sentido do esclarecimento da necessidade de fazer aprovar um diploma visando despenalizar a IVG e defender as mulheres portuguesas do flagelo que é o aborto clandestino – os comunistas não estão sós. Como o prova a receptividade às iniciativas de esclarecimento levadas a cabo, nomeadamente a que antontem teve lugar na Baixa de Lisboa. Como o prova a participação diversificada de destacadas e qualificadas personalidades e de representantes de numerosas organizações políticas e sociais no colóquio organizado há dias pelo Grupo Parlamentar do PCP na Sala do Senado da Assembleia da República e que noticiamos nas páginas do nosso jornal.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de renovação:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continentes e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00	50 números: 46 100\$00
25 números: 4 200\$00	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
EUROPA	50 números: 33 850\$00
50 números: 28 600\$00	* IVA e portes incluídos
Nome _____	
Morada _____	Telef. _____
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

O «top» ministro

No passado domingo, a sondagem mensal da SIC sobre a cotação dos Ministros colocava o Prof. Sousa Franco à frente de todos os outros nos itens da honestidade (mas apenas com 10% de opiniões nesse sentido) e da competência (mas apenas com 16% de opiniões desse tipo).

Só falamos disto por causa do que vem a seguir, já que estes números sobre Sousa Franco (e sobre outros Ministros) são completamente despiçados face a dois outros resultados - verdadeiramente aterradores - desta sondagem.

É que 72% dos inquiridos consideraram não haver nenhum ministro honesto e 54% não haver nenhum ministro competente!

Por nós, não nos custa nada a aceitar que o Prof. Sousa Franco seja de uma honestidade pessoal a toda a prova e seja profissional ou tecnicamente muito competente.

Mas para que se comece a perceber melhor que a honestidade pessoal e a competência técnica são critérios curtos para avaliar governantes porque não abrangem a orientação das políticas que realizam, deve ser registado que o Prof. Sousa Franco, de par

com umas reservas formais, acaba de considerar o célebre acordo do Estado com Champalimaud como inserido numa «prática mais do que normal e perfeitamente legal».

Temos assim que o honestíssimo e competentíssimo Ministro das Finanças acha normal e perfeitamente legal o acordo patrocinado por Cavaco Silva, Braga de Macedo e Elias da Costa que ofereceu à socapa 16,5 milhões de contos a António Champalimaud no dia a seguir à compra por este da Mundial Confiança por 17 milhões de contos, o que pela técnica de aumentos de capital e outras engenharias financeiras lhe permitiu comprar de seguida o Pinto & Sottomayor e depois o Totta & Açores. E temos assim que a honestidade pessoal e a competência do Prof. Sousa Franco coexistem alegremente não apenas com a exaltada fúria privatizadora do seu Governo mas também com a evidência de que Champalimaud reconstituiu o seu império não à custa do seu dinheiro mas desonestamente à custa de subvenções iniciais de dinheiros públicos. Como se encontra arrasadoramente atestado pela declaração do principal negociador do acordo (Elias da

Costa) de que, sem ele, «*Champalimaud não tinha condições objectivas [leia-se «dinheiro»] para participar no processo de privatizações*» («Semanário» de 25.1.97).

Além disso, os tão citados atributos do Prof. Sousa Franco não o impedem de ter reagido à divulgação pública de que os principais bancos - coitadinhos! - também tinham recorrido ao Plano Mateus com a publicação de um comunicado onde considera essa divulgação como um acto de «*verdadeira sabotagem económica*» e determina a instauração de «*inquéritos urgentes*», «*medidas disciplinares, criminais ou de outra natureza que se revelem necessárias*».

E está-se mesmo a ver que o honestíssimo, competentíssimo e rigorosíssimo Prof. Sousa Franco teria feito publicar uma nota de similar espalhafato e indignação, caso um jornal tivesse divulgado que a Tabacaria Camélia e a Mercearia do Sr. Joaquim tinham recorrido ao Plano Mateus para pagar dívidas ao fisco.

■ Vítor Dias

Ajudas a Judas

Há duas semanas, o presidente da Câmara de Cascais viveu os mais dramáticos e perturbados momentos da sua vida: foi vítima de grave acidente mediático. Sabe-se que o acidente mediático é, para Judas, o pior de todos os acidentes. Entende-se: Judas é um produto mediático, foi a comunicação social que o moldou; que lhe esculpiu e vendeu a imagem, o discurso e a postura; que fez dele o que quis e ele queria; que há-de fazer dele o que quiser, queira ele ou não queira. Um penalti falhado por Ronaldo ou um frango dado por Vítor Baía são acidentes que os próprios não-de entender como humanos, embora arreliares, percalços. Mas um percalço mediático de Judas é pior do que isso: é o desabar de um Mundo, é a mãe de todas as tragédias, é o unimaginável - tão unimaginável como imaginar um peixe a morrer afogado por não saber nadar. Mas aconteceu: Judas afogou-se mediaticamente.

A população de Trajouce e os trabalhadores autárquicos provocaram-lhe o fatal estalar do verniz, desnudaram-no. E tudo isto com as cruéis e implacáveis câmaras de televisão a gravar e difundir a ocorrência.

Ironia das ironias: através da comunicação social progenitora de Judas, o País viu o Judas real e este, fragilizado e indefeso, soçobrou. É o fim, então? Não. Estou em crer que as horas e os dias que se seguiram ao descalabro mediático do presidente da Câmara de Cascais foram de pânico e de intensa actividade para o seu staff de imagem.

E assim se explica que poucos dias depois da tragédia, o «Diário de Notícias» tenha investido uma página inteira na tentativa de repor a imagem perdida de Judas. Entrevista com perguntas ajustadas às necessidades de resposta do presidente da Câmara e panegírico biográfico: eis os dois caminhos utilizados pela jornalista Sílvia Costa no seu esforço de redenção de Judas.

Sobre as razões do protesto da população de Trajouce ficámos a saber que não há razões, trata-se sim de «manifestações de racismo e xenofobia».

Sobre eventuais especulações imobiliárias envolvendo o PER não ficámos a saber nada: porque a jornalista não se lembrou de perguntar e Judas não sentiu necessidade de negar. Sobre as razões dos trabalhadores da autarquia... não existem, o que existe é «manipulação da CDU». Face a tão criativas explicações, a jornalista não hesitou e biografou Judas de «cidadão do Mundo, com o sindicalismo nas veias», acrescentando, numa síntese notável do biografado: «dele diz-se que tem sempre o humanismo no discurso». (Pena é que não o liberte, que o mantenha desumanizada e acorrentado ao discurso e não o passe à prática.)

Sílvia Costa e Judas, cada qual no seu galho, foram de tal forma convincentes que conquistaram o entusiasmo de José António Lima, no «Expresso». Colocando Judas bem alto no alto dos seus «Altos e Baixos», JAL deu uma preciosa ajuda à redenção mediática do autarca do PS. E embalado pela página inteira do DN, não hesitou em «demonstrar» a «coragem», a «firmeza», o «espírito dialogante», a «solidariedade»... de Judas. E também a sua «frontalidade», já que, desvenda-nos JAL, o conteúdo das respostas de Judas ao DN «não vende votos em ano eleitoral». (Afirmção que me leva a pensar que JAL se equivocou no verbo utilizado: onde se lê «vende» não deverá ler-se «compra»? ou é mesmo o que lá está que JAL quer dizer?)

Com tais ajudas, Judas pode dormir tranquilo. Razões para estarem alerta têm os trabalhadores autárquicos e a população de Trajouce e do resto do concelho.

A condição mediática de Judas está, para já, salvaguardada. O DN e o «Expresso» continuarão vigilantes. E não me admiraria se um dia destes um qualquer canal de televisão viesse também dar-lhe uma mãozinha... e uma rosa, é claro.

■ José Casanova

ANGOLA A sabotagem

O processo angolano arrasta-se ao longo dos meses e anos. Por detrás deste arrastamento há seguramente uma estratégia. Fazer esquecer a génese da presente crise para que os justos paguem em vez dos pecadores.

Fazer esquecer que se realizaram eleições e que elas deram a vitória a um partido e deixaram J. E. dos Santos a uma escassíssima percentagem de ser eleito Presidente angolano. Ora foi o total desrespeito pelos resultados eleitorais por Jonas Savimbi e a Unita que de novo pegaram em armas para impor pelas armas o que não tinham conseguido por via do sufrágio. É a partir daqui que se gera o actual conflito que se encaixa no velho conflito que dividiu a sociedade angolana.

Savimbi e a Unita foram capazes de tudo para lutar contra o governo de Angola, até de se aliarem ao regime de apartheid para de braço dado invadirem Angola... Savimbi e a Unita acreditavam que a crise económica e financeira angolana lhes poderiam dar a vitória eleitoral. Savimbi e a Unita puseram Angola a ferro e fogo para fazer apagar os resultados eleitorais das primeiras eleições livres. Depois de novo ter sido derrotado militarmente, voltou às negociações assinando de novo os Acordos de Lusaka que rapidamente passam a ser letra morta.

Apesar de lhe terem sido conferidos ministros, secretários de Estado, generais e outros oficiais, governadores, comissários, directores gerais e embaixadores, a Unita não conteve a fome de cargos e quer abocanhar mais. É uma espécie de voragem pelo poder em que nada a detém. Concordou em enviar os seus 70 deputados para Luanda até ao dia 11 de Fevereiro, mas no próprio dia renegou a palavra dada, fazendo novas exigências... Comprometeu-se a desmobilizar 70.660 homens, só que passados poucos meses desses 70.660 desmobilizados, cerca de 22.686 desertaram... A própria ONU exige que a Unita desmantele quatro centros de comandos e que forneça informações sobre os seus efectivos militares e sobre o equipamento militar do destacamento de segurança de Jonas Savimbi.

Savimbi ameaça os quadros e dirigentes que, fartos do seu autoritarismo, pretendem assumir posições mais moderadas e no caso de Fátima Roque apresentar-se, tal como estava acordado, na Assembleia Legislativa e a ocupar o seu posto de deputado. O ex-destacado dirigente da Unita, Norberto de Castro, afirma que... «a Unita é uma orquestra a uma só voz, em que é proibido pensar».

A crise social, económica e política agrava-se em Angola. O FMI e o BM não perdoam e impõem condições draconianas que representam sacrifícios ainda mais pesados para o povo angolano. Aumentam os fenómenos típicos desta situação que vão desde a corrupção até à violência e delinquência graves. Savimbi e a Unita jogam nesse tabuleiro. Tentam fazer com que o governo venha a pagar os custos de uma política antipopular para se alcandorem ao poder e imporem uma outra política ainda mais dramática para o povo e a nação angolanos.

Os Estados Unidos e outras potências sabem que nestas condições podem exigir mais e mais. E é isso que fazem. Em vez de usarem todo o seu peso para fazer a Unita respeitar as decisões do Conselho de Segurança da ONU, vão deixando apodrecer a situação em nome dos processos de reajustamentos estruturais, da globalização da economia e das normas do mercado.

Ao cabo e ao resto, não é norma os pais rejeitarem os filhos. Quem criou a Unita? Às vezes convém lembrar...

■ Domingos Lopes



Foto: Sebastião Salgado

Greve de camionistas em Espanha

Continua longe de resolução a greve de camionistas espanhóis desencadeada há 15 dias pela Fedatrans, associação estatal de camionistas com 50 mil associados, e que está a penalizar a economia espanhola. Os camionistas espanhóis exigem o reconhecimento das doenças profissionais, a baixa dos preços dos combustíveis, o aumento das tarifas dos transportes e a reforma aos 60 anos, reivindicações antigas que, já em 1990, estiveram na origem de uma greve semelhante. O Governo de José Maria Aznar tem sido acusado pelos dirigentes grevistas de «desrespeito pela economia do país», lamentando «não haver por parte do governo uma abertura de negociação». Entretanto, o governo espanhol tem negociado com o chamado Comité Nacional dos Transportes (que não aderiu à greve), cuja representatividade não é reconhecida pelo comité

de greve, recusando assim os pré-acordos entretanto firmados por esta estrutura com o executivo espanhol e que, em substância, apenas obteve a promessa de liberalização dos preços dos combustíveis.

A greve dos camionistas espanhóis tem afectado igualmente o trânsito dos camionistas portugueses por terras de Espanha, tendo-se registado alguns conflitos, quer na forma de apedrejamentos a viaturas portuguesas em trânsito e atribuídas aos piquetes de greve espanhóis, quer em acções de cariz repressivo protagonizado pela GNR sobre os camionistas portugueses que, entretanto, desencadearam igualmente nas estradas nacionais um processo de luta para satisfação das suas reivindicações, igualmente antigas e em alguns pontos semelhantes às reivindicações dos seus camaradas espanhóis.



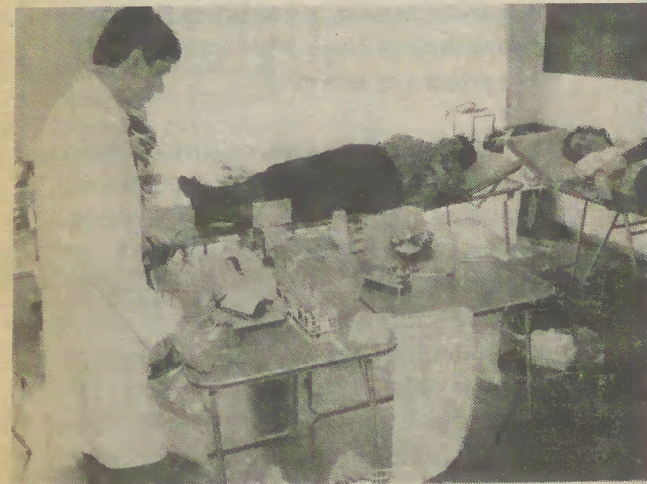
Jornadas europeias pelo emprego

A CGTP e a UGT anunciam em conferência de Imprensa a sua adesão a uma jornada de combate ao desemprego marcada para o próximo dia 28 de Maio pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), anúncio que contou com a presença do secretário-geral adjunto da CES, Jean Lapeyre. Segundo relato da

LUSA, a reivindicação da inscrição do objectivo «emprego» no tratado de Maastricht, a par e com o mesmo estatuto do objectivo «unificação monetária», é um dos pontos que anima a jornada do próximo dia 28. Recorde-se que a União Europeia tem actualmente 20 milhões de desempregados.

Jean Lapeyre considerou o aumento da xenofobia e do racismo na Europa como uma das consequências mais graves do crescimento do desemprego, apontando também a integração de uma política de crescimento na política monetária e a reorganização e redução do tempo de trabalho como

outros objectivos centrais da jornada de 28 de Fevereiro promovida pela CERS. Quanto às acções a desencadear em Portugal no quadro desta jornada de luta, o dirigente da CGTP-IN, Florival Lança, afirmou que «ainda não foram discutidas, o que sabemos é que coincidirão na data».



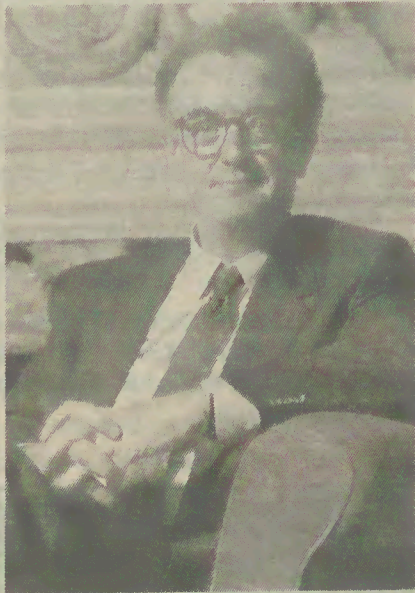
Estado português lesa a Previdência

Segundo denuncia a Federação dos Sindicatos da Função Pública (FSFP), o Estado português está a lesar a Segurança Social ao utilizar «fraudulentamente» o sistema dos recibos verdes, ao abrigo dos quais existem cerca de 40 mil trabalhadores com vínculo precário à Função Pública e que mais não são que «falsos prestadores de serviços». Explica a FSFP, na edição deste mês do seu jornal, que «o próprio Governo admite que estes trabalhadores são falsos prestadores de serviços», pomenorizando que se o Estado pagasse à Segurança Social - como devia - os 23,75% respeitantes a cada um destes trabalhadores, «entrariam anualmente nos cofres da Segurança Social 14 milhões de contos». A situação agrava-se quando se entra em linha de conta que a utilização maciça dos recibos verdes pelo Estado começou há três

Presidente da República visita oficialmente a China

O Presidente da República, Jorge Sampaio, deslocou-se esta semana à China em visita oficial, viagem que tem como pano de fundo a passagem de Macau para a soberania chinesa em 1999. Acompanhado de numerosa e diversificada comitiva, o presidente português irá utilizar esta visita para desbloquear ou reanimar diversas questões relacionadas com a

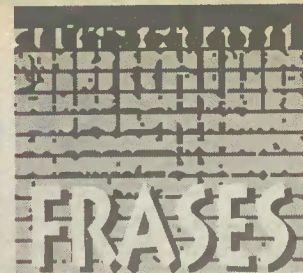
transferência de soberania do território de Macau, nomeadamente as questões dos direitos e da nacionalidade no território, após a sua passagem para a soberania chinesa. A deslocação de Jorge Sampaio abrirá, igualmente, perspectivas de aprofundamento nas relações bilaterais entre os dois países, com relevo para a economia e a cultura.



EUA deportam descendentes de portugueses

Segundo o *Público*, os EUA vão brevemente repatriar para os Açores mais 100 portugueses - na sua maioria filhos de

emigrantes - que se encontram presentemente a cumprir penas de prisão em cadeias norte-americanas. Esta nova «leva» de 100 deportados vem somar-se a 150 que já se encontram na Região Autónoma dos Açores ao abrigo desta reeditada política norte-americana de, em vez de atacar as causas profundas da exclusão social no seu imenso território, optar por expulsar os presumíveis marginais que não regularizaram a sua nacionalidade no país. Entretanto, as coordenadoras do projecto de apoio aos repatriados, em S. Miguel, não escondem a sua preocupação com «esta explosiva mistura que se está a formar na ilha», receando a formação de «gangs», alertando, por isso, que «o Governo da República tem de fazer alguma coisa».



“Trabalhamos para o povo, procuramos resolver os seus problemas e podemos orgulhar-nos da grande obra autárquica que realizámos.”

(Carlos Carvalhas, no encerramento da VII Assembleia da Organização de Loures do PCP - «Público», 16.02.97)

“(A propósito do debate do projecto de lei do PCP sobre o aborto) respeitamos as convicções de todos e de cada um, mas não pactuamos com a hipocrisia.”

(Carlos Carvalhas, citado em «Público», 16.02.97)

“Onde persistem as causas do aborto, nos países onde a miséria, a falta de assistência à mulher e à criança, os preconceitos sociais, morais e sexuais fazem do aborto para a mulher uma necessidade, a legalização do aborto impõe-se para limitar as desastrosas consequências que tem quando praticado clandestinamente.”

(Álvaro Cunhal, na tese “O Aborto, Causas e Soluções”, datada de há 57 anos, agora reeditada, citada em «Público», 15.02.97)

“O aborto nas classes ricas é, assim, em regra, um aborto de luxo, ao contrário do aborto nas classes pobres, que é um aborto de necessidade.”

(idem)

“Creio bem que o que move os activistas do Movimento Pró-Vida não é propriamente a vida do Zezinho. A despenalização do aborto põe em causa a moral sexual inerente a esse movimento. O Zezinho é apenas a mascote de uma determinada moral sexual.”

(António Vigário - «Público», 14.02.97)

“Estamos a olhar para o umbigo enquanto o mundo avança sem nós.”

(D. Manuel Martins, Bispo de Setúbal - «Semanário», 15.02.97)

“(Em termos de Plano Mateus) até os bancos estão na lista. (...) Desta forma, BCP e Totta ganham, destacados, o prémio do descaramento. E o Plano Mateus ganha o despudorado estatuto de enorme guarda-chuva para grandes amigos e grandes negócios.”

(João Amaral, «Economia Dia a Dia» - «TSF», 14.02.97)

“A fazer escola esta tese - de que o flagrante delito é cometido por quem divulga publicamente uma matéria em litígio, e não por quem, de facto, viola o segredo de justiça, fazendo chegar um processo a um órgão de comunicação -, a informação em Portugal pode regressar aos velhos tempos do “corta e cola” officioso.”

(Luís Delgado - «Diário de Notícias», 13.02.97)

“Ainda que a contragosto e por outras palavras, Guterres vai ter de convencer os cidadãos de que Portugal pode ser uma “democracia de sucesso”.”

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 15.02.97)

“Não criaremos crises políticas.”

(Marcelo Rebelo de Sousa - «Público», 17.02.97)

“Marcelo não tem ilusões. Sabe que os adversários internos aguardam as autárquicas de Dezembro e que um mau resultado do PSD deixará a sua liderança em estado crítico.”

(Bettencourt Resendes - «Diário de Notícias», 16.02.97)

“Eu nem sequer sabia onde ficavam os serviços... Mas agora já sei, é na Rua Alexandre Herculano.”

(Rui Pereira, novo director do SIS, citado em «Público», 15.02.97)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Hoje, no Parlamento

Contra o aborto clandestino

Por uma maternidade feliz

As atenções dos deputados estarão hoje centradas na problemática do aborto. O País e muito especialmente as mulheres terão também os olhos postos neste debate, que se adivinha vivo e controverso, e que por muitos é já antecipadamente considerado como o grande debate da presente sessão legislativa. Agendado por iniciativa do PCP, nele estarão em foco, para além do seu projecto de lei, duas outras iniciativas legislativas, uma, da JS, que prevê igualmente a despenalização da prática do aborto nas primeiras doze semanas de gravidez e um outro do deputado Strecht Monteiro (PS) que permitirá o alargamento dos prazos para o aborto por motivos médicos. Face à decisiva importância do que está em causa - o

recurso ao aborto clandestino, que se constituiu num dos maiores dramas das mulheres portuguesas -, desejável será que a discussão em que hoje se envolverão os deputados decorra de forma séria e serena. Essa é, pelo menos, reiteradamente expressa em variadíssimas ocasiões, a vontade do Grupo Parlamentar do PCP, o primeiro a subscrever uma iniciativa legislativa sobre esta matéria, cuja apresentação em Junho de 1996 teve o inegável mérito de romper com a hipócrita cortina de silêncio que envolvia o assunto.

As posições que no decorrer das últimas semanas têm vindo a ser assumidas por outras forças políticas e por alguns sectores sociais e também religiosos, porém, fazem recear que essa desejável serenidade possa ser perturbada

por posturas agressivas e intolerantes - veja-se a campanha do «não mates o Zezinho» - que não ajudem à busca de consensos e soluções para um problema de saúde pública que continua a ser causa de mortes maternas e causa de graves doenças físicas e psíquicas das mulheres portuguesas.

Caberá, pois, aos deputados a responsabilidade de saberem elevar o debate político por forma a que esta questão central, que diz em primeiro lugar respeito às mulheres - o aborto, recorde-se, tem uma pesada herança entre nós e mantém-se como um tema essencial dos tabus religiosos -, seja tratada com a seriedade e dignidade exigidas a um debate de base profundamente humanista, claramente inserido na luta pelo direito a uma maternidade feliz.

As propostas do PCP

A exclusão da ilicitude da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) quando realizada nas primeiras doze semanas, a pedido da mulher, em estabelecimento de saúde oficial ou oficialmente reconhecido, constitui uma das propostas do projecto de lei do PCP.

O alargamento de 12 para 16 semanas do prazo admissível para o aborto é igualmente defendido no diploma comunista sempre que aquele se revele indicado para evitar perigo de morte ou grave lesão física ou psíquica da mulher grávida. Igual período de 16 semanas está previsto no caso de mulher toxicodépendente que, a seu pedido, queira interromper a gravidez.

Um prazo mais dilatado - 22 semanas - é ainda considerado na proposta de alteração ao artigo 142º do Código Penal para as situações em que hajam fortes motivos para crer que o nascituro venha a sofrer de doença incurável, nomeadamente HIV (síndrome de imunodeficiência adquirida), ou malformação.

No caso de violação, os deputados comunistas pretendem que o prazo seja alargado de 12 para 16 semanas, entendendo que possa mesmo ir até às 22 semanas para menores de 16 anos ou incapazes por anomalias psíquicas.

Proposta pelo Grupo Parlamentar comunista é também a obrigação de os serviços hospitalares distritais adoptarem as medidas organizativas consideradas necessárias por forma a responderem eficazmente às solicitações das mulheres que desejem praticar a IVG. Reconhecendo o direito à objecção de consciência dos médicos e demais profissionais de saúde, o diploma determina no entanto que nas situações em que tal ocorra seja obrigatório encaminhar a mulher grávida para outro médico não objector de consciência ou para outro estabelecimento público de saúde que reúna as condições necessárias à prática da IVG.

O acesso a consultas de planeamento familiar inscreve-se também no quadro de medidas preconizadas pela formação comunista, que advoga por último a despenalização da conduta da mulher que consinta na interrupção voluntária da gravidez fora dos prazos e das condições estabelecidas na lei. Trata-se, no fim de contas, de reconhecer que a última palavra sobre a prática de um aborto cabe sempre à mulher e que mais ninguém tem a faculdade de impor qualquer decisão sobre o assunto.

Indissociáveis deste novo regime legal por si proposto, que considera mais adequado à realidade do que o vigente, para o PCP, como é salientado na nota preambular do seu diploma, não podem simultaneamente deixar de ser incrementadas "políticas que garantam a realização pessoal dos cidadãos e que protejam a maternidade e a paternidade".



A interrupção voluntária da gravidez é um problema do foro íntimo de cada mulher

Debate sobre o aborto conclui

Urge despenalizar

A decisão sobre a interrupção voluntária da gravidez compete sempre à mulher e está na esfera exclusiva da sua consciência, pelo que ninguém pode impor qualquer decisão sobre o assunto. Esta uma das ideias defendidas no colóquio organizado na passada sexta-feira pelo Grupo Parlamentar do PCP, no âmbito da preparação do debate sobre o aborto que hoje tem lugar no Parlamento. Perante um auditório que enchia a Sala do Senado da Assembleia da República, composto por representantes de estruturas e associações de algum maneira ligadas a esta problemática, consensual foi igualmente a ideia que urge materializar em lei a despenalização do aborto, na certeza de que tal exclusão de ilicitude não obriga ninguém a fazê-lo, pelo que, também nessa medida, "os que são contra não devem impor a sua intolerância".

Promover e manter o debate sobre este problema angustiante que atinge as mulheres a um nível sério e sereno, evitando paixões que totem a lucidez e o esclarecimento, tem sido, aliás, em todo este processo, a grande aposta da bancada comunista. "Manter a serenidade

é fundamental para responder às ondas de intolerância", sublinharia a propósito, logo no seu início, Odete Santos, que presidiu à mesa do colóquio, onde se cruzaram as mais variadas opiniões e abordagens do ponto de vista médico, social e penal.

Tendo como oradores convidados a professora doutora Teresa Beleza, o padre Mário de Oliveira, a jornalista Diana Andringa e a psicóloga Clementina Dinis, esta iniciativa, a que assistiu Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, acabou assim por se constituir num espaço de reflexão enriquecido pela diversidade de vivências e testemunhos dos participantes, entre os quais se encontravam representantes da Associação para o Planeamento Familiar, Movimento Democrático das Mulheres, Departamento de Mulheres da CGTP-IN, Associação Portuguesa das Mulheres Juristas, UMAR, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, Centro de Estudos Judiciários, Organização das Mulheres Comunistas, JCP, PSR, Partido "Os Verdes", PS, ID, bem como representantes da Associação de Estudantes da Universidade Católica e do Instituto Português de Estudos Superiores e dos Sindicatos da

Celulose, Ferroviários, Têxteis do Sul, Construção Civil e Sindicato dos Gráficos.

Coube a Diana Andringa, presidente do Sindicato dos Jornalistas, iniciar o debate com uma intervenção em que revelou alguns dos aspectos que, disse, mais a afligem nesta matéria. Por si lembrada, a este respeito, foi a "hipocrisia que leva patrões que não empregam ou despedem grávidas, políticos que defendem a precariedade no emprego ou que não têm por primeira prioridade questões como a habitação, a saúde, a educação, a criticarem quem aborta", factos que relevou a par da "ausência de imaginação dos que condenam o aborto, que os impede de pensarem no sofrimento de quem escolhe abortar".

E partilhando com os presentes o que considerou ser a sua preocupação enquanto mulher e cidadã,

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



As questões médicas, sociais e penais estiveram no centro do debate organizado pelo PCP na Sala do Senado no Parlamento

Urge despenalizar

defendeu que a "posição de muitos sobre o aborto, em nome da moral de uma religião que não é partilhada por todos, e certamente não é a do Estado laico em que vivemos, não pode ser imposta por esses aos restantes, sobretudo às mulheres a quem o assunto directamente toca".

Tocante foi ainda o seu relato de dramas vividos por mulheres que tiveram de abortar em condições indignas, como os "ouvidos nos corredores de Santa Maria ou nas conversas ditas de mulheres, de outras mulheres, jovens e menos jovens, esvaindo-se em sangue, abortos tentados por curiosas, histórias de talos de couve e agulhas de crochet, de terror, de inumanidade, de exploração".

Odete Santos

"Não há uma relação de causa/efeito entre o que a Lei actual diz querer evitar e a realidade. Trata-se, pois, de alterar leis que na prática são ineficazes"

Diana Andringa

"Que ninguém force a abortar uma mulher que o não deseja; que ninguém torne o aborto mais difícil do que já é a uma mulher que o necessita"

Padre Mário de Oliveira

"Um filho não deve ser fruto do acaso, de uma distração, da ignorância ou de uma relação sexual sem amor. Deve ser fruto de um acto voluntário e alegre"

Maria Clementina Dinis

"Nenhuma mulher faz um aborto por gosto (...) Não tentem impor aos outros a restrição de um direito, de uma liberdade que é do foro da consciência humana"

Teresa Beleza

"Enquanto os homens podem separar a sexualidade da procriação, as mulheres não. Existe o medo que as mulheres se libertem e em consciência adquiram a separação da sexualidade da procriação"

Realçando a necessidade uma "boa lei sobre o aborto", o padre Mário de Oliveira, por sua vez, classificou o folheto "não mates o Zezinho" de "terrorismo religioso" e de "exemplo acabado de mau gosto", considerando-a ainda uma "iniciativa de baixa qualidade" cujo único fim é "manter o povo na ignorância e no medo".

Entendendo que o ponto de vista expresso naquele folheto não traduz o pensamento da Igreja mas apenas de uma "parte minoritária", o orador sublinhou, por outro lado, que uma tal posição é em si mesma reveladora de como os que a defen-

dem "não imaginam o drama de uma mulher que se vê de repente a braços com uma gravidez não desejada (seja por violação, abuso sexual, ignorância ou submissão à moral católica)".

Deixado pelo padre Mário de Oliveira foi ainda um apelo aos deputados para que não se deixem impressionar pelo clima de "histeria hipócrita" que alguns sectores querem instalar e, no momento do voto, serem capazes de seguir apenas a sua consciência, tendo "presente todas as mulheres que mesmo estando hoje contra o aborto vão beneficiar amanhã com a lei".

Trazendo para o debate a sua vasta experiência profissional de contactos com mulheres numa unidade de saúde hospitalar durante cerca de três décadas, Maria Clementina, por seu lado, fez também

contestar o Bispo de Braga pela sua defesa exclusiva dos "métodos naturais" no planeamento familiar - "o coito interrompido é a prática mais antinatural", observou -, concluindo com um apelo aos que contestam o aborto para que "não tentem impor aos outros" a restrição de um direito e de uma liberdade que é do exclusivo "foro da consciência humana".

A anteceder o período de debate, que viria a revelar-se muito vivo e participado, interveio Teresa Beleza, que começou por assinalar as dificuldades de abordar um tema que tem vários enquadramentos - político, filosófico, social, religioso, jurídico - e em relação ao qual muitas pessoas se colocam à partida "em posições irredutíveis". Uma das questões por si propostas à reflexão dos presentes foi precisamente a de, ao contrário de outros debates sobre questões de direito penal (normalmente circunscritos a especialistas), no caso do debate sobre a interrupção voluntária da gravidez, em que está em causa uma alteração de matéria penal, "toda a gente se considerar especialista".

Aliás, tratando-se da Lei Penal, para Teresa Beleza importa saber "até que ponto o Estado tem legitimidade para ameaçar pessoas com penas de prisão", pelo que, do seu ponto de vista, há que distinguir dois planos na discussão: primeiro, saber se se devem ou não criminalizar pessoas por fazerem aborto; em segundo lugar, "resolvida que esteja a questão anterior, saber se o Estado deve ou não assegurar condições para que a IVG seja praticada em estabelecimentos de saúde pública de forma aceitável".

Realçada por Teresa Beleza - cuja tese de doutoramento foi elogiosamente referenciada por Odete Santos como um "olhar terno sobre as mulheres" -, foi ainda a questão da "eficácia da lei", tendo, a este respeito, considerado que "a Lei Penal só tem legitimidade para existir se tiver probabilidade de alcançar eficácia", o que não é manifestamente o caso da legislação portuguesa, a qual, lembrou, "não produz os efeitos desejados", como se comprova pelas estatísticas.

E como nota final, das suas palavras, ficou uma reflexão que toca porventura o que de mais essencial está em causa: "enquanto os homens podem separar a sexualidade da procriação, as mulheres não. Daí o medo que as mulheres se libertem e, em consciência, adquiram a separação da sexualidade da procriação".

J.C.

Adesão à moeda única PS e PSD recusam dar voz ao povo

A adesão à terceira fase da União Económica e Monetária voltou a ser reiterada pelo PS e PSD como uma meta fundamental a atingir pelo nosso país. Nos termos expostos, foi uma verdadeira profissão de fé de ambos os partidos, de mão dadas num objectivo que o Governo apelidou mesmo de "designio nacional".

O resultado foi a aprovação, apenas com os seus votos, de um projecto de resolução por si subscrito onde se exige à União Europeia, em tom de advertência (para consumo interno), que a passagem dos países à moeda única seja pautada por critérios económicos objectivos. Para a bancada comunista, que se questionou sobre as verdadeiras razões deste agendamento, tudo não passou de "uma encenação combinada entre o PS e o PSD". Destino diferente tiveram dois outros projectos de resolução, da autoria do PCP e PP, propondo o referendo à moeda única.

A realização de um referendo nacional por forma a permitir que o povo português se pronuncie foi, de resto, uma das questões que dominou o debate. "Se o PS está tão confiante nos seus argumentos então por que é que não permite o referendo?", inquiriu, a propósito, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. Em idêntico sentido se pronunciou o deputado comunista Lino de Carvalho ao desafiar, na intervenção que proferiu em nome da sua bancada, o PS e o PSD "a não terem medo do debate e da voz dos cidadãos", permitindo para

o efeito no texto constitucional e na lei a realização de um referendo nacional.

Coube aliás a Lino de Carvalho colocar no centro do debate o que considerou serem "as questões centrais" relacionadas com a moeda única. Por serem incómodas, disse, querem escondê-las e escamoteá-las "atrás de um intitulado «designio nacional»". Citado pelo deputado comunista foi, por exemplo, um texto da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovado há três semanas em Estrasburgo, com os votos dos deputados socialistas, onde se diz que "a introdução de uma moeda única gerida por um Banco Central europeu é um projecto essencialmente político que implicará e portanto conduzirá rapidamente a políticas económicas comuns (com a consequente perda de soberania numa questão tão sensível como é a da gestão da moeda) e à construção de uma Europa Federal. É, aliás, mesmo a sua razão de ser".

Demonstrada por Lino de Carvalho foi, por outro lado, a possibilidade real de o desemprego aumentar nas regiões periféricas como Portugal em resultado da moeda única (com a aproximação das taxas de juro os investimentos tendem a concentrar-se nas economias mais fortes onde o desenvolvimento tecnológico proporciona melhores taxas de rentabilidade), bem como, noutro plano, não ser verdade que Portugal venha a ter "uma voz particularmente forte nas decisões" a tomar no âmbito da Zona do Euro, porquanto, esclareceu, "será o Banco Central Europeu, onipotente, em cujo executivo o nosso país não terá assento, que tomará as principais decisões em matéria de políticas monetárias, orçamentais e até fiscais".

Regime de incompatibilidades dos deputados O escândalo do «ético-negócio»

O deputado comunista António Filipe responsabilizou o PS e o PSD pela paralisação da Comissão Parlamentar de Ética e por não estar a ser aplicado o estatuto dos deputados em matéria de incompatibilidades e impedimentos. Por si classificada de "escandalosa e inaceitável", esta situação só agrada aos que "nunca se conformaram com a lei vigente" mas a quem "falta a coragem política de propor a sua alteração", acusou o parlamentar do PCP, para quem este lamentável negócio interpartidário, ao sabor das conveniências mútuas daqueles dois partidos, traduz "um verdadeiro ético-negócio".

A questão foi suscitada na semana transacta em declaração política centrada na actual situação da Comissão de Ética gerada a partir da desautorização de que foi alvo há umas semanas quando no exercício das suas competências se pronunciou pela situação de incompatibilidades dos deputados Álvaro Barreto (PSD) e Henrique Neto (PS).

Com esta desautorização, que contou com a anuência de Almeida Santos, gerou-se, no entender da bancada comunista, uma "insustentável paralisia" dos mecanismos de aplicação do Estatuto dos deputados no domínio das incompatibilidades e impedimentos que originou uma curiosa situação: enquanto todos os restantes titulares de cargos políticos e altos cargos públicos estão sujeitos a um regime de incompatibilidades, os deputados, esses, deixaram de o ter.

Mas a situação é ainda "escandalosa e inaceitável", no entender de António Filipe, que como todos os outros membros da Comissão se auto-suspendeu, pelo facto de "consagrar a existência de deputados de segunda e de primeira". Por outras palavras, "os que acatam a lei e os que estão acima dela", facto em si mesmo revelador de como aqueles partidos não hesitam em mandar às

urtigas normas que eles mesmos aprovaram sempre que estas ponham em causa o mandatos de alguns dos seus notáveis.

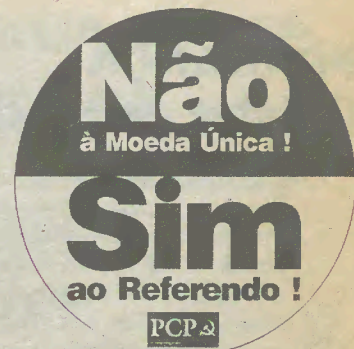
Tanto assim é que, como lembrou o parlamentar do PCP, num universo de vinte e cinco questões analisados pela Comissão de Ética, relativas a 34 deputados (15 dos quais em situação potencialmente geradora de impedimento), todos se conformaram com os pareceres que lhes diziam respeito à excepção dos referidos dois deputados que não só não acataram os pareceres como ainda tiveram "direito a tratamento VIP".

O que está em causa, pois - e esta é a questão política de fundo -, é que o actual regime de incompatibilidades aprovado no final da Legislatura passada pelo PS, PSD e PP no quadro do chamado «pacote da transparência» (recorde-se que o PCP só não o votou a favor por defender que o mandato do deputado deveria ser exercido em regime de exclusividade) não correspondeu a uma adesão sincera por parte daqueles partidos aos objectivos visados no diploma mas apenas a intuítos eleitoralistas. Comprova-o, lembrou António Filipe, o facto de logo no dia seguinte às eleições "aparecerem a denegrir o regime legal que poucos meses antes tinham acabado de instituir".

Daí o aviso deixado pelo parlamentar comunista às restantes bancadas para que não contem com o PCP para subscrever qualquer proposta que pretenda tornar mais permissivo o regime de incompatibilidades e impedimentos em vigor. "Quem pretender alterar a lei terá de propor e defender publicamente as suas propostas, tal como nós assumimos frontalmente a defesa de um regime de dedicação exclusiva como o que mais corresponde à natureza do compromisso que um deputado da República assume perante os eleitores", concluiu António Filipe.

Carlos Carvalho sobre a moeda única

Governo tem medo da consulta popular



Mais de uma centena de militantes comunistas de Lisboa encheram na passada sexta-feira o Salão do Centro de Trabalho Vitória, com o objectivo de debater «Moeda Única - mais desemprego, menos direitos sociais», tema da sessão pública que, com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, ali se realizou.

Na mesa, presidida por Antónia Dimas, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa, encontravam-se, para além do Secretário-geral do PCP, Carlos Grilo e João Dias Coelho, membros da DORL e do Comité Central.

Depois de uma curta explanação feita por Antónia Dimas sobre as razões que haviam suscitado a sessão - as «preocupações» da DORL em relação «à realidade social extremamente negativa que se está a viver» -, interveio Carlos Carvalho que expôs à Assembleia a posição do PCP face à Moeda Única.

A propósito do debate na véspera realizado na Assembleia da República - «proposto pelo Governo para alemão ver» -, ele surge, segundo Carlos Carvalho, com o objectivo de dar uma imagem externa da Assembleia da República em que esta «apareceria como uma selecção nacional, em defesa dos interesses nacionais», contra um directório de grandes potências sobre cujas intenções o Governo tem dúvidas.

Mas os comunistas não «embarcam» nisso. O PS e o PSD, que assinaram o Tratado de Maastricht - que determina que a decisão sobre a entrada na moeda única cabe a uma maioria qualificada -, devem assumir a responsabilidade pelo que subscreveram sem consultar os portugueses. Afinal, continua o Secretário-geral do

PCP, «se está tão certo das suas razões», por que é que «o Governo tem medo de consultar o povo português» sobre a matéria?

Na prática, «os povos vão discutindo as consequências da moeda única», continua Carlos Carvalho. É o caso dos camionistas em Espanha e França, dos agricultores na Grécia ou dos trabalhadores em Portugal que quando protestam e lutam fazem-no contra políticas que seguem o Tratado de Maastricht. No nosso país, as consequências dessa política «são mais desemprego, mais subemprego, mais trabalho precário, mais falências, maior debilidade do nosso aparelho produtivo».

Quanto ao crescimento que o Primeiro-Ministro diz ter havido, ele é extremamente débil e mesmo as diminuições das taxas de juro a longo prazo, ainda que importantes, não são determinantes. A maior parte das empresas «não vai investir só em função das taxas de juro», porque para elas «o fundamental é a carteira de encomendas». Mas para haver carteira de encomendas é preciso existir poder de compra e salários acima da inflação, daí que, em Portugal e na Europa, o aumento dos salários reais, das pensões e reformas seja «não só uma medida de justiça social como também uma medida de eficácia económica».

A convergência verificada entre o PS e o PSD na Assembleia da

República revelou mais uma vez que «nas questões fundamentais, mais estruturantes, ou seja, na política macroeconómica, em relação às privatizações, à concentração de riqueza, à política fiscal e orçamental, não há grandes diferenças entre estes dois partidos». E não é «por o Partido Socialista ter o nome de Socialista que torna melhor aquilo que era péssimo com o PSD».

A moeda única, só por si, não faz o desenvolvimento, afirmou ainda Carlos Carvalho. Quando o PCP questiona a moeda única não o faz em abstracto, fá-lo «olhando ao nosso país e à nossa economia», que se estão a submeter «a critérios que dificultam o nosso crescimento e o aproveitamento dos nossos recursos, com consequências dramáticas nas condições sociais».

Uma questão que se pode colocar é esta: amanhã, com a moeda única, que se aproximará muito do valor do marco - e tenderá a ser uma moeda forte, e portanto revalorizada em relação às outras moedas -, o que acontecerá às nossas exportações (que no fundo competem através do preço), quando «tiverem à ilharga as exportações dos países do terceiro mundo», nomeadamente em relação aos Estados Unidos, ao Canadá, à América Latina e à própria Ásia?

É «uma questão a que o Primeiro-Ministro foge sempre a responder». Os «nossos destinos» devem ser decididos pelos portugueses e portuguesas, diz o Secretário-geral do PCP. Defendendo, para o efeito, um «referendo nacional» e «uma discussão séria e serena destas questões fundamentais para o devir de todos nós e para a defesa da independência e soberania do nosso país».



Uma realidade social negativa leva os comunistas a promover uma campanha sobre o desemprego e as consequências da adesão à moeda única

DORL promove campanha

Para João Dias Coelho, que a seguir interveio, o facto de o desemprego ser um problema «quase à escala planetária» tem servido aos governos para criar «um clima de inevitabilidade da situação». Mas as políticas neoliberais - políticas do grande capital que os governos levam à prática - «não correspondem a exigências inelutáveis do desenvolvimento económico e social», sendo o PCP, designadamente, portador de uma política alternativa.

Assim, «não se resignando nem aceitando a inevitabilidade do curso dos acontecimentos», a DORL decidiu promover uma

campanha junto da população e dos trabalhadores sob o lema «O desemprego é um problema de todos. Moeda Única - mais desemprego, menos direitos», que decorrerá até Maio.

Estava lançada a discussão que, embora não ocupando muito tempo, suscitou questões que preocupam os trabalhadores e naturalmente os militantes comunistas.

«Sabia-se, mesmo antes de tomar posse, que o Governo do Partido Socialista iria prosseguir as privatizações no Sector Empresarial do Estado. O que faltava saber é o que iria fazer na área da Função Pública», considerou, por exemplo, Ana Avoila, afirmando saber-se agora que o PS segue as ideias de Cavaco Silva de

«menos Estado, melhor Estado». «As privatizações na Administração Pública revestem-se de um carácter diversificado, abrangendo várias realidades bem diferentes das privatizações do sector público, financeiro ou industrial», prosseguiu, mas «os objectivos são iguais e unificados: reforçar o poder dos grandes grupos económicos, por um lado, tirar direitos sociais e laborais dos trabalhadores, por outro».

Para João Torrado, dirigente da União dos Sindicatos de Lisboa, «a política seguida por este Governo está impregnada de um determinismo cego, que é chegar à moeda única a qualquer preço». Mas há outro caminho. «E são os próprios trabalhadores que, no dia-a-dia, confrontados com os problemas, contra ventos e marés, encontram e propõem soluções.»

A discussão entretanto continuava, considerando o camarada Faúlha, da empresa Autocoop, ser «sintomático da preocupação dos comunistas o facto de, no espaço de 3 semanas, a DORL ter realizado duas sessões para discussão do problema».

Por fim, e depois de Carlos Carvalho ter respondido às questões colocadas, Antónia Dimas encerrou os trabalhos, mas não a discussão - que irá continuar «com empenhamento e confiança».

S. João da Madeira

Adequar financiamento da Segurança Social

No passado sábado, comunistas e outros democratas estiveram reunidos na Biblioteca Municipal de S. João da Madeira para debater questões ligadas à Segurança Social, tendo nesse debate contado com a participação de Maria do Carmo Tavares e Joaquim Almeida, membros do Comité Central do PCP e da CGTP, sendo este último coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro.

Sónia Duarte, da Comissão Concelhia local do PCP, explicou na abertura da sessão que a Segurança Social é uma das áreas de grande preocupação do PCP, razão por que a sua discussão havia sido agendada no plano de actividades para 1997.

Na discussão que se seguiu, foram abordadas, fundamentalmente, as questões relacionadas com a função social do Estado, que tem vindo a ser posta em causa por conceitos de maximização dos lucros e consequente retirada de direitos conquistados. Também o conceito que se pretende generalizar sobre a «falência» da Segurança Social serve, na opinião dos presentes, outros interesses que não os dos trabalhadores.

Por outro lado, não devendo o regime de Segurança Social - que abrange obrigatoriamente os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores independentes - subsidiar o regime não contributivo nem

a acção social, assiste-se, contudo, à utilização dos seus recursos para fins alheios à protecção social dos seus beneficiários, seja através do défice verificado na transferência das verbas do OGE, seja pelos problemas causados pela permissividade perante a evasão contributiva e as dívidas do patronato.

Havendo razões para preocupações, consideram entretanto os comunistas que há também condições para melhorar os serviços a prestar pela Segurança Social. Para tanto, devem ser levadas à prática as cinco disposições estratégicas que o PCP defende: «a garantia dos direitos adquiridos; a melhoria das prestações sociais e a elevação dos seus valores; a concretização da universalização; a autonomia institucional; e o reforço e a adequação do seu financiamento».

Os presentes debateram ainda o Rendimento Mínimo Nacional. Esclarecidas as regras e as condições de atribuição, surgiu a preocupação de que «em vez de medida de recurso para resolver situações transitórias», esta pudesse vir a «a generalizar-se e a institucionalizar-se», transformando as mesmas «em soluções definitivas». Isto porque não se estão a verificar investimentos nem no emprego nem no desenvolvimento do País.

«Avante!»

Uma voz autónoma

Uma exposição evocativa do papel desempenhado pelo «Avante!» durante os tempos de resistência ao fascismo e, mais tarde, na construção, consolidação e defesa do regime democrático, foi inaugurada na quinta-feira passada na Praça da Figueira, com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, do director do «Avante!», Carlos Brito, e de alguns dirigentes da ORL.

Perante mais de uma centena de pessoas que assistiam à inauguração, Paula Henriques, em nome da DORL e da direcção da Cidade de Lisboa, saudou «todas as vidas concretas que se fundiram no imenso esforço colectivo de elaborar, imprimir e distribuir o "Avante!", ao longo de quase sete décadas».

Esta exposição - que se insere num conjunto de iniciativas com que a Organização da Cidade assinala o 66º aniversário do «Avante!» - pretende, nas palavras daquela dirigente, «remar contra a maré avassaladora do imperialismo informativo» e «contra o pensamento único que a ideologia do capital pretende impor».

Carlos Brito saudou a iniciativa da organização de Lisboa, «a que o colectivo do "Avante!" desde a primeira hora se associou» e preferiu umas breves palavras sobre o papel desempenhado pela imprensa do Partido no seu fortalecimento.

«O "Avante!" é um caso ímpar na imprensa portuguesa», disse. Criado em 1931, «em plena vigência da ditadura fascista», ele foi quase ininterruptamente publicado ao longo destes 66 anos - 43 deles vividos na clandestinidade -, graças ao «heroísmo e sacrifício de gerações de comunistas». E a propósito, o dirigente comunista evocou a memória de José Moreira que, preso e torturado até à morte pela polícia política de Salazar, se recusou a dar «o coração da luta popu-

lar», como ele próprio, em carta à direcção do PCP, considerava a imprensa do Partido.

Mas o «Avante!» é também presente. «Fazendo suas as lutas dos trabalhadores e do povo português», o «Avante!» integra-as na luta mais geral pelo socialismo, disse ainda Carlos Brito.

Em nome da direcção do PCP, Carlos Carvalho saudou «este grande jornal deste grande partido de esquerda». Que «dá voz aos que não



têm voz», à classe operária, aos trabalhadores, às camadas mais desfavorecidas da população.

Numa curta intervenção, o Secretário-geral do PCP recordou a importância que o órgão central do PCP tem nos dias de hoje. Numa altura em que «o PS prolonga a política do PSD», governando «de costas voltadas para o povo e para a Assembleia da República», o «Avante!» é «a voz autónoma, independente do capital financeiro», que leva aos trabalhadores e ao povo a mensagem dos comunistas e as suas propostas para a alternativa política que defendem. É, pois, afirmou -, um «instrumento de trabalho» que é preciso promover, distribuir e divulgar.

BRAGANÇA Dislates de um socialista

Em nota à comunicação social, o Gabinete de Imprensa da Direcção da Organização Regional de Bragança esclarece algumas afirmações proferidas pelo deputado do PS, eng.º Mota Andrade, a propósito do PCP, no jornal «O Cardo».

A «coligação a nível distrital entre o PCP e o PSD», que este dirigente do PS afirma existir, «não é», na opinião dos comunistas «uma afirmação gratuita». Ela visa esconder os conluios a nível nacional entre PS e PSD, no que respeita à revisão constitucional, à moeda única, à continuação da política de direita.

Para esconder que, com o seu voto contra, o PS inviabilizou obras de importância fundamental para o desenvolvimento do Nordeste Transmontano, o eng.º Mota Andrade vai «agarrar» as duas propostas feitas pelo PCP para Rio de Onor, no total de 15 mil contos. Assim, o PCP pergunta se «na opinião do eng.º Mota Andrade a população de Rio de Onor não merece os 15 mil contos propostos para equipamentos da Casa do Povo e Parque de Merendas».

Quanto à afirmação de que o PCP «não tem responsabilidades no governo, nem nunca e felizmente para os portugueses vai ter», ela não passa para os comunistas de um «dislate» que deveria, no entanto, levar o dirigente do PS a explicitar melhor «o seu conceito sobre democracia».

FIGUEIRA DA FOZ Uma gestão apática

Reunida para analisar a situação política do concelho e algumas questões relacionadas com as eleições autárquicas de 1997, a Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP concluiu terem os eleitos comunistas tido um bom desempenho de funções ao longo do seu mandato, «marcando de forma bastante incisiva a diferença face à apatia generalizada dos autarcas» do PS e do PSD.

A maioria PS/PSD nos órgãos autárquicos, «tem sido um factor impeditivo do debate político» no concelho, apresentando-se a CDU como a «única força capaz de abanar a situação instalada».

Assim, no quadro da CDU, o PCP propõe-se concorrer a todas as freguesias do concelho, assumir-se como alternativa à governação actual, apresentar aos cidadãos «um projecto de desenvolvimento integrado, privilegiando por um lado as forças económicas e sociais do Concelho e, por outro, a qualidade de vida da população».

SETÚBAL Água, um bem público

A proibição, por parte da ministra do Ambiente, de a EPAL concorrer à privatização dos Serviços Municipalizados de Setúbal vai ser objecto de um debate na Assembleia da República, no próximo dia 27 de Fevereiro.

A decisão foi tomada na última reunião da Conferência de Líderes dos Grupos Parlamentares, sob proposta do PCP, revelou o deputado comunista Joaquim Matias, numa sessão pública promovida, na sexta-feira passada, pelo Grupo de Cidadãos em Defesa da Água como um Bem Público.

Em nota do seu Gabinete de Imprensa, a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP recorda que este objectivo de favorecer empresas privadas estrangeiras neste negócio da indústria da água, havia sido logo criticado por Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Por outro lado, com vista ao debate que no próximo dia 20 vai ser realizado na AR sobre as alterações à Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, a DORS promoveu na passada quinta-feira uma conferência de imprensa com a participação de Conceição Moraes, membro do CC, Anita Vilar, médica psiquiatra, e Helena Gordo Martins, da Comissão Concelhia.

Também no passado sábado, a lei da IVG esteve em discussão numa sessão realizada na Biblioteca Municipal de Setúbal, com intervenções de fundo de Odete Santos, deputada do PCP, e Anita Vilar. O debate foi animado com muitas intervenções, designadamente de médicos e professores.

COVILHÃ Câmara sem planos

A Câmara da Covilhã está «prostrada numa inércia no que respeita a obras concretas» e a documentos legais orientadores da gestão, denuncia em comunicado a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP.

Quanto a obras, «é desastrosa a comparação entre o prometido no programa eleitoral do PS e o realizado». Quanto à planificação, ao contrário da maioria dos municípios da região e do País, «a Covilhã não ainda não tem Plano de Actividades e Orçamento para este ano, ainda não tem Plano Director Municipal (PDM), ainda não tem Plano Estratégico da Cidade (PEC)».

Esta situação é, na opinião dos comunistas, para além de ilegal e irregular, muito grave «pelos prejuízos financeiros que acarreta para o Concelho» e pela improvisação a que obriga.

O PCP, ao iniciar o trabalho de preparação das listas para as eleições autárquicas, está certo de «dar um contributo inestimável à concretização de uma verdadeira mudança na vida da autarquia e do Concelho da Covilhã».

PCP

Algarve Actividade turística evidencia fragilidades

Após balanço feito no passado sábado à situação política e social do País, e às suas incidências na região, a Direcção da Organização Regional do Algarve concluiu que se agravaram «os sinais de degradação e dificuldades da actividade produtiva». E que, por outro lado, a actividade turística, só por si, não pode «constituir um elemento de desenvolvimento e muito menos de criação de emprego».

Como exemplo do que diz, o PCP refere a perda de competitividade da agricultura - com a invasão dos mercados por produtos estrangeiros -, o agravamento da situação financeira das empresas conserveiras ainda existentes, a contínua quebra de produção da frota pesqueira e a crise em que está mergulhado o pequeno comércio pela concorrência das grandes superfícies e pela degradação do poder de compra da generalidade da população. A actividade turística (que em 1996 apresentou resultados contraditórios que parece irremediáveis) parece irremediavelmente manter-se no ano em curso), afirmando-se como o sector económico de maior importância da região, evidencia cada vez mais as suas limitações, fragilidades e dependências.

Esta realidade decorre da polí-

tica do governo do PS, de corrida para a moeda única e de sujeição aos ditames de Bruxelas, denuncia a DORAL que, no que respeita à União Europeia, sublinha ainda o «silenciamento» do governo face às posições de Marrocos, de decretar «unilateralmente» o prazo de defeso (paragem biológica) para quatro meses e anunciar «que não renovará o Acordo de Pescas com a UE após 1999». Posições que implicam consequências negativas para a frota algarvia que opera na região.

No plano político, a DORAL entende que o processo de revisão constitucional, assente em acordos estabelecidos entre o PS e o PSD à margem do normal funcionamento da Assembleia da República, irá adiar e mesmo comprometer a instituição da

Região Administrativa do Algarve.

Entretanto, o anúncio da abertura na região de delegações do Ministério da Economia e do próprio ICEP, é classificado como «demagogia». Longe de significar «descentralização de poderes», como o Primeiro-Ministro declarou, elas são «um prolongamento das extensões do Poder Central nas regiões e um mecanismo, pago pelo dinheiro dos contribuintes, para alargar a rede de empregos dos apoiantes do actual governo».

Os comunistas expressam ainda o seu repúdio pela forma como o aparelho de Estado está a ser utilizado pelo PS - «como instrumento permanente da campanha eleitoral para as eleições autárquicas» - e manifestam as suas preocupações pelo facto de estas atitudes poderem vir a ter «expressões ainda mais graves através de apoios financeiros privilegiados a autarquias de maioria PS e em dificuldades acrescidas e de todo injustificadas, impostas a

outros municípios no acesso a financiamentos comunitários».

No plano social, o PCP considera que a situação é marcada pelo aumento do desemprego - com índices que atingem os 12% da população -, pelo aumento do desemprego estrutural e pela extrema fragilização das relações de trabalho. Permanecem cerca de 1500 trabalhadores da Função Pública com vínculo precário, generaliza-se a prática do recibo verde, encurta-se para cinco meses o emprego sazonal na hotelaria, impedindo o acesso dos trabalhadores ao subsídio de desemprego.

A terminar, e depois de afirmar que a preparação das eleições «decorre a bom ritmo, com a formação e revitalização das estruturas da CDU, ampliando-se o debate democrático em torno da formação das listas», a DORAL do PCP diz que «o balanço à obra realizada pelas autarquias de maioria CDU constituem uma sólida garantia para continuarem a merecer a confiança» das populações.

Aveiro evoca João Sarabando

A memória de João Sarabando, destacado militante do Partido Comunista, foi evocada no passado dia 9, no decurso de uma romagem ao Cemitério Central de Aveiro, promovida pela Comissão Concelhia do PCP, por ocasião do primeiro aniversário do seu falecimento.

Participaram algumas dezenas de pessoas, militantes do PCP, outros democratas e alguns familiares e amigos.

Após alguns momentos de recolhimento, usou da palavra Idalécio Cação, escritor e membro da Comissão Concelhia de Aveiro, para, em nome dos presentes, transmitir a saudade sentida.

A concluir a sua alocução, o orador afirmou que João Sarabando não está só «porque tu amaste

os homens e o mundo, porque deixaste em cada um de nós um cravo vermelho de sangue e de ânimo para te continuarmos, para dizermos não àqueles que, aqui e além, esquecem por vezes percursos exemplares de vida como aquele que nos legaste».

Na ocasião foi distribuído um folheto, editado pelo PCP, em que eram referidos traços da personalidade de João Sarabando e dados a conhecer alguns dados biográficos.

Artur Ramísio, da DORAV e da Comissão Concelhia, encerrando a romagem, chamou a atenção para a publicação, em Maio, de um livro inédito de João Sarabando e apelou à participação no acto público de lançamento que então se fará.



José Saramago em Santarém

Promovida pela Comissão Concelhia de Santarém do PCP, realizou-se na passada sexta-feira, no auditório do Instituto da Juventude, em Santarém, uma conferência com o escritor José Saramago, subordinada ao tema «O Romancista e a História».

Na mesa, para além de José Saramago, estavam Paulo Chora, membro da Comissão Concelhia de Santarém, e Luísa Mesquita, deputada e membro do Conselho Consultivo da Concelhia, que dirigiu os trabalhos e fez a apresentação da obra do autor.

Com uma sala repleta de uma assistência bastante heterogénea, do ponto de vista etário, social e político, os presentes assistiram durante mais de duas horas a uma apaixonante exposição do autor sobre a sua obra, ligando-a a aspectos da vida real, e à expressão do seu pensamento sobre múltiplas matérias.

Durante a exposição deste escritor comunista, ficámos a saber das razões que o levaram a escrever muitos dos seus livros e a tomar conhecimento do nome da sua próxima obra: «Todos os nomes».

CAMARADAS FALECIDOS

Domingos Nunes Russo

Com 70 anos de idade, faleceu subitamente o camarada Domingos Nunes Russo. Democrata de longa data, inscreveu-se no Partido em 1975, estando actualmente organizado na freguesia da Póvoa de Stª Iria, onde militava.

Ana Nunes da Silva Santos

Faleceu no passado dia 2 de Fevereiro, com 71 anos de idade, a camarada Ana Nunes da Silva Santos, residente em Salvaterra de Magos. Membro do Partido desde 1943, a camarada era natural de Vila Franca de Xira.

Joaquim Bernardino Mira

Faleceu no passado dia 4 de Fevereiro, o camarada Joaquim Bernardino Mira. Membro do Partido desde 1974, estava organizado na freguesia da Póvoa de Stª Iria e era um activista dedicado no trabalho autárquico.

Maria Luíza Rebelo Gomes

Faleceu recentemente a camarada Maria Luíza Rebelo Gomes, engenheira aposentada, membro da célula do PCP no LNEC.

Amadeu Pereira Feio

Com 83 anos de idade, faleceu no passado dia 21 de Janeiro, o camarada Amadeu Pereira Feio, corticeiro, natural de Grândola. Membro do Partido desde 1960, participou na luta antifascista, estando actualmente organizado na organização concelhia de Grândola, onde sempre teve tarefas.

Florentino Melo Costa Ramos

Faleceu recentemente o camarada Florentino Melo Costa Ramos, médico, aposentado do IPO. Camarada muito dedicado, teve uma importante acção na organização dos comunistas no seu local de trabalho.

João António Soares

Faleceu no dia 24 de Janeiro o camarada João António Soares, da freguesia dos Olivais. Militante activo, era membro da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Sindical na Junta Autónoma dos Serviços Portuários.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP



Uma assembleia de 300 delegados discutiu e aprovou a Resolução Política que define as principais linhas de orientação para os comunistas do concelho nos próximos tempos

Carlos Carvalhas na VII Assembleia de Loures

O povo do concelho ganha com a vitória da CDU

Com a presença de cerca de 300 delegados e mais de 200 convidados, realizou-se no passado sábado a VII Assembleia da Organização Concelhia de Loures, cujos trabalhos - que decorreram durante todo o dia, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures - tiveram a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. A anteceder os trabalhos os presentes assistiram à apresentação de um vídeo - «Uma obra realizada para ganhar o futuro» - focando aspectos da gestão CDU em Loures.

Hélio Samorinha, responsável pela organização do PCP no concelho, abriu os trabalhos proferindo uma pequena intervenção onde realçou como objectivo principal daquela Assembleia traçar as linhas de orientação para a actividade e a luta política dos comunistas nos próximos tempos, particularmente em 1997.

Seguiram-se depois várias intervenções que, fundamentalmente, incidiram sobre o projecto de Resolução Política, que há semanas vinha a ser discutido na organização.

Entre as intervenções proferidas, destaca-se a de Demétrio Alves, Presidente da Câmara Municipal de Loures, que depois de abordar aspectos da obra em curso referiu os projectos da CDU para o futuro.

Entretanto, foi anunciada a apresentação no próximo dia 27 de Fevereiro do cabeça de lista à Câmara Municipal de Loures.

Dirigido à Assembleia, surgiu ainda um apelo no sentido da participação activa dos comunistas na manifestação de mulheres, promovida pelo MDM e pelo Departamento de Mulheres da CGTP-IN, que se realizará no próximo dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

No decurso da reunião foi aprovada uma moção, exigindo ao Governo o cumprimento da construção dos 7 pavilhões desportivos, o início da construção do Hospital/Maternidade de Loures, a instalação de transporte ferro-carril para o corredor Lisboa-Odivelas/Loures e medidas concretas para a resolução dos problemas da Quinta do Mocho.

Por fim, a VII Assembleia de Organização no Concelho de Loures aprovou a Resolução Política e a composição da nova Comissão Concelhia, que integra 94 membros, 20 dos quais mulheres.

A encerrar os trabalhos, interveio Carlos Carvalhas que abordou a situação política e o papel do Partido Comunista Português na construção de uma alternativa política.

PCP - um partido do presente

Começou o Secretário-geral dos comunistas por afirmar que, «com um passado e uma história de que nos orgulhamos», o PCP é um partido do presente, «com os olhos postos no futuro», na construção de uma nova sociedade, na defesa da independência e soberania nacionais.

«Portugal precisa de crescimento económico, de maior justiça social, de uma melhor distribuição da riqueza», disse Carlos Carvalhas, «e não da criação de desemprego ou subemprego, da aceitação das desigualdades e da concentração das riquezas», afinal aquilo a que estamos a assistir, com uma política que é a continuidade da política do PSD por outros meios.

E interrogando-se sobre «o que é que hoje Portugal produz», afirmou que o que se está actualmente a ver é a substituição crescente da produção nacional pela produção estrangeira.

Mesmo o débil crescimento económico que tivemos em 1996 pode, em sua opinião, «ser atribuído a três projectos, dois dos quais nem sequer pertencem à esfera produtiva». «Estamos há vários anos em estagnação», sublinhou, e este pequeno crescimento não dá sequer para absorver aqueles que chegam ao mercado de trabalho. Por isso aumenta o desemprego e o subemprego que nem as manipulações estatísticas conseguem esconder.

Os comunistas portugueses, «homens de hoje», conhecedores da realidade do país continuarão

«a lutar e a erguer bem alto os valores da esquerda». Não deixarão «que o trabalho com direitos seja considerado um privilégio, como começa hoje a ser considerado no nosso país.»

«Que civilização é esta que estamos a construir?», pergunta Carlos Carvalhas, quando «o que se vê é a concentração de riqueza num pólo e noutro milhares e milhares de famílias excluídas de um nível de vida digno.»

Propaganda não muda realidade

A propaganda do Governo «pode criar algumas ilusões mas não muda a realidade»: o adiamento e o atraso na resolução dos problemas, o agravamento da situação económica e social.

Daí o PCP ter de continuar a sua luta e intervenção institucional e constitucional - com a apresentação de propostas alternativas e medidas concretas -, simultaneamente «organizando a luta contra as medidas injustas, contra as medidas iníquas». «A luta pelas 40 horas, a luta por melhores salários e reformas, a luta por emprego com direitos são grandes direcções» da intervenção dos comunistas. Porque só com a luta se conseguem resultados.

E o Secretário-geral do PCP lançou um desafio ao Governo para que «cumpra agora o que prometeu quando estava na oposição e avance com o eléctrico rápido» para que o povo de Loures possa trabalhar e viver com dignidade.

Este Governo em «promessas não é parco». Quando chega o Natal «vem com o discurso da pobreza», quando o problema da droga atinge maior acuidade «lança o dia D», mas no dia seguinte o que é que vê? «Que tudo continua na mesma, ou antes, que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos.»

Não contem com o PCP para pactuar com uma política hipócrita, pois o PCP está ao lado do povo, «nas horas boas e nas horas más».

O PS e o PSD, desejando a alternância, pretendem alterar através da revisão constitucional, por razões eleitorais, o método da proporcionalidade, apelando ao voto

porque pensam que é mais popular diminuir o número de deputados. Para que a conversão de votos em mandatos seja cada vez menos proporcional e garantir, assim, o poder - através de medidas, não do seu próprio prestígio e da resolução dos problemas. «Nós não deixaremos de denunciar estas negociatas», garantiu Carlos Carvalhas, afirmando que «nas questões mais estruturantes, o que se vê é que não há grandes diferenças entre a política do PSD e a política do PS».

Moeda Única exige referendo

Em relação à moeda única, o que está em causa «são os interesses nacionais, o desenvolvimento, o crescimento económico, é a defesa da nossa produção».

Por isso o PCP considera necessário que o povo seja esclarecido e se realize um grande debate nacional. «Deve caber ao povo a última palavra sobre o euro e a moeda única», por isso os comunistas defendem um referendo nacional. E para dar uma contribuição para esse esclarecimento, vão realizar um conjunto de debates, um Seminário e um grande comício internacional em 4 de Maio.

Também no próximo dia 20, o PCP vai debater o projecto de lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, afirmando o seu secretário-geral que o que o PCP quer é que «triunfe a verdade e a justiça sobre a hipocrisia».

Sobre o apelo surgido para a participação dos comunistas na manifestação de mulheres no 8 de Março, Carvalhas assegurou a intervenção e participação do PCP.

«Vamos ter eleições autárquicas», disse por fim Carlos Carvalhas. «Vamos estar atentos às grandes obras e às pequenas obras, às críticas e às sugestões, mas eu creio que podemos ir para estas eleições com a cabeça erguida porque globalmente temos uma obra autárquica positiva, reconhecida mesmo pelos nossos adversários, de que nos orgulhamos: de trabalho, honestidade, realização.»

Para o Secretário-geral do PCP, «o povo de Loures só terá a ganhar reforçando a votação e a vitória da CDU».

7ª ASSEMBLEIA DO PCP NO CONCELHO DE LOURES

EM LOURES, COM O PCP, GANHAR O FUTURO!

Concelho de Loures

Uma gestão ousada

Contribuir para um melhor funcionamento e intervenção do PCP, para a dinamização da iniciativa criadora e de luta dos trabalhadores e da população, para garantir e alargar a vitória da CDU em Loures nas eleições autárquicas deste ano, foi o objectivo principal das deliberações tomadas pela VII Assembleia da Organização Concelhia de Loures, no passado sábado.

A Resolução Política aprovada faz uma análise exaustiva da situação do concelho, realçando que, por iniciativa das autarquias, o Concelho de Loures sofreu profundas alterações estruturais nos últimos 16 anos. Este facto levou, aliás, a que as suas experiências e linhas de intervenção sejam hoje generalizadamente adoptadas por muitos outros municípios.

A gestão CDU se deve tudo o que existe no concelho de equipamentos sociais de apoio à 3ª idade, à Juventude e infância, de infra-estruturas de saneamento, de habitação social, de ordenamento e regularização do território.

Loures continua, no entanto, a ser um concelho com grandes problemas sociais e inúmeras carências no plano de infra-estruturas e meios de transporte colectivo. Daí a CDU pautar a sua gestão por uma linha de relacionamento institucional capaz de garantir o ambiente negocial para a resolução de problemas dependentes de intervenção da Administração Central.

Também em Loures são incontornáveis as consequências impostas por uma política de direita - primeiro do PSD, depois do PS, que no concelho se têm traduzido por um elevado número de processos de falência e encerramento de empresas nos últimos anos e pela acentuação da terciarização das actividades económicas.

Só no conjunto de algumas das maiores empresas foram destruídos 3 000 postos de trabalho, sendo que algumas destas empresas passaram entretanto a recorrer a mão-de-obra sub-alugada, a recibos verdes e outras formas de emprego precário. O número de desempregados ultrapassa os 22 mil.

O Governo demite-se, porém, das suas funções sociais, reduz o investimento público, penaliza e estrangula financeiramente as autarquias locais. No que respeita à habitação, por exemplo, este facto leva a que para este sector sejam canalizados «elevados recursos financeiros das autarquias, com prejuízo da actividade e da resolução dos problemas locais da sua competência.»

Em Loures continua a faltar um Hospital, centros de saúde, uma reestruturação séria e credível das forças de segurança pública, a construção de pavilhões gimnodesportivos, o eléctrico rápido para a corda Odivelas-Loures, a extensão de metro a Moscavide e Sacavém, uma solução para a Quinta do Mocho. São justas aspirações e necessidades por que o povo de Loures, o PCP, as autarquias, o movimento associativo têm lutado e vão continuar a lutar.

A intervenção e a presença do PCP nas empresas e junto dos trabalhadores e das populações deverá pois constituir uma direcção decisiva da actividade dos comunistas, sendo para tanto necessário o seu reforço e crescimento do Partido, por onde, aliás, passa também o alargamento da sua influência política e eleitoral.

A VII Assembleia considera que a gestão CDU colocou Loures «no centro do que de mais significativo e ousado aconteceu no domínio do desenvolvimento local na Área Metropolitana de Lisboa e no plano nacional». Uma visão que só uma gestão CDU pode continuar a projectar no futuro.

Entre outras medidas, a Assembleia Concelhia de Loures decidiu pois aprofundar e intensificar o actual processo de discussão da composição das listas de candidatos às próximas eleições, prosseguir as iniciativas de «prestação de contas» dos eleitos da CDU sobre o trabalho efectuado, promover a dinamização de comissões locais da CDU.

Para estar em condições de levar à prática todas as deliberações, tornar o PCP mais forte no concelho e reforçar a sua organização, decidiu ainda a VII Assembleia aprofundar a ligação e o contacto com o maior número de membros do Partido, realizar mensalmente plenários de militantes em todas as organizações, manter a actual estrutura organizativa do concelho e recrutar 150 novos militantes até ao fim do ano.

TRABALHADORES

Cobre já paga

Os trabalhadores da Companhia Portuguesa do Cobre, que em finais de Janeiro cortaram por duas vezes a Estrada da Circunvalação, no Porto, exigindo o pagamento de salários em atraso, receberam já 60 por cento dos vencimentos de Novembro de 1996. António Pereira, do sindicato dos Metalúrgicos do Porto, disse à Agência Lusa que o pagamento foi feito em duas «tranches» de 30 por cento cada, nos últimos dias de Janeiro e no dia 7 de Fevereiro. Segundo o dirigente sindical, «a administração está a cumprir o que prometeu quando os trabalhadores decidiram interromper a sua luta, o que corresponde, no fundo, ao reatar de um acordo que havia já sido estabelecido em Outubro de 1996», mas que a administração não respeitou. Falta ainda pagar 40 por cento dos honorários de Novembro, 80 por cento do subsídio de Natal e a totalidade dos salários referentes a Dezembro e Janeiro.

Bela Vista contestada

O sindicato dos Metalúrgicos do Sul solicitou a intervenção do Procurador Geral da República, do Provedor de Justiça e do ministro da Justiça relativamente à sentença do Tribunal Judicial de Setúbal sobre o chamado «prédio da Bela Vista», que em Maio de 1995 foi dado como propriedade da empresa Lopes Valeiras e não da Sociedade Mecânica Setubalense. Em conferência de imprensa dada segunda-feira, o sindicato manifesta estranheza por o tribunal ter aceite como autora do processo uma entidade dissolvida havia 22 anos e por ter ignorado acusações de instrução e tentativa deliciamento de testemunhas. Os trabalhadores, credores privilegiados na falência da SMS, reúnem sábado à tarde na Capricho Setubalense.

«Carnaval é feriado»

Na notícia com este título, publicada na semana passada, foi imputada responsabilidade à vereadora do Pessoal da CM da Amadora, na determinação de abrir os mercados municipais na terça-feira de Carnaval. Na realidade, a Direcção Regional do STAL, no comunicado que fez chegar à nossa redacção, condena aquela atitude da vereadora dos Mercados, Adelaide Domingos. A vereadora do Pessoal é apenas referida como um dos destinatários de um ofício em que o sindicato deu a conhecer a sua posição. Pelo lapso, agora corrigido, apresentamos desculpas aos leitores e à camarada Helena Bastos, vereadora do Pessoal da CMA.

Salários por pagar desde Setembro Greve de dois dias na Construções Técnicas

O Grupo Interfina, accionista maioritário, é acusado de falta de empenhamento na procura de soluções para pagar aos trabalhadores e garantir o futuro da empresa.

Segunda e terça-feira fizeram greve os trabalhadores da Construções Técnicas, que estão desde Setembro passado sem receber salários e têm fortes motivos de apreensão quanto à manutenção dos actuais 170 postos de trabalho. Segundo o Sindicato da Construção, Mármore e Madeiras de Lisboa, a empresa já foi «uma das maiores e mais prestigiadas» do sector e chegou a empregar 4500 pessoas.

Actualmente, tem «uma actividade extremamente reduzida, praticamente sem obras em carteira», e está «fortemente desacreditada no mercado e impossibilitada de concorrer a concursos públicos». Os problemas económicos e financeiros levaram a que a Construções Técnicas tivesse deixado de cumprir os compromissos com fornecedores

e empreiteiros. Desde o início de 1996, refere o sindicato, representantes dos trabalhadores e da empresa têm reunido no IDICT/Ministério do Emprego, mas as propostas apresentadas pela administração têm ficado sempre por concretizar.

A greve de 48 horas foi decidida em plenário de trabalhadores, «considerando o arrastamento indefinido do processo de salários em atraso, face ao qual a empresa não assume compromissos de pagamento, por ausência de recursos financeiros, segundo informação da administração, associado ao insuficiente empenhamento do accionista Interfina na procura de soluções de fundo que ponham termo à caótica situação».

Evitar a fraude na Olaio

«Impedir o encerramento fraudulento e criminoso» da fábrica de móveis Olaio é o que as estruturas representativas dos trabalhadores desta empresa reclamam do Gover-

no, do Ministério Público, da Inspeção do Trabalho e outras «entidades competentes».

Desde 23 de Dezembro - recorda-se numa nota distribuída pelo Sindicato da Construção, Madeiras e Mármore de Lisboa - os trabalhadores lutam pelo pagamento dos salários, em atraso desde Setembro, e para que seja posto em prática o plano de viabilização aprovado no final de 1995 em assembleia de credores.

O conselho de administração, presidido por João Mota Marques, deixou de comparecer na empresa a partir de 17 de Dezembro último, o que o sindicato interpreta como «uma fuga às suas responsabilidades e um acto extremamente lesivo dos interesses dos trabalhadores e da economia nacional», uma vez que o Estado detém cerca de 80 por cento dos créditos.

Desde que, em 1989, João Mota Marques ficou à frente dos destinos da Olaio, foi vendido importante património, questionando os trabalhadores qual o destino das «centenas de milhares de contos» assim obtidas, uma vez que na empresa «não foram efectuados quaisquer investimentos».

Hoje, na Praça de Londres

Concentração dos trabalhadores do Chiado

Os trabalhadores do comércio da área incendiada do Chiado iniciam hoje, às 15 horas, no Largo da Estefânia, um desfile até à Praça de Londres, onde se concentrarão em frente ao Ministério da Qualificação e do Emprego. Com esta acção, segundo uma nota sindical, pretendem exigir do Ministério medidas que levem os patrões dos antigos Armazéns do Chiado, do Grandella e do Eduardo Martins a sentarem-se à mesa com o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa para negociarem as indemnizações em dívida aos trabalhadores.

Em causa está ainda o que o CESL/CGTP considera ser um «arrastar» na adopção de medidas especiais de protecção social para aqueles trabalhadores por parte do Ministério da Segurança Social. Fartos de promessas, os trabalhadores exigem medidas práti-

cas, e, como salienta o sindicato na sua nota à comunicação social, dispõem-se a intensificar a luta.

Nesse sentido está já marcado, aliás, para o próximo dia 27, às 15 horas, com partida do Largo da Estefânia, um novo desfile, desta feita para o Ministério da Segurança Social, onde decorrerá uma vigília.

Barral Marques

Os trabalhadores da Pio Barral Marques, impedidos de ocupar os seus postos de trabalho por falência anunciada sem motivos justificados, concentraram-se no passado dia 14 junto à sede da empresa.

Sentindo-se marginalizados pela gerência, depois de muitos anos de trabalho em

que deram «o melhor do seu esforço», como refere um nota do CESL, os trabalhadores reclamam justiça, exigindo, designadamente, a confirmação da falência da empresa, o pagamento dos vencimentos de Janeiro e a clarificação da situação quanto ao Fundo de Desemprego.

Na Boaventura & Duarte, Lda (Galerias Alegrete) está em curso um processo de luta pelo cumprimento do acordo estabelecido com a gerência da empresa. Em causa está, concretamente, o facto de a empresa dar o dito por não dito no que respeita às indemnizações que devia pagar aos 20 trabalhadores que foram alvo de um despedimento colectivo.

Os trabalhadores exigem do Ministério do Emprego medidas que levem a Boaventura & Duarte a cumprir os compromissos assumidos.

Siderurgia em luta

De quarta a sexta-feira da semana passada, a produção da Siderurgia Nacional - Empresa de Serviços parou, em resultado de uma greve que ganhou a adesão, em média, de 95 por cento dos trabalhadores, segundo disse Adriano Matoso, dirigente da federação dos Metalúrgicos, à Agência Lusa.

Na quinta-feira uma delegação deslocou-se de Paio Pires a Lisboa, para realizar uma acção pública no Largo de Camões e procurar obter informações no Ministério da Economia.

A luta dos trabalhadores da SN-Serviços (empresa de capitais públicos resultante do desmembramento e privatização da antiga SN) teve por objectivos reclamar, do Governo e da administração, «uma política industrial no respeito pelos interesses nacionais, em que as siderurgias sejam viabilizadas e os postos de trabalho salvaguardados»; o respeito pelos direitos dos trabalhadores (parti-

cularmente a tentativa de impor um Acordo de Empresa que não resultou de qualquer negociação); e a actualização salarial para 1997, que já deveria vigorar desde Janeiro.

As apreensões dos trabalhadores fundamentam-se nos resultados das sucessivas «reestruturações» que antecederam e prepararam a entrega da SN às multinacionais europeias do aço. «O Estado enterrou mais de 200 milhões de contos, sem que daí se tivesse garantido os interesses nacionais e, entretanto, foram destruídos cerca de 4 mil postos de trabalho», refere um comunicado da FSMMP/CGTP.

Neste documento, a federação dos Metalúrgicos recorda que a Siderurgia Nacional foi separada em 3 empresas, duas delas já privatizadas a favor de consórcios estrangeiros. A SN-Serviços ficou com o maior número de trabalhadores, cabendo-lhe apenas prestar serviços às outras duas empresas, e a

sua gestão manteve-se no Estado. Com o argumento de que seria necessário fazer investimentos, as empresas foram «vendidas ao desbarato», lembra a federação, apontando o exemplo da SN-Longos: foi vendida por 3,5 milhões de contos, quando possuía stocks avaliados em 5 milhões e ainda 9 milhões em cobranças a clientes. Passado mais de um ano, os investimentos «não se vislumbam».

O que se verifica, denuncia a FSMMP, é que volta a ser perturbada a estabilidade de emprego (em circunstâncias diferentes, Governo e administração consideram que são excedentários metade dos actuais 1200 trabalhadores, mas que a SN-Serviços deverá ficar com 63 funcionários no final do ano) e são atacados direitos há muito conquistados (a proposta de AE que a administração entregou e tenta aplicar elimina direitos, adultera profissões e baixa até algumas prestações pecuniárias).

Ferrovíários insistem

Foi convocada para ontem à tarde, frente ao Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, uma concentração de ferroviários, antecedida de um plenário na estação do Terreiro do Paço. Esta iniciativa conjunta da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses e das CTs das empresas do sector «tem como objectivo reivindicar uma efectiva política de modernização e desenvolvimento do caminho-de-ferro, exigir do ministro que assumira por escrito garantias quanto aos direitos e postos de trabalho, assim como exigir também medidas concretas para a resolução dos diversos problemas laborais na CP e empresas afiliadas», afirma-se numa nota da FSTFP/CGTP.

Alterações no ISCAL

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa congratulou-se com as medidas anunciadas pelo Ministério da Educação para o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, designadamente, a nomeação de uma comissão de gestão e a promessa de abrir concurso para preenchimento de lugares no quadro de pessoal docente. O SPGL considera a substituição dos órgãos que «de forma ilegal, estavam a exercer funções na escola» e demais medidas do ME como «fundamentais para desencadear uma solução global». Além dos tribunais, o sindicato espera ainda que intervenham ou exerçam influência para restabelecer a normalidade no ISCAL outras entidades, «desde o Provedor de Justiça, incansável em todo o processo, até à AR, passando pelo Presidente da República, pelo Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, pelo Procurador Geral da República».

Yazaki efectiva

Cerca de 800 trabalhadores da Yazaki vão passar a ter vínculo efectivo, revelou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, que solicitou a intervenção da Inspeção do Trabalho para corrigir várias irregularidades existentes naquela multinacional instalada em Ovar. O sindicato considera que este é «um avanço significativo», mas vai continuar a exigir um ainda maior alargamento dos quadros, «já que foi com este espírito que o protocolo foi assinado entre a empresa e a Câmara Municipal».

TRABALHADORES

Dia 1 de Março, de Pevidém a Guimarães
Marcha pelas 40 horasLei das
CTs
é para
respeitar

A coordenadora das CTs do distrito de Braga entende que a Lei 46/79 «serve os interesses das comissões de trabalhadores e do País». Dirigindo-se a «todos os partidos políticos que venham a pactuar com a revisão» da Lei das Comissões de Trabalhadores, a coordenadora bracarense sublinha que o que deviam era fazer cumprir a lei em vigor. No plenário da coordenadora, dia 17, foi aprovada uma saudação aos trabalhadores em luta pela redução do horário de trabalho e foi feito um apelo à participação na «marcha das 40 horas», dia 1 de Março.

ME sem
clareza

Na revisão do Estatuto da Carreira Docente o Ministério da Educação tenciona não assumir com clareza quaisquer princípios, revelou o Secretariado Nacional da Fenprof após a reunião que teve dia 17 na 5 de Outubro. O ME não aceitou os princípios orientadores propostos pela federação para a revisão dos índices dos 9º e 10º escalões: contagem integral do tempo de serviço, revisão da grelha salarial e redução do leque salarial, redução do tempo para atingir o topo da carreira, vinculação dos professores com dois anos de serviço, e indexação das aposentações. Sobre estas matérias o Ministério não deu a conhecer as suas propostas.

Enfermeiros
despedidos

No Hospital Distrital de Viseu há 7 enfermeiros contratados até Maio que deverão ficar sem emprego, segundo admitiu a administração a representantes dos jovens profissionais e do sindicato. O núcleo de Viseu do SEP afirma que os despedimentos serão feitos por opção da administração do hospital, que recusou candidatar-se a quotas de descongelamento de lugares a preencher por contrato administrativo de provimento, alegando não concordar com o concurso aberto após diversas lutas dos enfermeiros. Na mesma instância de saúde, está convocada uma greve para dia 3 de Março, depois de diversas diligências efectuadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro, segundo o qual o conselho de administração «não quer dar segurança aos trabalhadores».

A preparação da marcha decorre enquanto continuam as greves em dezenas de empresas do distrito de Braga pela efectiva redução do horário de trabalho e contra o roubo das pausas.

Na passada sexta-feira, a União dos Sindicatos de Braga levou a cabo um **plenário público** na Praça da República. Dirigentes e delegados sindicais, sobretudo dos sectores têxtil, vestuário e calçado, material eléctrico e metalurgia, deram nota das lutas em curso pela semana de 40 horas e denunciaram a actuação da Inspeção Geral do Trabalho e do Ministério do Emprego. Uma resolução aprovada pelos sindicalistas acusa a ministra Maria João Rodrigues, o secretário de Estado Monteiro Fernandes e a IGT de darem cobertura às ilegalidades do patronato, «promovendo por vezes "acções de esclarecimento", ensinando os patrões a contornar a lei».

Para expressar o protesto contra a actuação da Inspeção de Trabalho, o plenário deslocou-se a pé até aos serviços distritais da IGT, cujas instalações foram literalmente invadidas. Uma delegação de sindicalistas foi recebida pelo responsável da Inspeção em Braga, o qual reafirmou que o procedimento dos inspectores não sofrerá nenhuma alteração enquanto se mantiverem as mesmas orientações superiores.

Resguardadas e estimuladas pela atitude da IGT e do Governo, muitas empresas continuam a excluir as pausas na contagem do tempo de trabalho, furtando-se assim à efectiva redução do horário, prometida por António Guterres na cam-

paña eleitoral e prevista na Lei 21/96. É significativo que a **Riopele**, pouco tempo depois de ter reduzido o horário em duas horas, tenha recuado e, no final do mês passado, tenha mesmo procedido à substituição dos *cartões de ponto* para contro-



As lutas de várias empresas (na foto, a Riopele) vão convergir na marcha de dia 1

lar os intervalos e pausas; em comunicado aos trabalhadores, o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes condenou esta *inovação* e apelou à continuação da luta. Segundo o sindicato, «os trabalhadores sabem que estão a ser burlados, como sabem que alguns administradores se distanciaram e protestaram contra estas decisões».

A Federação dos Sindicatos Têxteis,

de Vestuário e Calçado afirma que, nestes sectores, mais de 200 mil trabalhadores ainda não viram aplicada correctamente a Lei 21/96. No comunicado em que confirmava as greves previstas para dias 14 (no vestuário) e 15 (têxtil e cordoaria), a Fesete/CGTP-IN citava mesmo o caso das **Confecções Fonseca**, em São João da Madeira: uma trabalhadora, proibida de ir à casa-de-banho, teve que urinar junto à máquina com que estava a trabalhar;

Houve «algumas empresas de confecções» que reduziram os horários e respeitaram as pausas de 10 minutos, regista a Fesete, na nota distribuída dia 13 à comunicação social.

Encarando a luta dos trabalhadores como determinante para o desfecho da batalha pela redução do horário e o fim do trabalho ao sábado, as organizações sindicais, após as acções de sexta-feira e sábado, preparam agora a **marcha pelas 40 horas**. A partida está marcada para as **10 horas**, de Pevidém (concentração a partir das 9 horas, junto às empresas Coelima e Lameirinho).

Concertação
gravosa

No plenário sindical de Braga foi decidido promover uma campanha de denúncia do Acordo de Concertação Estratégica e dos seus «conteúdos gravosos», designadamente:

— novas alterações à legislação laboral,

— direito a férias e sua retribuição ficarem dependentes das faltas, tal como o 13º mês e o subsídio de doença,

— contratos a prazo podem ir até 4 anos consecutivos,

com prorrogação por mais duas vezes, e

— retirada de direitos nas áreas da Saúde e Segurança Social.

A resolução contém fortes críticas ao executivo do PS, afirmando que «as promessas do Governo não são cumpridas e, pelo contrário, agrava-se o desemprego, aumentam os salários em atraso, o encerramento de empresas, a violação de direitos, o emprego precário».

depois, o patrão suspendeu-a. A luta dos trabalhadores, contudo, «continua a dar resultados positivos», refere a federação, precisando que «um conjunto de empresas (têxteis e cordoaria) dos distritos do Porto e Aveiro, que não tinham reduzido e outras até tinham aumentado os horários, fizeram na semana passada redução de horário, mantendo no entanto ainda horários ilegais de 43 e 42,5 horas».

Professores
a prazo
exigem
estabilidade

Para hoje à tarde, em Lisboa, a **Federação Nacional dos Professores** anunciou uma **concentração de docentes contratados a prazo**. Vindos de todo o País, vão protestar junto ao Ministério da Educação contra o facto de serem mantidos indefinidamente nesta situação precária, exigindo a vinculação após dois anos de serviço.

Esta é uma luta que os docentes desencadearam há já algum tempo e que, ainda na passada sexta-feira, levou à **ocupação do Governo Civil de Viseu** e ao corte do trânsito na Avenida Alberto Sampaio. Professores e educadores contratados de todo o distrito, reunidos de manhã na sala da Assembleia Municipal, consideraram «inaceitável que o Governo persista em manter uma situação que, em programa e campanha eleitorais, prometeu alterar».

O plenário de Viseu deixou claro que, «caso o Governo não assuma a resolução deste problema, inscrevendo no Estatuto da Carreira Docente o princípio da vinculação aos dois anos de serviço, os próximos tempos serão de luta e do regresso da intranquilidade às escolas» - afirma o Sindicato dos Professores da Região Centro.

Foi eleita uma comissão para, com o executivo distrital do sindicato, preparar as próximas iniciativas. A deslocação ao Governo Civil teve por objectivo entregar uma «**Declaração pública e de combate em defesa da estabilidade de emprego dos professores e educadores contratados**», que o plenário aprovou por unanimidade e na qual se afirma que «a manutenção de milhares de docentes sem progredir na carreira e sem vínculo laboral anos a fio significa que o Governo mantém a opção política de utilização de mão-de-obra barata, apesar de qualificada».

Governo retalha Lisnave
à medida de Mellos
e alemães

«O que dá lucro fica para os capitalistas, nacionais e estrangeiros, e para o Estado português fica a gestão dos problemas sociais emergentes deste "negócio" e aquilo que não dá lucro», afirma o sindicato dos Metalúrgicos do Sul, comentando o plano para a Lisnave aprovado na semana passada pelo Governo.

No comentário, o sindicato sublinha que o acordo foi negociado sem a participação das organizações representativas dos trabalhadores, o que foi também fortemente criticado pela CT. «Não se trata de uma questão de diálogo, é o respeito pela própria Lei 46/79, que prevê a participação da Comissão de Trabalhadores em qualquer processo de reestruturação», afirma a CT da Lisnave, numa nota de imprensa em que acusa o Governo de não respeitar «as suas próprias decisões», pois «a resolução do Conselho de Ministros de 19 de Dezembro de 1996 apontava para um calendário negocial abrangendo todas as partes, fazendo referência às estruturas representativas dos trabalhadores».

«Perante um facto consumado», a CT afirma que os ministros, no dia 13 de Fevereiro, acabaram por deliberar sobre «os resultados das negociações entre o Governo e o Grupo Mello».

As medidas do Governo, por este tratadas como «revisão» do plano de reestruturação de 1993, passam pela transformação da actual Lisnave em três empresas:

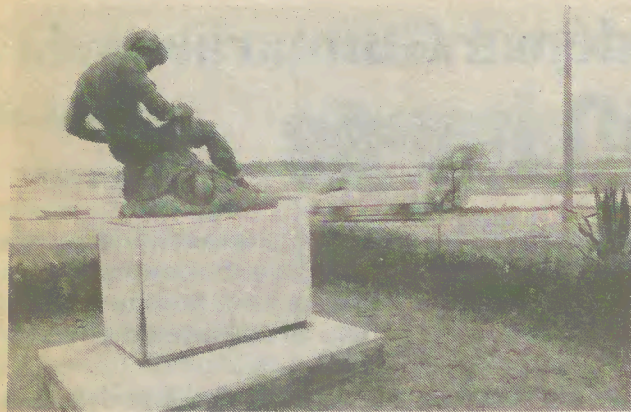
- a **Lisnave Recursos Humanos**, onde o Estado será o accionista maioritário, funcionará como prestadora de serviços, ficando com 2 mil dos actuais 3900 trabalhadores dos estaleiros; à partida, terá trabalho assegurado para menos de mil pessoas, ficando o restante volume de emprego dependente das solicitações que lhe forem feitas, nomeadamente quando se verificarem picos de produção na construção e reparação;

- na **Lisnave Construção e Reparação**, o Estado ficará com 10 por cento do capital, associado ao Grupo Mello e ao principal construtor naval alemão, a Blomm & Voss; esta empresa deverá assegurar 1500 postos de trabalho;

- a partir da Setenave (estaleiro da Mitrena) surgirá a **Lisnave Infra-estruturas**, cujo destino é a privatização, por ajuste directo com o Grupo Mello.

Sindicato e CT pronunciaram-se contra a divisão da Lisnave, considerando que é prejudicial para o País e para os trabalhadores. Exigindo que as estruturas representativas sejam ouvidas, os Metalúrgicos do Sul alertam para o aumento da insegurança e da precariedade de emprego que este plano vai provocar. A CT nota que, «havendo incumprimento do Plano de 1993, devem ser adoptadas as necessárias medidas de carácter financeiro, com a Lisnave a assumir todo o processo».

PODER LOCAL



Seixal CDU aprova plano de trabalho

Reunidos em plenário, na Cidade da Amora, eleitos e activistas CDU do Concelho do Seixal fizeram um breve balanço do trabalho realizado nos últimos três anos, aprovaram o plano de trabalho para 1997 e formas de dinamização do trabalho da CDU com vista às eleições autárquicas de Dezembro.

Do balanço ao trabalho realizado concluiu-se que, a 10 meses do fim do mandato, estava praticamente cumprido - e em algumas áreas até ultrapassado - o programa eleitoral da CDU, no que respeita às atribuições e competências das autarquias. Existem entretanto atrasos nas obras a realizar ou participadas pelo poder central, nomeadamente acessibilidades, ETAR's, Centros de Saúde.

Do plano de trabalho para 1997, destacam-se algumas iniciativas, nomeadamente a apresentação de cabeças de lista, encontro concelhio da CDU, constituição das comissões concelhias e de freguesia, apresentação das listas e abertura das sedes CDU, convívios e apresentação de programas eleitorais e ainda a realização de um debate sobre "20 anos do poder local democrático, Seixal um concelho de futuro".

Até ao fim de Maio vão decorrer várias acções e plenários com o fim específico de prestar contas às populações do trabalho realizado.



Montijo Apresentação pública da Coordenadora CDU

A CDU do concelho do Montijo realizou, quinta-feira passada, o primeiro acto público com vista às eleições autárquicas de 1997, com vista a "dar a conhecer às populações" os seus objectivos.

Após apresentação da Coordenadora CDU do concelho - que inclui membros do PCP, do Partido "Os Verdes" e independentes -, foi divulgada uma Declaração política que define um conjunto de iniciativas a levar a efeito na recta final do actual mandato.

A Declaração sublinha que a CDU "tem pautado a sua acção, não por atitudes casuísticas, mas pelo cumprimento dos Programas Eleitorais apresentados em 1993" e lembra "o apoio da população do concelho para a Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Freguesias de Montijo, Afonsoeiro, Alto Estanqueiro/Jardia e Sarilhos Grandes" e ainda que a CDU tem eleitos nas freguesias de Atalaia, Canha, Pegões e Santo Isidro de Pegões.

Como iniciativas a avançar neste próximo período, destacam-se:

- CDU "Passado, presente e futuro", numa perspectiva de contacto directo com a população, "recolhendo opiniões do trabalho realizado e propostas para os futuros Programas Eleitorais";

- Encontro Concelhio CDU, com o objectivo de "definir as linhas estratégicas dos programas Eleitorais";

- Encontro-Debate sobre Desenvolvimento e Ambiente, onde "serão aferidas as propostas fundamentais sobre desenvolvimento" do concelho, em "estricto respeito pelo ambiente";

- Encontro-Debate sobre Movimento Associativo e Participação Popular, onde se irá analisar a situação desta frente social e definir perspectivas de futuro.

Candidatos CDU

A apresentação dos candidatos CDU às próximas eleições autárquicas marca agora também o quotidiano da vida política. Destaque, esta semana, para Santarém e Braga, prosseguindo este processo, nos próximos dias, nomeadamente com a apresentação do cabeça de lista de Sintra.

Santarém

Sérgio Carrinho, de 48 anos, escriturário, independente e actual Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, e António Mendes, de 47 anos, electricista, membro do PCP e actual Presidente da Câmara Municipal de Constância, são os primeiros cabeças de lista divulgados pela CDU de Santarém.

A CDU-Santarém realizou ainda um Encontro de activistas, no Cine-Teatro, em que se discutiram medidas e objectivos para as próximas eleições autárquicas.

No final foi aprovada uma resolução contendo as principais linhas da CDU para a sua intervenção eleitoral e orientações para o próximo mandato.

Usaram da palavra, a encerrar o Encontro, Heloísa Apolónia, deputada e da Comissão Executiva Nacional do PEV, e Luís Sá, deputado e da Comissão política do Comité Central do PCP.

Braga

Viriato Amaral, de 49 anos de idade, funcionário da Segurança Social, membro da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP, e Casais Baptista, vereador da CDU na Câmara Municipal de Braga, são candidatos da CDU por Braga.

Na Declaração, divulgada na apresentação pública destas

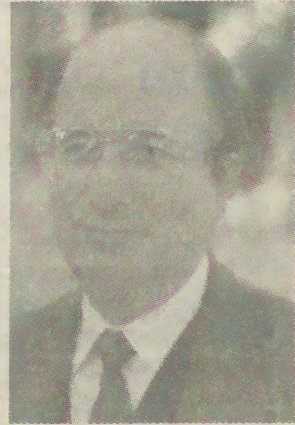


Lino Paulo

candidaturas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Braga, foi sublinhada a necessidade de "uma gestão diferente e nova", contra uma "gestão municipal, cada vez mais de partido único", contra "a concentração de poder e a hegemonia total" que o PS pretende impor em Braga.

Sintra

Lino Paulo é o candidato da CDU à Presidência da



Casais Baptista

Câmara Municipal de Sintra. Um candidato que integra uma equipa já com provas sólidas e um projecto avançado para o século XXI, com vista a dar uma nova dimensão à qualidade de vida no concelho.

A apresentação pública da candidatura será amanhã, dia 21 de Fevereiro, pelas 19 horas, no Hotel Tivoli, em Sintra, com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Porto Reforço da votação na CDU para uma política alternativa

Está ao alcance da CDU "um crescimento significativo de votos na área metropolitana do Porto já nestas eleições, o que permitirá condicionar decisivamente a composição dos próximos executivos e a gestão do PS ou do PSD", afirma-se na Declaração da Coordenadora da CDU do Porto, divulgada terça-feira passada, num Encontro-almoço com os órgãos de comunicação social.

O Encontro - realizado na sequência de uma reunião de representantes das forças políticas e organizações que integram a CDU do distrito do Porto, para definição das linhas essenciais que nortearão a intervenção da CDU nas próximas eleições autárquicas, objectivos e estratégia eleitoral - contou com a participação de Carlos Carvalhas.

O secretário-geral do PCP referiu o exemplo profundamente positivo das autarquias CDU e reafirmou a importância do seu projecto unitário. Reconhecendo a dimensão dos problemas que se deparam em espaços urbanísticos como a área metropolitana do Porto, enfatizou a importância do reforço da votação e do número de eleitos da CDU para a resolução desses problemas.

Na Declaração da Comissão Coordenadora - lida por Emídio Ribeiro, da Comissão Política do PCP -, destaca-se a importância destas eleições, "que para além da escolha das pessoas ou equipas que irão ficar à frente dos órgãos autárquicos, terão consequências e desenvolvimentos no curso da política nacional".

Sublinhando que "só um movimento de mudança do eleitorado que a reforce" significativamente o peso eleitoral da CDU, permitirá avançar na resolução de muitos problemas, a CDU/Porto propõe-se lançar um "vasto conjunto de iniciativas de divulgação e esclarecimento das suas pro-

postas para o distrito" e apostar "num movimento que leve novas pessoas e sectores a darem a sua contribuição ao projecto autárquico que a CDU protagoniza".

Neste quadro são de assinalar, desde já, duas importantes realizações.

A 10 de Maio, um seminário sobre um "Programa de Desenvolvimento para a Região do Porto", aberto "à participação de especialistas de diversas áreas (ordenamento urbanístico, ambiente, cultura, saúde, educação e outras), não necessariamente identificados com a CDU, mas que aceitem participar com as suas análises e propostas numa reflexão mais vasta para um projecto alternativo".

A 7 de Junho, "uma grande iniciativa distrital da CDU, momento alto de encontro de candidatos e activistas, factor de unidade, na diversidade de situações".

Santarém - Encontro Distrital

Manter as actuais maiorias, alargá-las a outros órgãos autárquicos e reforçar a representação geral no distrito - é o objectivo definido para as próximas eleições pela CDU/Santarém, no Encontro Distrital realizado no passado dia 15, em Constância.

Na Resolução aprovada no Encontro, definiu-se um conjunto de medidas especificamente eleitorais, com destaque para: dinamização da CDU; lançamento de uma campanha de fundos; valorização do trabalho realizado pelos eleitos CDU e prestação de contas à população; ampla recolha de propostas, opiniões e contributos para a elaboração dos programas eleitorais; constituição das listas CDU; afirmação da CDU como projecto de futuro, "aberto à participação de mais jovens, mulheres e independentes nas listas, susceptíveis de traduzir novas visões e perspectivas da realidade"; particular atenção ao reforço da intervenção da CDU nas Assembleias Municipais e de Freguesia.

A Resolução sublinha a necessidade de os



candidatos da CDU reafirmarem "o compromisso do respeito pelos princípios políticos essenciais" - política de procura de unidade dos eleitos e populações em torno da resolução dos problemas concretos; cooperação com todas as forças sociais e culturais; informação e permanente participação popular; isenção partidária; resposta também a novas exigências das populações; descentralização; carácter público dos serviços; desapego ao poder; política de diálogo com os trabalhadores.

O Encontro sublinhou ainda a necessidade, que se coloca à CDU nas autarquias, de reforçar a sua intervenção, quer na promoção do desenvolvimento integrado, na defesa do meio ambiente e da qualidade de vida quer na defesa da Regionalização.

NACIONAL

Aborto em debate

O que está em causa

“Por uma sociedade plural, pelo planeamento familiar, pelo direito ao aborto legal e seguro” - foi tema de uma conferência de imprensa, realizada no passado dia 13, por iniciativa da APF - Associação para o Planeamento da Família e diversas organizações não governamentais e sindicais, para apresentação de um Manifesto/Abaixo-Assinado que se destina a ser entregue na Assembleia da República em véspera do debate sobre IVG e de uma Declaração sobre as campanhas antiaborto em curso no nosso país.

Participaram nesta iniciativa diferentes organizações femininas - Organização das Mulheres Comunistas, MDM, UMAR, Departamentos das Mulheres da CGTP-IN e UDP, os Sindicatos dos Enfermeiros e dos Médicos da Zona Sul e as Juventudes Comunista e Socialista, e diversas personalidades, como é o caso de Margarida Martins, da “Abraço”.

Presentes na mesa, Duarte Vilar e Maria José Alves, da APF, Graça Mexia, da Organização das Mulheres Comunistas, e outros representantes das organizações presentes.

O abaixo-assinado a ser entregue na Assembleia da República - e que entretanto já recolheu milhares de assinaturas - foi lido por Maria José Alves e a Declaração pelo biólogo João Lavinha.

Em comentário às campanhas de movimentos religiosos contra a despenalização do aborto, Graça Mexia, da Organização das Mulheres Comunistas, sublinhou o seu carácter hipócrita, lembrando o *assalto*, há dias verificado nos Estados Unidos, contra uma clínica onde oficialmente se pratica o aborto - e em que foram assas-

sinados um segurança, uma enfermeira e uma utente -, e o corte de verbas do Vaticano à UNICEF, por esta organização admitir um serviço de apoio às mulheres que, tendo sido vítimas de violação, optassem por interromper a gravidez.

Entretanto, nestes dias, decorreram algumas iniciativas de esclarecimento, recolha de testemunhos e angariação de mais assinaturas para os abaixo-assinados a circular.

Declaração

“A apresentação dos projectos de lei, respectivamente do PCP, da JS e do deputado Strech Monteiro sobre as alterações à Lei 6/84 - Exclusão de Ilícitude em Alguns Casos de Interrupção de Gravidez - que vão estar a debate no próximo dia 20 de Fevereiro constitui, só por si, uma atitude lúcida e corajosa que pretende dar resposta a um grave problema de

Na Baixa lisboeta

Acção de esclarecimento sobre o aborto

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, integrou terça-feira a brigada que distribuiu na Baixa de Lisboa o folheto onde é explicada a posição, bem como as propostas dos comunistas sobre o aborto. Inserida na acção nacional de esclarecimento e divulgação em torno do seu projecto de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, hoje em debate no Parlamento, esta jornada de contactos com a população da capital contou ainda com a presença de vários deputados do PCP e de camaradas da organização de Lisboa.



saúde pública”, afirma a Declaração, divulgada no encontro com a imprensa.

Sublinhando que o que está em discussão “não é a possibilidade de se abortar no nosso país ou a questão da liberalização do aborto”, pois os “abortos ilegais e inseguros sempre existiram e existem”, o documento dá particular realce ao que está em discussão:

* “a possibilidade de as mulheres portuguesas, face a uma gravidez inesperada e que profundamente não desejam, poderem interromper essa gravi-

dez de uma forma legal, apoiada e segura”;

* “a protecção da vida e da saúde de muitos milhares de mulheres que, por motivos emocionais, sociais, conjugais e não somente de patologia médica, recorrerem à interrupção voluntária da gravidez”;

* “a possibilidade de, ao legalizar e controlar um acto que tem sido praticado, na imensa maioria dos casos, na clandestinidade, fazer diminuir o número de abortos provocados e diminuir os actuais níveis de insegurança dos mesmos”;

* corrigir e tornar mais clara a Lei 6/84 que “nunca conseguiu dar resposta às dezenas de milhares de mulheres que continuaram a ter de recorrer aos circuitos do aborto ilegal”;

* “a pluralidade de valores (religiosos ou não) que é característica das sociedades democráticas”, cabendo à mulher “em cada situação concreta, baseada nos seus valores e crenças pessoais” decidir o que deve fazer e ser livre de concretizar a sua escolha.

Neste quadro, a Declaração critica “as campanhas de alguns grupos religiosos contra as alterações propostas”, pois estas campanhas *têm uma natureza claramente dogmática e fundamentalista, revelam uma profunda falta de humanidade para com as mulheres que abortaram e abortam e são profundamente inconsequentes na luta contra o problema do aborto.*

As organizações apoiantes desta Declaração **comprometem-se, seja qual for o resultado do debate parlamentar:**

- a pressionar os serviços de saúde para efectiva promoção do Planeamento Familiar e implementação da legislação sobre IVG;

- apoiar e ajudar as mulheres em situações de gravidez indesejada;

- prosseguir o trabalho de informação, sensibilização e orientação em Planeamento Familiar, “para que seja efectivamente reduzido o número de gravidezes não desejadas e o recurso ao aborto provocado”.

Uma questão de saúde pública

A JCP do Algarve tem vindo a distribuir um documento - “Aborto, uma questão de saúde pública” - para esclarecimento dos jovens algarvios sobre o projecto de lei dos jovens comunistas e do PCP sobre interrupção voluntária da gravidez, hoje em discussão na Assembleia da República.

No documento - em que se sublinha o facto de mais de 30% dos abortos serem realizados por adolescentes - referem-se aspectos essenciais do projecto de lei: o alargamento dos prazos legais de 16 para 22 semanas para a realização de abortos por malformação do feto; despenalização do aborto até às 12 semanas; concretização do direito ao planeamento familiar e à educação sexual.

A JCP/Algarve lembra - em comunicado de imprensa - que as medidas propostas pela JCP e PCP “são semelhantes às que na Áustria, Dinamarca, Suécia, Noruega e Grécia resolveram o flagelo do aborto clandestino”.

Quanto à proposta de referendo, a JCP/Algarve considera-a uma manobra de diversão e sublinha que não se pode tolerar que “a saúde das mulheres e o direito à vida sejam referendados”, lembrando que “na sociedade portuguesa existem várias morais e concepções de vida diferentes” e não é aceitável “que alguém tente impor a sua moral aos outros”.

Privatização da água

O poder dos grupos económicos

Dezenas de trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Setúbal desfilaram, na passada segunda-feira, pelo centro da cidade e concentraram-se, com máquinas, viaturas e autotanques junto aos Paços do Concelho, em protesto contra a privatização dos Serviços Municipalizados. Dias antes, o Grupo de Cidadãos em Defesa da Água como um Bem Público realizou um debate de que saiu a resolução de intensificar e alargár as acções de repúdio pela decisão da Câmara de Setúbal.

Aspectos concretos da luta contra a privatização do abastecimento de água domiciliário, no concelho de Setúbal e que se insere num processo que entretanto assume dimensão nacional, pois o governo está a desenvolver uma política de privatização de um bem essencial à vida - a água, afastando simultaneamente deste processo a EPAL, única empresa portuguesa que, em consórcio com outras, teria condições de ganhar.

Em recente tomada de posição sobre a

privatização da água, a Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP, afirma que, esta decisão do Governo de afastar a EPAL “mostra, a todos os portugueses, a submissão deste governo aos grandes grupos económicos, neste caso estrangeiros”.

O documento da DORS do PCP sublinha que “a decisão do Governo é ainda mais grave, quando é público que está em curso um processo de negociação e decisão, entre o conjunto das Câmaras da Península de Setúbal (onde também se inclui a C.M. Setúbal), lideradas pela Associação de Municípios (AMDS), em conjunto com a EPAL e órgãos do Governo, para se avaliar as reservas hídricas locais, e os respectivos consumos até ao ano 2020, e eventualmente avançar para um Sistema Aduador para o Abastecimento de água de características regionais, para toda a Península. EPAL que agora o governo, ao arripio de decisões anteriores, da vontade dos trabalhadores da EPAL, e dos seus órgãos de gestão, proíbe, pura e simplesmente, de concorrer”.



A anunciada privatização do abastecimento de água em Setúbal mereceu o repúdio de numerosos trabalhadores dos SMS

JCP-Seixal Encontro Concelhio

Realizou-se, no passado dia 15, o 1º Encontro Concelhio da JCP-Seixal. Foi eleito um novo Executivo e definidas as prioridades e formas de acção, nomeadamente nas áreas da Educação, Juventude Trabalhadora, Movimento Associativo, Propaganda e Eleições Autárquicas.

No campo da Educação, com especial relevo para o secundário, a JCP-Seixal reconheceu ser insuficiente o trabalho desenvolvido e estabeleceu como objectivo ir para as escolas e inteirar-se cada vez mais dos problemas específicos de cada uma delas, para uma mais adequada luta estudantil contra a degradação do ensino.

No debate sobre a Juventude Trabalhadora, sublinharam-se as consequências negativas das políticas de emprego do governo e definiram-se linhas de acção e luta nesta área.

O encontro referiu as deficiências do trabalho desenvolvido ao nível do Movimento Associativo em geral e particularmente nas Associações de Estudantes, sublinhando-se a necessidade de uma maior participação dos jovens comunistas em todo o Movimento Associativo do concelho.

Na área da Propaganda sublinhou-se o carácter positivo do trabalho que tem sido realizado e a necessidade de insistir mais na divulgação, na rua, das iniciativas da JCP.

Sobre as Eleições Autárquicas, foi unânime a aposta em reforçar a Juventude CDU, conferindo-lhe uma maior abrangência de ideias através da presença de jovens ecologistas e independentes.

INTERNACIONAL

Cólera diminui na Guiné-Bissau

Graças a diversas medidas sanitárias, a epidemia de cólera declarada na Guiné-Bissau em Outubro do ano passado tem tendência a diminuir. Na semana passada, registaram-se novos casos apenas em Bissau, Bafatá e Bijagós, sem que se verificassem óbitos. Instalação de latrinas, abastecimento de água, limpeza do mercado de Bandim (o mais importante do país) e melhoria das condições higiénicas de comercialização dos produtos foram algumas das medidas implementadas.

Suécia fecha reactores nucleares

O ministro da Indústria sueco anunciou recentemente o encerramento de dois reactores nucleares da central de Barsebaeck, fruto de um acordo entre os sociais-democratas (no poder), o Partido de Esquerda e os centristas. O primeiro reactor será encerrado em Julho de 1998 e o segundo em Julho de 2001. Em 1980, os suecos, através de um referendo, pronunciaram-se pelo abandono da energia nuclear até ao ano 2010. Até agora nenhum dos 12 reactores nucleares que a Suécia possui foi encerrado.

Cuba e Canadá cooperam

Durante a recente visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá a Cuba, foram assinados acordos entre os dois países com fim à cooperação ao nível político, económico e social, «reiterando a vocação de paz dos seus respectivos povos e o seu comum empenho em promover a justiça social num ambiente de estabilidade», como se pode ler na declaração conjunta. Entre outras iniciativas, conta-se a cooperação na esfera da administração judicial, nos sectores macroeconómicos e sobre o tema dos direitos humanos através da preparação de seminários e intercâmbios académicos. A colaboração na luta contra o narcotráfico será aumentada, ao mesmo tempo que um Acordo de Protecção e Promoção de Investimento Estrangeiro será negociado e se realizarão conversações bilaterais sobre terrorismo internacional. Serão ainda levadas a cabo investigações conjuntas e projectos de cooperação em países em desenvolvimento no campo da saúde e meio ambiente.

Crianças
Realidade e futuro

É um facto adquirido que a situação das crianças no mundo é precária. Subnutrição, analfabetismo, maus tratos são prática corrente tanto nos países subdesenvolvidos como nas nações do Norte. Em Burkina Faso, África, está a decorrer uma cimeira sobre o tema.

Termina amanhã em Uagadugu, capital de Burkina Faso, uma cimeira regional sobre «Direitos da Criança: Educação e Desenvolvimento», organizada pela UNESCO e pela UNICEF. Esta iniciativa tem como objectivo o reforço da mobilização a favor da educação para todos e a definição de estratégias para atingir esse fim, nomeadamente o acesso das raparigas à educação.

Segundo a UNESCO, as mulheres com mais de 15 anos representam actualmente mais de dois terços dos 883 milhões de analfabetos que existem no mundo. Por outro lado, 77 milhões dos 129 milhões de crianças dos 6 aos 11 anos não escolarizadas são do sexo feminino.

Em África, este problema é particularmente dramático, pois cerca de 22 milhões de raparigas dessa faixa etária não frequentam a escola e as que estudam têm muitas vezes resultados medíocres. No ano 2000, ou seja, daqui a três anos, este número aumentará para 32 milhões.

Na zona subsahariana a taxa de analfabetismo é de 32 por cento nos homens e 50 por cento nas mulheres.

Taxa de suicídios e homicídios

Os Estados Unidos são o país com a maior taxa de suicídios e homicídios de crianças. De acordo com um estudo da responsabilidade dos Centros de Controlo e de Prevenção das Doenças de Atlanta, em 1995 a taxa de suicídios de menores de 15 anos nos EUA foi duas vezes superiores à de 25 outros países desenvolvidos: 0,55 para 100 mil contra 0,27 para 100 mil. Quanto à taxa de mortes com armas de fogo, a situação é mais preocupante. Morreram 12 vezes mais crianças norte-americanas do que nas outras nações: 1,66 ocorrências em 100 mil. Nos EUA, a taxa de homicídios referente a esta faixa etária elevou-se para 2,57 em 100 mil cri-

anças, o que constitui um número cinco vezes superior à média dos outros países.

Na lista apresentada por aquela organização e divulgada pela Lusa, os Estados Unidos surgem muito distanciados da Finlândia, Irlanda do Norte, Canadá, Bélgica, Noruega, Áustria, França e Suíça.

Revista do ano

O Comité Português para a UNICEF editou recentemente, pela primeira vez, a *Revista do Ano de 1996*, assinalando o 50º aniversário do Fundo das Nações Unidas para a Infância. Foi em 1979, declarado Ano Internacional da Criança, que nasceu o Comité Português para a UNICEF, apostado em sensibilizar a opinião pública para a causa das crianças, tanto no país como além-fronteiras. A actividade desenvolvida desde então não tem parado de crescer. Em 1995, as contribuições atingiram um total de 409 mil contos, 379 mil dos quais provenientes de donativos de apoiantes e 30 mil de contribuições do Governo.

Criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 11 de Dezembro de 1946, com o objectivo de prestar auxílio de emergência às crianças europeias vítimas da II Grande Guerra, a UNICEF tem hoje horizontes mais vastos. Saúde, educação, nutrição, água potável e saneamento básico constituem a base dos programas de desenvolvimento em curso em 145 países no mundo.

O balanço de meio século de actividade é positivo - só na década passada ajudou a salvar a vida de 25 milhões de crianças -, mas como refere a directora executiva da UNICEF, Carol Bellamy, muito continua ainda por fazer. A principal preocupação da organização «são os 12 milhões de crianças que morrem todos os anos vítimas de emergências silenciosas devidas à pobreza, à doença e ao abandono».



A UNICEF prossegue os seus programas de apoio à saúde infantil no mundo

Gana As escravas dos deuses

A escravidão de mulheres como oferta aos deuses - a «Trokosi» - é prática comum em dúzias de santuários animistas no Gana.

Os preceitos desta religião, cujos crentes perfazem 38 por cento da população do país, ditam que deve ser sacrificada

uma virgem em cada geração para apaziguamento dos deuses da guerra. Organizações humanitárias locais estimam que entre 10 a 20 mil raparigas foram feitas escravas religiosas até à data.

Crianças de 10 anos são entregues aos templos, onde ser-

vem até ao aparecimento da menstruação, tornando-se nessa altura concubinas dos padres. Na maioria dos casos, só quando atingem a meia idade e já tiveram vários filhos é que são libertadas, indo para o seu lugar outra virgem da mesma família.

Estas mulheres são quase sempre analfabetas, não têm qualquer formação profissional e a possibilidade de constituírem uma família própria é praticamente nula.

«Para pacificar os deuses, as virgens são postas à disposição dos padres. Mesmo na Bíblia existe a Virgem Maria, portanto não há mal nenhum nisso», defende Togbe Aklidokpo, sacerdote de Avekpedome, citado pela agência Lusa.

Este padre reconheceu ter tido 20 «mulheres dos deuses», mas diz ter deixado 16 partirem. Confirmou também ter cerca de 300 filhos das escravas e numerosas esposas.

Este tipo de escravatura remonta ao século XVII e persiste ainda não só no Gana, como também no Togo, no Benin e na Nigéria.

A escravidão tem sido um tema muito debatido ultimamente no Gana não só devido à «Trokosi», mas também pela restauração das fortalezas construídas pelos portugueses e outros europeus e a sua alteração. Os críticos afirmam-se contra a remoção das correntes e

ferros de torturas das masmorras e a instalação de lojas de lembranças.

«Os trabalhos de restauro deviam ser feitos de forma a respeitar a verdade histórica e não a camuflar os horrores cometidos», afirma um profes-

sor da Universidade de West Chester, Garcia-Barrio.

Entre o século XVI e o século XIX, cerca de 10 milhões de africanos foram vendidos como escravos, trocados pelos chefes tribais por pólvora, álcool e espelhos.

Peru
Plano militar
contra MRTA

Segundo um periódico de Buenos Aires, o exército peruano elaborou um plano de intervenção para libertar os reféns que os revolucionários do movimento Tupac Amaru ainda mantêm em seu poder na embaixada do Japão, em Lima, desde meados de Dezembro de 1996. Citando um documento elaborado pelos serviços de informação do exército de Alberto Fugimori, o jornal Clarin prevê uma acção de sete minutos e admite a ocorrência de numerosas baixas.

Na elaboração desta suposta acção foram utilizados «militares especializados dos Estados Unidos, que foram colocados em casas vizinhas da residência ocupada». Essa equipa «teria um papel decisivo na operação de resgate», ao colocar uma barreira entre os guerrilheiros e os meios de comunicação com o exterior.

Se o plano fosse posto em prática, o exército atacaria em seis frentes, duas delas de diversão. São previstas cerca de 20 baixas entre os militares. Dezas-seis dos 19 revolucionários seriam abatidos.



Em todo o mundo, as raparigas são vítimas de todas as formas de exploração



O índio Tupac Amaru

INTERNACIONAL

Milhares de «Sem-Terra» marcham para Brasília

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Brasil iniciou segunda-feira uma marcha até Brasília em protesto contra a política económica do Governo e os massacres de camponeses.

A marcha, como o «Avante!» anunciou oportunamente, deverá chegar à capital brasileira a 17 de Abril e visa também pedir ao Governo mais rapidez na expropriação de terras improdutivas e a sua distribuição por trabalhadores rurais sem terra.

Das cidades de São Paulo, Governador Valadares (no Estado de Minas Gerais) e Rondonópolis (em Mato Grosso) partiram cerca de 1.500 militantes do MST, representantes de 11 dos 26 Estados brasileiros, a que devem juntar-se outros 3.500 aderentes do movimento ao longo dos dois meses de caminhada.

A data de chegada a Brasília coincide com a passagem do primeiro aniversário da chacina de 19 trabalhadores «sem-terra» em Eldorado de Carajás, no sul do Pará, ocorrida a 17 de Abril de 1996, declarado Dia Internacional da Luta Campesina num encontro mundial da organização internacional Via Campesina, realizado no México, em 1996.

Naquele dia, um contingente de 157 soldados da Polícia Militar disparou à queimadura contra 1.500 pessoas que bloqueavam uma estrada, em protesto contra o atraso do Governo do Pará em conceder-lhes autorização para ocupar propriedades consideradas improdutivas pelo MST.

«Isso não é coisa de país decente. Ou se pune os res-

ponsáveis, levando-os à cadeia, e já, ou ninguém mais vai acreditar neste país», disse na ocasião o Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso. Até hoje o processo judicial relativo à chacina continua por concluir.

Num julgamento simbólico realizado em Novembro, em Brasília, com a participação do escritor português José Saramago, juristas brasileiros sustentaram que o processo não deverá estar concluído antes do ano 2005.

Sonhos...

Segundo informações da Lusa, a questão agrária no Brasil voltou a estar em destaque no noticiário internacional na semana passada, durante a visita oficial de Henrique Cardoso à Itália e ao Vaticano.

Um grupo de 68 intelectuais ligados a dez universidades de Itália enviou dia 12 ao Presidente italiano, Luigi Scalfaro, um documento em que pedia providências contra os massacres de trabalhadores rurais no Brasil.

Em declarações à comunicação social, o Presidente brasileiro afirmou que a divulgação do documento dos intelectuais teve apenas o objectivo de «fazer onda na imprensa», considerando «lamentável» que eles «assinem coisas das quais não sabem nada». A



O Presidente brasileiro, Henrique Cardoso, acha que o Movimento dos «Sem-Terra» está imbuído de «uma utopia regressiva». Seja lá o que isso for, o facto é que no Brasil sobejam motivos para lutar pela Reforma Agrária

propósito, garantiu que, em dois anos, o seu Governo distribuiu lotes de terras a 100 mil famílias, o que corresponderia a cerca de dois terços do número de famílias beneficiadas por doações no decénio de vigência dos três Governos anteriores.

Lembrou ainda que o seu Governo criou recentemente novas regras de desapropriação de terras improdutivas e uma nova lei tributária com o objectivo de acelerar o processo de reforma agrária.

Henrique Cardoso disse que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra está imbuído do que classificou de «uma utopia regressiva», e a «sonhar» se «imagina que irá substituir o Estado» para resolver a questão agrária brasileira, que segundo ele «é real» e também o «preocupa, como deve preocupar aos brasileiros».

... e realidades

Os dados do MST são bem diferentes. Segundo o movimento, apenas 25 mil famílias foram beneficiadas em 1996, número substancialmente inferior ao avançado pelo Governo (60 mil famílias) para o mesmo período.

Segundo o MST, a estatística oficial inclui famílias a que ainda não foi dada a posse definitiva das terras ou que já se encontravam «assentadas» provisoriamente, nos anos anteriores.

O Movimento estima em cerca de 4,8 milhões o número de famílias de trabalhadores rurais «sem-terra» no Brasil, cifra que o Governo pretende também contestar com a próxima divulgação do resultado de um recenseamento fundiário realizado pelo Ministério

Extraordinário da Reforma Agrária em 1996.

O MST garante, por outro lado, que o número de invasões de terra, entre 1994 e 1996 - os dois primeiros anos de vigência do actual Governo -, subiu de 52 para 176, e o de famílias nelas envolvidas de quase 17 mil para mais de 45 mil.

No passado dia 14, ao receber Henrique Cardoso no Vaticano, o Papa João Paulo II também não se mostrou muito convencido da bondade das iniciativas do Governo brasileiro, achando por bem lembrar que «o respeito pelas populações indígenas, o empenho por uma reforma agrária, actuando de acordo com as leis vigentes, e a preservação do meio ambiente, entre outras razões, justificam iniciativas corajosas visando o enobrecimento da causa democrática» no Brasil.

Jugoslávia O fim da crise

Com a aprovação da Lei Especial pelo Parlamento sérvio, a oposição jugoslava vê as suas reivindicações consagradas. A *Lex Specialis*, proposta pelo Governo de Slobodan Milosevic, implanta os resultados da segunda volta das eleições municipais como resultados finais. Contudo, vai contra a Constituição.

Isto porque, segundo o sistema eleitoral jugoslavo, quando não se verifica uma maioria nos círculos eleitorais tem de se realizar outra volta.

Nas eleições legislativas e municipais, 7644 deputados foram eleitos em 189 municípios. Destes, 7346 (96,1 por cento) foram confirmados na segunda volta de 17 de Novembro. Assim, apenas 3,9 por cento (292 deputados) deveriam ser expostos a novo escrutínio, numa terceira volta.

A lei especial proclama como definitivos os resultados nas cidades de Pirot, Kraljevo, Uzice, Smederevska Palanka, Vrsac, Soko Banja, Kragujevac, Pancevo, Jagodina, Nis, Zrenjanin, Lapovo, Sabac e Belgrado. Nestas localidades a vitória da coligação «Juntos» tornou-se definitiva.

Belgrado foi a primeira cidade onde esta vitória foi reconhecida pela comissão eleitoral. Pela primeira vez desde que se estabeleceu o multipartidarismo no país, a oposição disporá de uma maioria no Conselho Municipal da cidade.

A oposição anunciou no sábado à noite o fim das manifestações, que se iniciaram a 19 de Novembro, dois dias depois das autárquicas.

Fundamentalistas argelinos mortos

A imprensa argelina noticiou, no domingo, a morte de 163 fundamentalistas islâmicos nos dias anteriores em operações desencadeadas pelas forças de segurança no sul e ocidente de Argel. Nestas acções, o exército contou com o apoio de grupos de autodefesa das regiões de Argel, Blida, Medéa, Djelfa, Tipaza e Tlemcen. Recorde-se que, desde o início do Ramadão, a Argélia foi palco de uma vaga de violência desencadeada pelos islamitas.

Cheias em Moçambique

Os caudais dos rios Pungue e Buzi, no centro de Moçambique, continuam a subir, tendo já causado um número indeterminado de mortos, a destruição de grandes áreas de cultivo e de habitações e a interrupção do trânsito na Estrada Nacional n.º 6. No distrito de Mutarara foi declarada «situação de emergência» pelo Governo Provincial de Tete, em consequência das chuvas torrenciais que se têm verificado e que isolaram aquela zona. Também Lichinga, capital da província do Niassa, se encontra isolada devido às cheias.

Greve no Irão

Cerca de 300 pessoas foram presas no domingo em Teerão durante uma manifestação no âmbito da greve dos trabalhadores de uma refinaria a sul da capital, que reivindicam melhorias sociais e salariais. Na ocasião, à polícia antiterrorista juntaram-se um grande número de polícias à paisana e membros das milícias voluntárias islâmicas.

Polémica na África do Sul

Nelson Mandela recusou as críticas da oposição às medidas do seu Governo de reajustamento e reequilíbrio socioeconómico da maioria negra e de combate à criminalidade. As críticas, na sua maioria da autoria do Partido Nacional, do antigo presidente Frederik de Klerk, acusavam o Executivo de racismo. Mandela, sublinhando que tais acusações têm origem naqueles que sempre «foram privilegiados pela lei», defendeu que qualquer outra política a adoptar seria «desastrosa». «Não podemos afirmar que já realizámos tudo o que queríamos para erradicar a criminalidade, mas ninguém pode questionar o empenhamento deste governo para tentar solucionar o problema», afirmou o presidente sul-africano no Parlamento, durante os debates realizados na semana passada.

Alemanha Cinco milhões desempregados

O desemprego, que afecta toda a Europa, atingiu já os mais altos níveis na Alemanha desde o pós-guerra. Actualmente 4,7 milhões de alemães estão desempregados e segundo as previsões dentro em pouco tempo os números do desemprego atingirão os cinco milhões.

Klaus Zwickwl, presidente do sindicato alemão *IG Metall*, afirmou ser uma «loucura» o facto de, perante esta situação, o governo de Helmut Kohl ter como principal preocupação a redução da despesa pública. Em entrevista ao jornal «Bild an Sonntag», no domingo, o dirigente sindical defendeu a criação de um pacto europeu de emprego.

Nesse mesmo dia, os trabalhadores alemães voltaram a demonstrar a sua preocupação face à situação que a Europa vive. Oito mil carteiros e funcionários dos Correios fizeram greve em 52 cidades da Alemanha, protestando contra o anunciado plano de liberalização dos serviços postais a partir do ano 2003 que vem permitir que as empresas privadas possam entrar nesta área.

Na segunda-feira, mais de 20 mil funcionários participaram numa manifestação mostrando-se contra esta medida. As suas preocupações prendem-se com a manutenção dos postos de trabalho e perspectiva de trabalho para os mais de 300 mil empregados dos Correios. Trezentos mil cartões amarelos foram entregues simbolicamente no Ministério dos Correios, ao mesmo tempo que um muro de embalagens postais era construído frente à sede do Partido Liberal, membro da coligação do Governo.

«A BSE é uma doença thatcheriana»

O plenário do Parlamento Europeu vota hoje uma moção de censura à Comissão Europeia, tendo em conta as responsabilidades desta instituição na gestão da crise da BSE («vacas loucas»). Trata-se de uma iniciativa que a acção conjugada dos maiores partidos representados no PE – socialistas e liberais – está apostada em condenar ao fracasso, mas que tem desde já o mérito de atrair a atenção da opinião pública para a forma como as instituições europeias «cuidam» dos interesses dos povos.

A propósito da celeuma gerada em torno deste assunto, o «Avante!» entrevistou o eurodeputado espanhol Salvador Jové, economista e coordenador do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica da Comissão de Agricultura, que fez parte da Comissão de Inquérito sobre a BSE.

Entrevista com Salvador Jové, eurodeputado espanhol

Qual foi o percurso percorrido até se chegar a esta moção de censura?

Já desde há bastante tempo, inclusive antes desta legislatura, em 1990, que um grupo de deputados havia alertado para o risco da doença e todos os problemas que a mesma poderia provocar. Ou seja, desde o início dos anos 90 que há sinais inequívocos do problema da BSE e suas possíveis consequências, nomeadamente no que diz respeito às consequências para o ser humano. Há, inclusive, tomadas de posição do Parlamento Europeu neste sentido, apelando à Comissão que leve o problema a sério.

Por diferentes razões esta questão aparece com muito maior acuidade junto da opinião pública a partir do ano passado, com o caso do governo britânico e o aparecimento significativo de manifestações da doença em seres humanos.

Então, a ideia de constituir uma comissão de investigação é retomada por diversos deputados do PE e a partir daí foi o desenrolar do processo normal para a sua constituição através da recolha de assinaturas, pois muitas forças políticas, nomeadamente os partidos grandes como o PSE e o PPE, não eram favoráveis à formação de tal comissão.

Porquê?

Porque, como se vê, mesmo agora, com as intenções desses mesmos partidos de evitar ou impedir que se faça uma moção de censura, de alguma forma, eles não têm interesse em chegar a um esclarecimento total das problemáticas subjacentes à BSE.

E isto por diversas razões: porque isso significa reconhecer erros passados, de coisas que foram escondidas com toda a consciência e poderiam fazer vir ao de cima as responsabilidades de muita gente que hoje ocupa importantes cargos políticos.

Assim, o que aconteceu foi que os grandes partidos não se mexeram em relação à constituição da Comissão de Inquérito (CI), mas quando foram confrontados com a recolha do total de assinaturas necessário, não tiveram outro remédio senão aceitá-la.

Interessa recordar que o PE chegou a chumbar uma moção do nosso Grupo em que se propunha a constituição da Comissão e, algumas horas depois, os presidentes de todos os grupos políticos, reunidos na Conferência de Presidentes, tiveram que aceitar a constituição de uma Comissão de Inquérito para investigar a doença. Mas já não sob proposta do Parlamento enquanto tal, mas sim como proposta de um grupo de deputados. E assim se constituiu a Comissão de Inquérito, para mais com um mandato temporalmente muito limitado.

Os partidos políticos não tiveram outro remédio senão, sob a pressão dos deputados, aceitar a instauração da CI.

A CI recebeu um mandato temporal muito curto, de apenas três meses. Como a decisão foi tomada em Agosto do ano passado, com um mês de férias pelo meio, o mandato ficou reduzido a dois meses. E além disso, houve a tentativa na própria CI de avançar com um relatório final nesse período de tempo. O que confirmava ainda mais a ideia de que houve muitas manobras e esforços no sentido de impedir que se levasse a cabo a investigação que se impunha. Felizmente, a maioria dos membros da CI pronunciou-se no sentido da insuficiência do tempo de que dispunham pelo que foi pedido um alargamento do mandato, o que foi conseguido, com mais três meses. Assim, a CI terá trabalhado cerca de 5 meses, no fim dos quais apresentou o seu relatório final.

De todas as formas, confesso que tinha sido preferível poder continuar os trabalhos de investigação por forma a poder aprofundar a discussão, pois como já disse em diversas ocasiões apenas descobrimos a ponta do icebergue.

O que eu quero dizer é que, em geral, se teve muito medo desta Comissão e fez-se todos os possíveis para pôr fim ao seu trabalho e da parte das grandes forças políticas nunca houve uma vontade séria de permitir a investigação.

Como avalia os resultados a que a Comissão chegou?

Eu creio que, tendo em conta o tempo de que dispusemos, a pouca colaboração que se obteve da parte da Comissão Europeia, que em muitos casos ocultou informação, sonegou dados, mentiu, não nos facultou todo o material de investigação – por exemplo, na última reunião da nossa comissão, aquando da votação final do relatório, voltei a pedir ao presidente da CI que a Comissão Europeia nos facultasse as actas das discussões tidas aquando da Cimeira de Florença sobre o levantamento do embargo à gelatina britânica, que é um dos pontos-chave da investigação. Isto para demonstrar que a CE não quis participar demasiado e nos ocultou a verdade em muitas ocasiões.

Foram ouvidas muitas testemunhas. Muitos cientistas, muitos funcionários da Comissão, que de melhor ou pior vontade lá compareceram. Muitos recorreram a diversos artigos de funcionamento interno, argumentando que compareciam na qualidade de funcionários e, como tal, estavam limitados nas suas respostas, não podiam dizer-nos tudo. Houve até um funcionário que, às escondidas, nos disse que o tinham proibido de dizer determinadas coisas e lhe iam preparar as respostas que devia dar pois ele não o podia fazer. Assim que houve de tudo um pouco.

Em todo o caso, e apesar desses problemas, o resultado do relatório é avassalador, pela quantidade de materiais que investigámos, é conclusivo e descobre factos de uma gravidade enorme. Eu diria mesmo que a CI fez um trabalho muito bom e, sobretudo, o resultado final, para o qual quero dizer que contribuíram de uma forma muito positiva alguns deputados do Grupo Verde, alguns deputados do grupo Radical Europeu e do GUE, nós próprios, o que fez com que o relatório ficasse com muito não só do relator, mas também dos deputados que estavam na Comissão, o que é bom. Todas as manobras finais da Comissão Europeia não fazem mais do que ilustrar bem o tremendo medo que sentiu dos resultados da Comissão.

Dizes que estes resultados não são mais do que a ponta do icebergue. O que é que ficou debaixo de água?

O exemplo anterior parece-me tremendo. O que pudemos investigar foi muito pouco, foram-nos dadas poucas explicações sobre um período que é da maior gravidade, que decorre entre os



anos de 90 e 94. É exactamente nesse período que se detecta o maior número de casos de BSE na Grã-Bretanha: 75 por cento dos casos conhecidos de BSE foram registados precisamente entre esse período. E é exactamente nesse momento que as inspeções veterinárias são suspensas. Quando a BSE adquire o seu desenvolvimento máximo na Grã-Bretanha, de forma inexplicável interrompem-se as inspeções veterinárias, deixa de se legislar, não aparece nenhum tipo de actividade nem em torno da investigação nem em torno do que se passou no Reino Unido. Claro que constatar isso é da maior gravidade, mas não se pode investigar exactamente porque isso aconteceu.

A partir daí posso tirar uma conclusão política, que é a de nos dizerem muito pouco, houve muitas contradições. O que é que se pode comprovar? As pressões do governo britânico, comissários muito interessados em não nos dizer a verdade.

E há ainda o contexto em que tudo isto se passa. Nesse período ocorreu uma coisa curiosíssima. É o período em que se está a pôr em funcionamento o Mercado Interno, leva-se tempo a preparar toda a legislação necessária, os mecanismos de supressão de barreiras e fronteiras, mecanismos alfandegários e tudo o mais, ou seja, todo o processo legislativo que facilite o livre-trânsito e a circulação de mercadorias e capitais...

... e a BSE surge como uma ameaça a tudo isso...

... que se encobre. Subordina-se, e esta é a conclusão mais forte do relatório, a defesa da saúde pública e das pessoas à colocação em marcha do mercado. Subordina-se ao mercado o que, naquele momento, seria um obstáculo à sua instauração. Inclusive nesse momento houve estados que, dando-se conta da gravidade da doença e do que se passa na Grã-Bretanha...

... como a França e a Alemanha...

... que pedem que se corte a entrada de carne britânica na UE. Em reacção, o comissário McSharry ameaçou esses dois países de levá-los ao Tribunal de Justiça. É tremendo o que significa esta posição! Gostáramos muito de poder ter investigado mais sobre este período obscuro, sobre o qual a conclusão da CI é de que tudo se sacrificou ao mercado.

De forma que a verdadeira dimensão do problema é muito mais vasta do que se sabe e talvez do que se possa imaginar.

Evidentemente. E para mais durante esse período não houve inspeções veterinárias. Praticamente não houve investigação, suspendeu-se a legislação e suspenderam-se as inspeções.

E o que é que faziam os inspectores comunitários nessa altura? Estavam a efectuar inspeções noutros sítios, diz a Comissão, que chegou a acusar o PE de não dar dinheiro para as inspeções, razão pela qual não havia inspectores suficientes. Mas pergunto outra vez, o que faziam então os pobres inspectores que dizem que existiam? A que se dedicavam? Pura e simplesmente não se dedicavam a isso. Dedicavam-se, por exemplo, a todos os problemas relacionados com a salvaguarda das condições de higiene nos matadouros, ou com as inspeções sobre as importações provenientes do Terceiro Mundo. Mas uma vez, o que os preocupava era o mercado.

O que resulta em mais responsabilidades para a Comissão?

Sem dúvida. Mas a responsabilidade máxima em todo o processo cabe ao governo britânico. Há aqui uma questão que é fundamental – a BSE é uma doença thatcheriana. Senão vejamos. Qual é a origem do problema? A origem do problema – e é isto que os cidadãos devem conhecer –, está ligada à vontade de sacralizar tudo ao mercado. Quando os procedimentos americanos de fabrico de farinhas para alimentação animal, feitas com os despojos dos próprios animais, se generalizam na Europa, aplicam-se também na Grã-Bretanha. Mas enquanto, por exemplo, na Alemanha, os processos de fabrico são rodeados de enormes cautelas, com garantias de este-

rilização, no Reino Unido isso não ocorre. De forma que, todas as normas estabelecidas desde há muito anos, sobre as condições de fabrico, com segurança e higiene, não são aplicadas porque na época da Margaret Thatcher os processos de fabrico são desregulamentados com o objectivo de fazer baixar os custos de produção. Produz-se farinhas sem nenhuma condições sanitárias para alimentar o gado e poder competir nesse grande mercado com os demais produtores europeus. Não quero com isto dizer que os produtores de gado britânicos sejam responsáveis, pois as farinhas, muitas vezes, nem sequer mencionavam os elementos nem os processos com que eram feitas. É pois um processo que visou desregulamentar de qualquer maneira, para baixar custos de qualquer maneira, para obter benefícios de qualquer maneira, à custa, claro da saúde dos cidadãos. É na época da Thatcher que a Grã-Bretanha generaliza esta prática de desregulamentar a qualquer custo, pois a sacralização do mercado nem que seja à custa da saúde humana a isso impelia.

Isto leva-nos, novamente, às responsabilidades da Comissão Europeia, que acaba por cometer o mesmo erro: esconde a doença para sacralizar o mercado, pois naquele momento está a entrar em funcionamento o Mercado Único.

Como é que se deu a passagem das conclusões do inquérito para a decisão de avançar com uma moção de censura?

Isso é muito interessante e a pergunta tem lógica, pois o natural seria que, perante os resultados de uma investigação se passasse à fase da atribuição das responsabilidades políticas. Desde o princípio de todo o processo, remontando à constituição da nossa Comissão, que houve a preocupação de evitar que se fizesse uma moção de censura. Desde o início que havia alguém preocupado com isto. Curioso, não? Antes da votação do relatório e inclusive antes da votação das emendas que propunham que a CI aconselhasse a instauração de uma moção de censura, já alguns grupos recolhiam assinaturas para que não se fizesse uma moção de censura. No entanto, a gravidade do que o relatório descobre é tão grande, os factos apurados são de tal forma irrefutáveis que a conclusão lógica tem que ser a moção de censura.

Assim, perante as responsabilidades da Comissão no processo, como é que o PE lhe pode exigir responsabilidades? Em primeiro lugar, não dispõe de outro meio que não seja a moção de censura. Claro que agora se pode recomendar à Conferência Intergovernamental que permita, em alguns casos, fazer uma censura personalizada aos diferentes comissários, mas tal não acontece, pelo menos por enquanto, pois a Comissão «blindou-se» por forma a evitar as censuras individuais. Se quer censurar um, tens que censurar todos, o que pode ser bastante desmotivador.

Quem está por detrás dessas «manobras de diversão»?

A Comissão foi pressionada pelo governo britânico, descobriu-se que esses famosos comités – o Comité Científico e Veterinário e o Comité Veterinário Permanente –, estavam nas mãos de britânicos. A Comissão também foi «sensível» aos lobbies e em relação às gelatinas, por exemplo, infelizmente não tivemos tempo para apurar quem mentia, se a Comissão se os fabricantes. Agora a indústria de fabrico de farinhas foi a grande favorecida com toda a história, sobretudo na Grã-Bretanha, onde não pôs em causa as medidas de desregulamentação impostas pelos governos da senhora Thatcher. E para entender isto dos lobbies basta ver como funciona a Política Agrícola Comum (PAC) e quem são os seus grandes beneficiários.

Pode-se objectivar muita coisa. Como o compromisso do governo alemão em desactivar a moção de censura, através de pressões aos deputados do seu país, a troca de promessas do Santer de dar postos importantes a funcionários alemães, como a recente nomeação de um alemão para a chefia da nova Agência de Protecção do Consumidor. Tudo isso funciona.

O que é que se passará agora?

O que os grandes grupos vão fazer é apresentar uma moção que dirá que, uma vez que o senhor Santer prometeu fazer caso do que dissemos, vamos ficar vigilantes, colaborar com ele e, dentro de algum tempo, se não tiver aplicado as nossas recomendações, recorreremos à moção de censura. Essa moção será votada, pois os grupos grandes assim o decidirão, na véspera da votação da moção de censura, o que é

mas uma tentativa de desactivar a moção e, em todo o caso, serve de alibi a um voto contra a moção.

Achas que conseguirão fazê-lo?

Infelizmente acho que vão levar a deles avante. A moção de censura está, sem dúvida, a emocionar todo o debate, a fazer com que haja um verdadeiro debate não só sobre a BSE como também sobre o funcionamento da Comissão, e a «teia institucional» dentro da qual não se percebe quem tem responsabilidades no quê. Além disso contribuirá para fazer com que todos os que disseram que estarão vigilantes em relação ao senhor Santer, que ameaçam com uma moção de censura no caso de a Comissão não cumprir as recomendações do relatório, se sintam mais pressionados a avançar para uma moção de censura.

Como se poderá isso reflectir na votação a grande diversidade política de deputados que subscrevem a proposta de moção?

Eu estou muito impressionado com a decisão dos serviços jurídicos do Parlamento Europeu que, consultados sobre o fundamento jurídico da figura da «moção de censura condicional», foram muito claros ao afirmar que só existe um tipo de moção de censura consagrada pelo Tratado da União Europeia e que o PE está no pleno direito de a exercer. Eu penso que é uma batalha. Numa das reuniões da CI, quando se falou da moção, um deputado mais ingénio disse que «o meu grupo disse-me que se houver uma moção abre-se uma crise europeia, uma crise institucional, uma verdadeira catástrofe...». O costume. E o que alguns de nós dissemos foi que, se isso acontecer, o pior que pode acontecer é uma dignificação do papel do Parlamento, uma coisa muito fresca de que este parlamento e a construção europeia necessitavam.

Eu sou dos que pensa que é isso que estamos a tentar fazer. Infelizmente, o que outros tentam fazer é desactivar esta oportunidade estupenda de que o PE agora dispõe, talvez pela primeira vez, de pôr em cima da mesa os seus direitos e dignificar a construção europeia. Ai está o início disso e está a chatear muita gente, o que me parece muito importante. Se a moção de censura fosse aprovada, o que é difícil, o que é que acontecia? Mudava-se a Comissão e de certeza que, a partir desse momento, ela daria muito mais importância àquilo que o Parlamento diz e faz.

Dizes que a moção pode contribuir para a dignificação da imagem e do papel do PE na construção europeia. Que papel pode ter o PE na crise das vacas loucas?

Eu estou convencido de que se nós não tivéssemos apresentado a moção de censura não tinha acontecido nada. Como dizia o relatório original, pedia-se à Comissão «que seja vigilante». Com a moção e todas as manobras desencadeadas como reacção, o que ficou evidente foi o receio da Comissão em relação à moção. Há-de pelo menos servir para que a Comissão, a partir de agora, não continue a agir da mesma maneira.



EM FOCO

■ Francisco Lopes
Membro da
Comissão Política

Privatizações

O caso dos Serviços Municipalizados de Setúbal

A POLÍTICA de privatizações, que o Governo PS prossegue com a aprovação do grande capital e o apoio dos meios de comunicação que este controla, é um dos mais graves atentados ao desenvolvimento do País e ao presente e futuro dos portugueses que a história desta fase da vida nacional não deixará de assinalar.

Todos os argumentos têm servido, todos os expedientes têm sido usados, para escamotear a essência do problema das privatizações, um processo gravemente lesivo dos interesses nacionais em que o Estado deixa de contar com muitos milhões de contos de lucros anuais, em que são alienadas alavancas fundamentais para o desenvolvimento do país, em que sectores estratégicos, de hoje e de amanhã, são transferidos para o controlo das multinacionais e sujeitos a uma lógica determinada pelo lucro que tudo sacrifica. Os direitos dos trabalhadores são postos em causa, os postos de trabalho ameaçados, a qualidade dos serviços públicos secundarizada e os seus custos agravados.

A fúria privatizadora do PS chegou à área autárquica e tem no processo de concessão a privados dos Serviços Municipalizados de Setúbal um exemplo elucidativo. A maioria PS da Câmara de Setúbal decidiu a privatização da gestão dos serviços, o Governo PS proibiu a EPAL de concorrer, num autêntico serviço combinado, que abriu o terreno ao grande negócio das multinacionais da água, com graves prejuízos para a população e o interesse nacional.

1 — Depois do polémico e ruinoso processo de concessão da exploração da central de compostagem de resíduos sólidos urbanos, a maioria PS da Câmara Municipal de Setúbal pôs em marcha a privatização da gestão dos Serviços Municipalizados de Setúbal, que tem a seu cargo a captação e distribuição de água e o sistema de águas residuais.

Decidido sem qualquer debate público, o caderno de encargos do concurso público, cujo prazo, limite acaba de terminar, prevê o estabelecimento de um contrato por 25 anos, em que a empresa que ganhar a concessão terá a exclusividade da gestão dos equipamentos. Mas ao contrário do que se poderia supor, os investimentos em novos equipamentos continuam a ser da responsabilidade da Câmara (ficando apenas a gestão dos mesmos à responsabilidade da concessionária). É mesmo um grande negócio para as futuras concessionárias.

Quanto às tarifas, não são dadas garantias que acautelem uma escalada de agravamento.

Sobre o pagamento da água consumida pela própria Câmara na sua actividade, ou que esta cede gratuitamente a entidades de interesse público, e sobre os vínculos e direitos dos trabalhadores dos SMS não são também dadas garantias.

2 — À natural inquietação, descontentamento e protesto que este caminho desperta na população do concelho de Setúbal e nos trabalhadores da Câmara, veio associar-se a escandalosa decisão do Governo PS, invocando que não era oportuno, de proibir a EPAL de concorrer à concessão da exploração, depois de esta ter já iniciado o trabalho para esse efeito. Tal proibição que reedita uma decisão semelhante do governo do PSD em relação ao concelho de Mafra e contra a qual o PS então se pronunciou, significa que o consórcio nacional que a EPAL tenha cons-

tituído, envolvendo a CGD, a EMARLIS e a EFACEC e que dava garantias de experiência, qualidade, rigor e controlo nacional, fica arreadado, deixando livre o terreno para a Indaqua, a Assi-

constroí, a Luságua (ligada às Águas de Barcelona e à Lyonnaise des'Eaux) e a Général des'Eaux.

3 — As consequências desta opção do Governo do PS e da maioria PS da Câmara de Setúbal estão à vista:

— Desperdiçam as enormes vantagens que resultam de uma política intermunicipal na melhoria do serviço de águas e de tratamento de esgotos e podem pôr em causa uma adequada gestão dos recursos hídricos na Península de Setúbal.

— Abrem a porta, num sector de extraordinária importância social, à perspectiva de acentuados aumentos de preços e ao condicionamento da qualidade do serviço e dos investimentos à implacável lógica do lucro. O critério orientador da gestão não será em primeiro lugar o dos interesses e necessidades da população ou a qualidade do serviço, mas os lucros do investimento. Isso mesmo nos é revelado pelo exemplo de processos semelhantes em outros países. Na Inglaterra e no País de Gales, em consequência da privatização, os preços da água aumentaram 30% só num ano e os problemas de poluição agravaram-se, criando um grande descontentamento. Em França, foi concluído, por entidades fiscalizadas, que a gestão privada é mais cara que a gestão pública. As empresas privadas de água acumulam lucros fabulosos à custa dos preços praticados e aparecem associadas a alguns dos mais graves casos de corrupção.

— Criam condições para receber alguns milhões de contos no imediato, deixando um pesado encargo e enormes riscos para o futuro (dos 17 milhões de contos, que a Câmara poderá receber, 5 milhões correspondem aos primeiros 10 anos, e destes 3,5 milhões de contos seriam pagos até ao fim do segundo ano não havendo lugar a qualquer pagamento nos três anos seguintes).

— Abrem o caminho para um crescente domínio do estratégico sector da água pelas multinacionais e põem em risco os direitos e vínculos dos trabalhadores dos SMS.

A fúria privatizadora do PS chegou à área autárquica e tem no processo de concessão a privados dos Serviços Municipalizados de Setúbal um exemplo elucidativo.

4 — Perante a evidência das consequências da privatização, os seus adeptos vão-se esforçando para defender o indefensável. É assim que ouvimos recentemente representantes das multinacionais da água falarem da vantagem da gestão privada dando como exemplo situações em que existindo uma avaria que implique substituição de equipamento, enquanto com a gestão pública seria preciso um concurso e visto do Tribunal de Contas para o adquirir, no caso de gestão privada ia-se à loja comprava-se e instalava-se. Falta dizer, neste exemplo aparentemente inatacável, que são os mesmos que salientam esta vantagem da solução privada, que impõem às autarquias um intolerável colete de forças administrativo que não tem como finalidade qualquer propósito de transparência, antes visa criar condições objectivas e argumentação que conduzam à chamada inevitabilidade da privatização. A solução é fácil! Altera-se a legislação e acaba-se com esse colete de forças à gestão autárquica.

5 — O que move afinal o Governo PS e a maioria PS da Câmara de Setúbal em todo este processo? Não é a garantia dos serviços no futuro! Não é uma visão integrada do aproveitamento dos recursos hídricos no distrito e na AML! Não é a qualidade do serviço! Não é a baixa de custos!

O que faz mover o PS é a verdadeira natureza da sua política que sobrepõe os interesses do grande capital e das multinacionais aos interesses das populações e do país.

O que faz mover o PS são os negócios que se podem esconder atrás deste processo, suspeita que a decisão de proibir a concorrência do consórcio nacional da EPAL ainda mais evidencia. Como compreender de outra maneira tão escandalosa decisão? É "inoportuna" a concorrência da EPAL, alega a ministra. Porquê? Há compromissos assumidos? Por quem e em nome de que interesses?

O que faz mover o PS é também a consciência da sua desastrosa gestão na Câmara de Setúbal. Uma gestão que se baseou na arrogância e no autoritarismo, não resolveu os problemas, se mostrou incapaz de dar resposta às necessidades da população e às exigências do desenvolvimento do concelho, que desbaratou enormes recursos e endividou o município e procura desta forma encaixar alguns milhões de contos no imediato, para fazer algum fogo de vista eleitoral, mesmo que a troca de novos e graves prejuízos futuros.

O processo de privatização dos SMS que justifica o protesto dos trabalhadores e da população, constitui uma nova afirmação da necessidade da substituição da gestão do PS na Câmara de Setúbal por uma alternativa que traduza os interesses e aspirações da população, pelo projecto que a CDU protagoniza. Este processo constitui igualmente uma indelmentável condenação da política do Governo PS a mostrar a necessidade de uma política de esquerda, de um novo rumo para Portugal.



O Euro e as cruzadas

No «Diário de Notícia» de quinta-feira passada, a propósito da Moeda Única (o EURO) e das declarações dos condutores da Europa dos negócios que defendem a não inclusão do Escudo e de outras moedas dos países de economias dominadas ou periféricas no clube dos fundadores do Euro, Cunha Rego escrevia: «não convirá que os portugueses se dividam, se os sumo-sacerdotes da banca europeia quiserem excluir Portugal, mesmo cumpridos todos os seus critérios e provada a sua sustentabilidade. Nesse caso, não estará em jogo essa moeda – a favor ou contra a qual pouco se pode fazer neste momento – mas um desígnio nacional digno do nome: a unidade perante a prepotência estrangeira.»



■ Lino de Carvalho

1. Estava dado o mote para o debate dessa mesma tarde na Assembleia da República e para uma viragem na abordagem pública da 3.ª fase da União Económica e Monetária que se ajustava perfeitamente à estratégia e às necessidades do PS e do PSD mas também do PP. Em vez da discussão e do esclarecimento sobre as questões substanciais da Moeda Única centrava-se a atenção numa alegada defesa da dignidade nacional contra os teutões e a Europa do Norte.

Com esta estratégia, PS e PSD evitariam o debate de questões incómodas.

O PS articulava com o PSD (seguramente a troca de outro negócio na revisão constitucional) uma patrioteira resolução conjunta em defesa da entrada de Portugal, logo a partir de 1 de Janeiro de 1999, na terceira fase da União Económica e Mone-

Em contrapartida, o PSD – não sem alguma polémica interna – aproveitava para reafirmar a sua imagem de partido do sistema e de Estado e confirmava a sua fé europeia junto do PPE, a que aderiu recentemente, exactamente no dia em que Marcelo Rebelo de Sousa se apresentava aos seus novos pares, em Bruxelas.

Mais, o PSD obtinha do PS o reconhecimento público das virtudes do cavaquismo expresso no elogio da resolução à «sustentabilidade do processo de redução do défice orçamental, de desinflação e de estabilidade cambial ao longo dos últimos seis anos». Mas não só. No discurso do deputado e membro do Secretariado Nacional do PS, Carlos Zorrinho, vai-se mesmo mais longe ao afirmar que com este «consenso estratégico quando à integração de Portugal no grupo fundador da Moeda Única... o PSD poderá ver aplicado o projecto macro-económico que iniciou». Espantoso. Depois desta afirmação tão clara, esperamos que o PS não tenha mais a ousadia de afirmar que o seu projecto para Portugal é diferente do do PSD.

2. Mas esta «união nacional» também convinha ao PP. É que, como os menos distraídos têm seguramente notado, o PP tem vindo a alterar (de acordo, aliás, com os próprios interesses da CIP) a sua posição populista inicial de aparente rejeição da Moeda Única e até atenuado a exigência do referendo, escondendo-se atrás de um discurso cada vez mais ambíguo de Manuel Monteiro. Esta mobilização do «patriotismo» contra a ingerência estrangeira configurada nas afirmações do Ministro das Finanças da Holanda veio mesmo a calhar. No discurso produzido na Assembleia da República, Manuel Monteiro não fez uma única alusão contra a Moeda Única nem a favor do referendo. Numa fuga para a frente derivou para as questões das decisões por maioria e para uma retórica oca sobre a alternativa que o PS e o PSD têm para o

destacadas do PP, como a Presidente do Grupo Parlamentar, afirmam pública e expressamente a sua concordância com a Moeda Única malgrado a roupagem de disfarce com que envolvem o seu discurso (recorde-se, por exemplo, a intervenção de Maria José Nogueira Pinto num recente Programa Parlamento da RTP 2).

Importa pois desmontar a ideia de que o PP se opõe à Moeda Única. De facto (já não se opõe. Nem podia ser de outra forma, se atentarmos também na evolução das posições da CIP e de outros padrões do capital nacional.

3. Da parte da esquerda, do PCP, devemos colocar o debate no nosso próprio terreno.

Aliás, a perspectiva defendida pela Alemanha, a Holanda, a França, os banqueiros europeus é recentemente reafirmado em Davos de que não é prudente que as moedas das economias do Sul adiram desde já ao Euro (independentemente do cumprimento ou não dos critérios de convergência) só vem confirmar o que o PCP sempre disse. A Moeda Única não é um instrumento ao serviço de uma Europa de nações iguais e soberanas, promotor do progresso e do emprego. O euro é uma âncora para o chamado mercado único, é um instrumento necessário ao reforço da capacidade competitiva do capitalismo europeu e das suas transnacionais, no quadro de uma economia «globalitária», face ao capitalismo americano e japonês (ou asiático) na luta pelo domínio dos mercados mundiais. Logo, a relação cambial do euro com o dólar e o iene tem de ser uma relação forte o que implica a criação de uma moeda altamente valorizada, à imagem e semelhança das moedas que hoje ditam as regras do Sistema Monetário Europeu (o marco e o franco). E nem alemães nem franceses estão interessados numa moeda instável ou fraca com as repercussões que isso teria nos mercados financeiros e na remuneração dos respectivos capitais.

Só que o dinheiro é «uma mercadoria que desempenha a função social de exprimir o valor de todas as outras mercadorias». Isto é, o valor da moeda deve reflectir o nível de desenvolvimento do sistema produtivo, da produtividade da economia.

Um euro com uma taxa de câmbio estabelecida para corresponder aos patamares de produtividade da economia alemã, por exemplo, é obviamente uma moeda excessivamente valorizada e desequilibrada em relação às economias mais periféricas como a portuguesa, cujas produções – no sector industrial, por exemplo – perderiam capacidade competitiva, designadamente nos mercados fora da zona do euro. Com a mesma moeda mas com níveis de produtividade muito diferente é evidente que empresas e produtos alemães, holandeses, franceses derrotarão com facilidade as empresas e a economia portuguesas. Com isto não estou a defender uma política com base em desvalorizações de moeda, mas sim a manutenção de um sistema com várias moedas, com as suas taxas de câmbio próprias permitindo a execução de políticas económicas e monetárias mais adequadas às necessidades e especificidades de cada economia.

Num quadro de uma Moeda Única e de um sistema com taxas de juro idênticas então a tendência dos investimentos é para se dirigirem e concentrarem nas regiões mais desenvolvidas e mais ricas onde os níveis tecnológicos e de produtividade geram maiores taxas de rentabilidade dos capitais investidos com a correspondente deslocalização das empresas.

4. Em consequência, o desemprego e a crise social agravar-se-ão nas regiões menos favorecidas como Portugal. Isto mesmo assinala uma recente resolução aprovada na última Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Neste quadro, a alternativa que os ideólogos da Moeda Única defendem é que a capacidade competitiva das empresas e das economias dessas regiões seja construída à custa do desmantelamento dos sistemas de protecção e segurança social, da remuneração da força de trabalho com políticas ditas de moderação salarial, de desregulamentação das relações de trabalho e de enfraquecimento dos direitos e garantias dos trabalhadores, de pressão sobre as reformas, tudo com vista à redução dos chamados custos de trabalho.

Simultaneamente, defendem, como decorrência da Moeda Única e da total liberdade de circulação dos capitais, uma política de completa mobilidade para os trabalhadores que os obrigue a serem empurrados, como acontece nos EUA, de País para País, de uma região para outra, em função dos interesses do capital e indo atrás da deslocalização das empresas. Foi, aliás, tudo isto que esteve na base da recente luta dos trabalhadores na Coreia do Sul onde a legislação do trabalho foi alterada numa sessão clandestina do parlamento com vista, como o Presidente da Coreia do Sul afirmou, à existência de «uma mão-de-obra mais flexível, indispensável para o incremento da produtividade do País face ao estrangeiro».

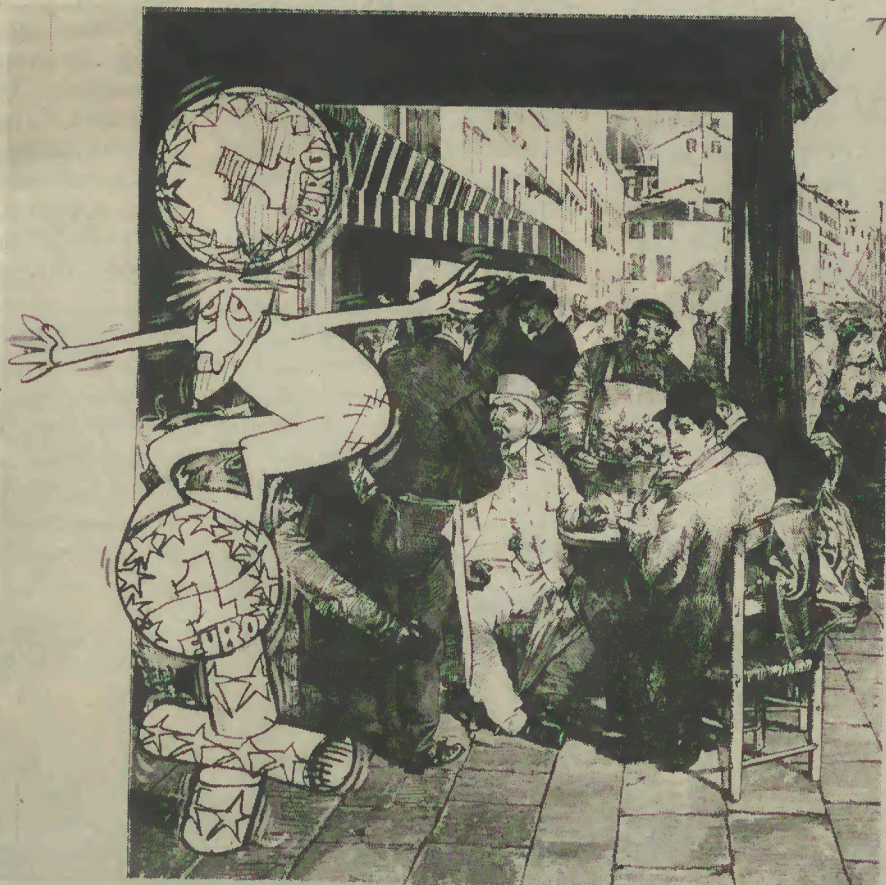
Mas como os ideólogos mais realistas e prudentes reconhecem que tais políticas de mobilidade e flexibilização laboral levadas ao extremo são inaceitáveis e conduziram a graves problemas sociais e políticos, então apontam, como perspectiva mais optimista e como se pode ler na resolução do Conselho da Europa, a expectativa de «que os reformados da Europa do Norte optem pelos céus mais clementes do Mediterrâneo» transformando Portugal num atractivo centro de dia para a 3.ª idade e criando-se emprego no apoio aos mais idosos!!!

5. Finalmente, importa ainda recordar que uma Moeda Única implica políticas económicas, monetárias e fiscais únicas e exige instrumentos únicos de direcção política. Isto é, a Moeda Única é um instrumento de um projecto político visando a construção de uma Europa Federal com a consequente perda de soberania nacional. Desde já com Portugal a renunciar a essa soberania num dos domínios mais importantes e sensíveis que é o da gestão por um País da sua própria moeda, transferida para um Banco Central Europeu, onipotente e politicamente irresponsável, sediado na Alemanha e em cujo executivo Portugal nem sequer participa.

Estas são algumas das questões centrais e incómodas que o PS, o PSD mas também o PP e o pensamento dominante se esforçam por escamotear.

O euro, o mercado único, a mundialização da economia e, noutra vertente, a globalização das questões de defesa e segurança são pilares de um processo tendente à hegemonização do planeta pelas transnacionais, pelos mercados financeiros, pelo capitalismo, aproveitando-se da decomposição do sistema socialista.

No plano das ideias e da luta concreta dos trabalhadores este é um combate que temos de travar com todo o nosso empenhamento. Esta é a verdadeira cruzada.



tária. O Governo apresentar-se-ia em Bruxelas com uma aparente maior força negociadora e reforçava a sua imagem de poder dialogante. O PSD reafirmava o apoio aos objectivos inscritos no Orçamento de Estado para 1997 e ao denominado «Pacto de Estabilidade e Crescimento» assinado em Dublin e até esquecia os truques de aparente distanciamento ensaiados dias antes por Marcelo Rebelo de Sousa.

País se Portugal «não conseguir reunir os votos suficientes para aderir à Moeda Única na data prevista». A única diferença que parece restar no discurso oficial do PP é não aceitar o euro como um fim, como um desígnio, mas aceitar que possa ser «um meio», «um instrumento de política económica posto ao serviço da competitividade das empresas». Mas isto também dizem PS e PSD. Simultaneamente, figuras

■ Carlos Luís Figueira

CUBA

“Si, se puede!”

Visitar Cuba era um velho sonho. A revolução cubana é dos acontecimentos mais marcantes da geração a que pertencemos. O seu triunfo e as características do movimento revolucionário que lhe deram corpo provocaram em milhares de jovens que despertavam no nosso país para a luta contra a ditadura fascista e a guerra colonial uma onda de múltiplos sentimentos numa mistura de admiração, de solidariedade, de afecto, de inspiração. Os seus heróis também foram nossos.

A queda dos regimes socialistas no Leste da Europa, em acontecimentos que não se repetiram nesta pequena ilha do Caribe a poucas milhas dos Estados Unidos, aumentou a curiosidade e ampliou o desejo de cumprir o velho sonho.

Cheguei a Cuba em finais de Dezembro num fim de tarde, iniciando o percurso entre o aeroporto e o centro de Havana com a ansiedade de quem quer absorver tudo desde o primeiro momento. Por aqui fiquei durante três semanas e mais de 3 mil quilómetros percorridos. Parti com um irremediável desejo de voltar, um sentimento de solidariedade acrescida e renovadas forças para continuar a lutar por uma sociedade mais justa — o socialismo!

Solidariedade decisiva

O triunfo da revolução em 1959 surge num País com uma economia extremamente dependente dos EUA e assente sobretudo na produção da cana-de-açúcar, tabaco, jogo e prostituição desfrutados por milionários americanos. A solidariedade prontamente recebida pelo campo socialista foi então decisiva para manter o novo regime que emergia de uma revolução com particulares características nas quais não é pouco importante sublinhar o seu romantismo e a utopia de algumas das suas propostas.

O bloqueio decretado desde logo pelos Americanos na tentativa de afogar, derrotar, a nova revolução, medida seguida pela maioria dos Estados do Continente e mesmo por governos de países europeus com quem Cuba mantinha relações económicas (caso entre outros da Inglaterra) obrigou a uma reconversão brutal das suas estruturas de produção e comercialização. Deixaram, entre muitas outras consequências, de ter peças suplentes para máquinas e sistemas de transportes e procurar novos mercados para vender o que então se produzia: fundamentalmente açúcar e tabaco.

A integração de Cuba no campo socialista e a aceitação da divisão interna do trabalho distribuída no interior do CAME, no qual lhes ficou a caber a pro-

dução de cana, tabaco, níquel e alguma pesca, medidas justificadas então pelo poderoso argumento de que era mais barato comprar o resto do que produzi-lo no país (mas sem dúvida, e hoje tem-se consciência disso, pagando o elevado preço do abandono de um projecto próprio de desenvolvimento), a estatização de toda a actividade económica que se seguiu (ficaram de fora somente terras já na posse de camponeses em geral produtores de tabaco), a utopia de algumas medidas de largo impacto social (em Cuba ainda hoje a generalidade da população não paga impostos, os transportes têm um preço simbólico; as casas são em geral propriedade de quem as habita, chegou a admitir-se a gratuitidade dos transportes colectivos nas principais cidades e até a abolição da moeda numa corrida para um comunismo utópico sem qualquer suporte) permitiram, juntamente com o prático desaparecimento do desemprego e com a educação e a saúde inteiramente gratuitas, criar não só um amplo apoio social à revolução como elevar substancialmente o nível de vida do povo.

A queda do socialismo na União Soviética e restantes países do Leste Europeu mergulham o País numa gravíssima crise económica. De repente, Cuba, em 1990, regressa a uma situação objectivamente pior que a enfrentada no início da revolução vitoriosa em 1959. Porque no plano económico, continuando a ser um país fundamentalmente agrícola, perde a solidariedade que sustentava em boa parte os equilíbrios sociais que mantinham através do nível de vida que o povo usufruía, com a agravante de terem de enfrentar sozinhos, numa situação internacional bem menos favorável, as consequências ampliadas do reforçado bloqueio decretado e imposto pelos americanos com terríveis consequências no plano económico, social e político. Cuba conta, agora, só com as suas próprias forças para empreender, de novo, uma profunda reconversão da sua economia.

Na nova situação criada, trinta anos depois, o país ficava sem petróleo, de novo sem peças suplentes, sem mercados, com enormes dificuldades para comprar e vender o que quer que fosse no exterior.

Enfrentar dificuldades

Já antes de 1989 e durante o curto período da chamada “Perestroika” empreendem uma reflexão sobre a situação económica do País, na procura de encontrar soluções para problemas com que então já se defrontavam. Mas é sobretudo a partir de 1990 com o início do chamado “período especial” que são anunciadas por Fidel uma série de medidas que significaram, entre outros aspectos, passar o País a viver com base numa economia de guerra, com profundas e negativas repercussões na vida do povo.

Anunciam e promovem tais medidas em nome dos valores mais nobres da revolução e na clara reafirmação de que continuarão a bater-se pela construção de uma sociedade socialista. Anunciam-nas e promovem-nas no quadro de uma nova batalha na qual o sentido da independência, da pátria, da dignidade do povo, surgem como valores indispensáveis a mobilizar para enfrentar as novas dificuldades claras e corajosamente expostas ao País.

O PIB cai mais de 30% no início dos anos 90. Estabelece-se uma curtíssima dieta alimentar. O fornecimento de leite é somente garantido a crianças até aos 7 anos. Passa-se um ano sem gota de óleo ou gordura alimentar distribuído à população. Lança-se o apelo para andar de bicicleta, apelo largamente seguido porque hoje Cuba é de facto um país de bicicletas. Raciona-se a gasolina. Fixam-se “apagões” (prolongados cortes de fornecimento de energia eléctrica para poupar combustível) que em alguns momentos chegam a durar largas horas o que torna a vida dos cidadãos mais dura ainda. Deita-se mão a todas as formas de transporte: camiões de caixa aberta a transportar pessoas (as “guaguas”) para os locais de trabalho, carros de tracção animal são de novo chamados a cumprir esse papel, improvisam-se autocarros, estabelece-se um sistema que obriga os carros com matrícula estatal a dar boleia a quem necessite, circulam automóveis que constituiriam, noutras circunstâncias, lindíssimas peças de museu e que agora teimosamente, através de uma fan-

tasmagórica e impensável relação afectiva entre o carro e o seu dono, se tornam ainda úteis nas suas funções.

Os primeiros 4 anos de “período especial” são assim anos duríssimos, de privações e fome, de inacreditáveis dificuldades e sacrifícios, suportados heroicamente por este povo numa situação só possível de facto pelo prestígio do Partido e dos seus principais dirigentes entre os quais a figura de Fidel desempenha um papel singular, pelo exemplo de austeridade e generosidade das suas próprias vidas, pelo exemplar combate à corrupção, pela ligação ao povo, porque uma larga corrente da sociedade, continuava a apoiar da forma mais generosa e nobre os ideais da revolução.

Corrigem-se erros e utopias. Melhoram-se a relação entre o Partido, as massas, as organizações populares. Reafirma-se e valoriza-se a importância do trabalho, da produtividade, da eficiência. Combate-se o “escudo” que em muitas circunstâncias constituiu o bloqueio e os americanos para “justificar”, esconder ou escamotear, a negligência e a acomodação. Empreendem-se novas linhas para a economia. Raul de Castro lança o célebre apelo “Si Se Puede” hoje presente em todo o País.

Mas, neste mar de dificuldades e sacrifícios, não se fecha nenhuma escola, mesmo que cada aluno tenha que escrever a lápis nos seus cadernos para no final do ano escolar apagar as folhas para o poder continuar a utilizar. Remendam-se os uniformes escolares e as sapatilhas, num esforço heróico para não acentuar desigualdades sociais. Os cubanos aprendem a fazer trocas entre vizinhos com base nos produtos que lhe estão distribuídos: troca-se tabaco e rum por arroz ou feijões. Cria-se a figura do

“recadeiro” em geral desempenhada por gente mais idosa que a troca de alguns pesos vai para a bicha dos armazéns do Estado para comprar o que chegar e depois fazer a sua distribuição pelos habitantes do bairro. Desenvolvem-se e aprofundam-se sentimentos de solidariedade e interajuda. Inventam-se formas de vida e sobretudo de sobrevivência.

Crescimento

No esbracejar contínuo para encontrar soluções para a gravíssima situação económica e social em que o País foi mergulhado várias medidas são tomadas das quais foi possível referenciar: a aposta no turismo, aproveitando as excepcionais condições naturais do País, como meio para captar investimento externo e divisas, meios indispensáveis para poderem comprar no exterior o que mais necessitam e promoverem a diversificação da actividade económica; a abertura à iniciativa privada de vários sectores (pequenos serviços, restaurantes — “Os Paladares” — embora limitados a uma capacidade máxima de 12 pessoas; artesanato; reposição dos mercados agro-alimentares nos quais camponeses e intermediários vendem a preço livre os seus produtos; constituição de sociedades mistas para explorar a comercialização de hotéis; prospecção e exploração de recursos naturais designadamente petróleo e ouro (Cuba já produziu em 1996 em associação com empresas canadianas e francesas 140.000 toneladas de petróleo); despenalização da posse e utilização de moeda estrangeira por cubanos, designadamente do dólar (é preciso esclarecer que a posse e utilização de moeda



Os transportes são um problema. Velhíssimos carros persistem. E camionetas abertas, os guaguas, o público, como se vê nestas imagens de Santiago

EM FOCO



Um grupo de escritores e artistas de Santiago (em cima). À esquerda, na paisagem lendária de Sierra Maestra, um grupo de trabalhadores

xos problemas, com repercussões maiores porque tomadas num quadro de uma maior fragilização do tecido social.

A liberalização da circulação e manipulação do dólar conduziu à criação de uma situação de País com dupla moeda e sobretudo a permitir que o acesso ao dólar passasse a constituir, perversamente, um instrumento para acesso a melhores condições de vida e à súbita criação de desigualdades sociais. Prevê-se que hoje das formas mais diversas 30% da população tenha acesso directo ao dólar. Em algumas profissões parte do salário é pago em Pesos convertíveis mas é um facto que as desigualdades se aprofundam numa sociedade que até aqui não as tinha conhecido na expressão e no peso que hoje estão a assumir.

A explosão da prostituição está, sem dúvida, também ligada a esta situação com o perigo real de Cuba poder, com reais prejuízos para o futuro da sua actividade turística, ser equiparada a um destino associado ao turismo sexual atrás do qual vem necessariamente a pedofilia, a droga, a pornografia e a sida. O espectáculo a que hoje assiste, desse ponto de vista, é degradante e ofensivo. A marginalidade, o roubo, a pedinçice, são hoje fenómenos com maior expressão na sociedade.

A fobia do acesso ao dólar como mecanismo para aliviar dificuldades, está a transferir para actividades não qualificadas gente com alta formação técnica (arquitectos a transportar turistas em triciclos, médicos a optarem por serem cantores de salsa, biólogos e professores universitários em cozinheiros e transportadores de malas em hotéis, para além de gente que sai do País) bem como à criação de uma rede de "profissões" marginais nas quais, com pouco trabalho, muito expediente e poucos ou

nenhuns escrúpulos, se ganha num dia, em dólares, o que um esforçado e qualificado trabalhador ganha num mês de duro trabalho.

Esta realidade comentada e criticada com mágoa pelos sectores mais empenhados na defesa do regime pode constituir ainda o fermento, o campo fácil e barato, para estimular e mobilizar actividades contra-revolucionárias.

Estima-se que haja na Embaixada Americana cerca de 300.000 pedidos de visto de cubanos que desejam sair do País. Esta é uma realidade decorrente das medidas tomadas a seguir à celebre crise

com longas horas de espera a jornada diária de quem quer continuar a trabalhar honestamente para o seu País. Tudo isto constituiu emocionantes exemplos de uma grande coragem e heroicidade.

Os efeitos do bloqueio significam um duríssimo obstáculo às possibilidades de Cuba se poder desenvolver mais rapidamente. O País dispõe de grandes conquistas científicas no plano da saúde pública que poderiam constituir importantes meios de ingresso de capitais para serem aplicados noutras áreas da sua economia.

Este País que dispõe de uma elevadíssima taxa de pessoal qualificado em relação ao conjunto da população poderia, com base nesta realidade, intensificar rapidamente o seu desenvolvimento económico se o bloqueio com a política que lhes está associada fosse derrotado.

Porque neste enorme mar de dificuldades e privações Cuba em 1996 figura entre os 10 países do Mundo com menor taxa de mortalidade infantil e 98% dos partos foram assistidos em maternidades.

Cuba é bombardeada por 200 horas diárias de emissões contra-revolucionárias realizadas a partir de Miami. Qualquer cubano tem acesso com uma antena vulgar às diversas emissões de televisões americanas. Não havendo formalmente Partidos constituídos, a sua presença política faz-se sentir no quotidiano dos cubanos, num País, é preciso assinalá-lo, que continua a ter mais de 300.000

ção, a heróica resistência que se processa alicerça-se também em valores que para muitos estão para além do regime actual e das suas características. Valores éticos, de dignidade, de profundo sentimento de independência e de Pátria, de "cubanismo" associados a um forte sentido anti-imperialista e particularmente antiamericano, que pela profundidade que têm na consciência colectiva constituem laços unificadores na defesa do regime.

Contributo para esta enraizada consciência foi sem dúvida dado pela contínua valorização do passado histórico deste povo na luta pela sua independência. Na justa valorização dos principais protagonistas dessa luta nos quais emerge a figura de José Martí, não só como teórico da luta pela independência do jugo espanhol e das pretensões anexionistas dos americanos mas como portador de valores morais e éticos, de coragem, de dignidade e de libertação, presentes na sua obra e no exemplo da sua vida.

Mas, a resposta quanto ao futuro está indissolúvelmente associada à capacidade para manter a actual correlação de forças na sociedade, sendo que para tal será decisivo resolver os problemas económicos em que o País se debate e com eles o fim da economia de guerra. A fome e as extremas privações são inimigas da razão.

Exemplo e estímulo

Cuba, lembrando as palavras da canção de Pablo Milanés (Pablito como por aqui lhe chamam), não é nem poderia ser uma sociedade perfeita. Mesmo os mais progressistas terão a tendência para exigir hoje de Cuba o impossível. De comparar Cuba a países mais desenvolvidos cumprindo com tal raciocínio várias injustiças. Porque este País, comparado com outros deste Continente, apesar das dificuldades que enfrenta, tem níveis civilizacionais incomparavelmente superiores. Porque se pode com raciocínios e julgamentos menos ponderados desvalorizar os enormes sacrifícios de todo um povo para continuar a sua caminhada na grande e heróica saga de construir uma sociedade socialista. Mais do que exigir o que hoje adequadamente e em primeiro lugar se coloca é assumir a necessidade de reforçar um amplo movimento de solidariedade para com este País e este povo.

Cuba, país lindíssimo, país multirracial sem conflitos étnicos, país musical de provocadora sensualidade, representa de facto um pequeno ponto no Mundo em que vivemos. Mas não restam dúvidas que o seu exemplo constitui um estímulo importantíssimo na luta global dos trabalhadores e dos povos por uma sociedade mais justa liberta da exploração e da humilhação.

Despedi-me de Havana num fim de madrugada num dos cenários finais de "Morango e Chocolate" filme inspirado no conto de Senel Paz "O Lobo, o Bosque e o Homem Novo", prémio da crítica em 1992. A casualidade trouxe-me inevitavelmente à memória fragmentos da história tratada num controverso filme pago com dinheiros do povo cubano e que livremente circulou por todo o País. Revejo a cidade pela última vez no recorte majestoso do nascer do dia olhando para o Malecon a ferver de gente no início de mais um dia de trabalho. As personagens são agora diferentes daquelas que de noite ou em finais de tarde ocupam este magnífico lugar exprimindo na mudança as contradições de um processo que no seu percurso foi deixando para trás gente mutilada, vencida, inválida. Mas a história que diariamente aqui se faz ainda tem como principais protagonistas os que acreditam ser possível construir uma sociedade socialista. Oxalá o consigam!



O belo monumento a António Maceo, em Santiago de Cuba

dos balseiros quando o Estado cubano levantou os entraves à saída de gente. A decisão causou óbvios embaraços aos americanos que agora distribuem por sorteio meia dúzia de vistos por mês.

A maioria das pessoas que pretende sair não são contra-revolucionários. A esmagadora maioria gostaria até de ficar em Cuba e alguns dos que partem, desiludidos, procuram voltar. Trata-se sobretudo de gente que quer fugir às agudas dificuldades que representa hoje trabalhar e viver em Cuba, que perdeu a esperança, que construiu ou imaginou um projecto de vida com fácil acesso a bens de consumo, sonho e projecto que depois, nem sempre, conseguem concretizar.

O bloqueio continua

Cada ano que passa é comemorado justamente como uma vitória. Luta diária para encontrar soluções que permitam desenvolver o País, diversificar a base produtiva e melhorar as condições de vida do povo. Mas, apesar de algum alívio, as dificuldades são ainda enormes. A dieta alimentar continua curtíssima. O salário não dura para todo o mês. Inventam-se diariamente soluções para sobreviver. Há desemprego não tanto por falta de trabalho (há carências grandes de mão-de-obra no campo) mas porque se prefere viver de expedientes. As dificuldades nos transportes avolumam

armas distribuídas entre a população através dos CDR's.

Que futuro?

Neste contexto, pode perguntar-se: que saída?, que futuro? Foi uma interrogação continuamente colocada ao longo de toda a viagem durante a qual foi possível falar com gente anónima das mais diversas idades e profissões.

A resposta, mesmo daqueles que mais criticamente se referiam à situação em que vivem, foi sempre marcada por uma forte disposição para enfrentar e vencer as dificuldades do presente.

A ideia predominante, presente numa largá corrente da sociedade, constituída em grande parte pelos filhos da revolução é de não haver alternativa, não fazer sentido após tantos anos de sacrifícios, abdicar-se agora para abrir caminho à instalação de um regime capitalista, com consequências ainda mais graves para a maioria do povo.

Sentimento, ideia, sem dúvida inseparável da influência do Partido, do prestígio dos seus principais dirigentes, protagonistas de uma revolução ainda bem viva na memória e no sentir do povo entre os quais Fidel ocupa uma posição singular, associada aos seus exemplos de coragem, dedicação, fidelidade à Pátria e à sua independência.

Mas, para além da influência do Partido e do prestígio dos seus dirigentes, nos quais também hoje se inclui gente mais jovem, a geração do pós-revolu-

estrangeira constituía um grave crime punível severamente pela legislação do País) com a consequente criação de uma rede de estabelecimentos onde é possível comprar com moeda estrangeira, independentemente da nacionalidade que possua; criação de um Peso convertível na relação de 1/20 dólares com o objectivo, entre outros, de possibilitar o acesso a um mercado, só acessível em divisas ou peso convertível, a um maior número de pessoas.

O conjunto das medidas tomadas permitiu aliviar o sufoco em que se encontravam, impedir a curva descendente da economia do País, aliviar as dificuldades do povo. Os "apagões" são hoje menos frequentes. Nos mercados agro-alimentares é possível encontrar carne, legumes, fruta, arroz, mesmo que a preços mais elevados. O ano de 1996 apresenta já um crescimento do PIB de 7,8%, muito acima das previsões feitas, embora se tenha que ter em conta que se parte de uma base bastante baixa e os resultados globais obtidos não se fazem ainda sentir grandemente no aumento da qualidade de vida das pessoas.

Novos problemas

Todavia, algumas das medidas criaram, inevitavelmente, novos e comple-



■ Rosa Xisto

Mulheres manifestam-se a 8 de Março

Afirmar a igualdade

A afirmação da necessidade da concretização da igualdade tem sido uma constante intensificada nos finais deste século – quer a nível do discurso oficial quer nas análises de técnicos, nomeadamente dos que se debruçam sobre temas relacionados com o desenvolvimento.

Por exemplo, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano/95 concluiu:

«Os movimentos em direcção à igualdade dos sexos não são um objectivo tecnocrático – são um processo político. Exige uma nova forma de pensamento, na qual o estereótipo da mulher e do homem dê lugar a uma nova filosofia que considere toda a gente, independentemente do sexo, como agente essencial de mudança.

«A igualdade de direitos entre homens e mulheres deve ser encarada como um princípio fundamental.»

Conclusões que tornam ainda mais notável o facto que hoje, 140 anos passados sobre uma luta de mulheres que serviu de bandeira à proposta que estabeleceu o dia 8 de Março como dia Internacional da Mulher, num tempo em que é generalizado o reconhecimento da importância dos direitos das mulheres como direito fundamental humano e cujo exercício é parte integrante da construção de uma sociedade mais humana, justa e participada, se assista à actuação de um governo que quebrando promessas e abortando esperanças, não promove políticas económicas e sociais geradoras de emprego e de melhoria da qualidade de vida.

Que, pelo contrário, insista em políticas que só nos farão caminhar no sentido oposto ao do tempo, ao do progresso e do desenvolvimento.

Quando se legisla e se quer impor leis que adiam Abril, só se pretende demorar os vestígios do passado, só se quer, de facto, tornar cada vez mais longínquo o direito à igualdade.

Dirão alguns que o problema não está nas leis que não são, na sua génese, nem boas nem más, dando-lhes dessa forma o beneplácito da inocuidade. Contra tal conceito invoco o testemunho do pragmático Hamurabi que na longínqua Suméria já sabia que a bondade ou maldade das leis dependia da sua capacidade de gerar equilíbrios ou desequilíbrios, de corresponder a pressupostos de justiça aplicáveis no dia-a-dia.

Sem dúvida que partindo destas premissas estamos perante intenções de legislar maldosamente.

De facto as declarações e pressões do Primeiro-Ministro sobre os deputados do PS no que respeita à votação dos projectos do PCP e JS de alteração da Lei sobre a IVG ou as recentes e ambíguas alterações do horário de trabalho confirmam, quanto a nós, as intenções.

A realidade

A nossa razão prende-se com a realidade social, prende-se com o facto de se lidar com uma realidade empresarial onde existem muitos patrões e alguns – poucos – gestores ou empresários; onde a falta de formação mantém nas chefias mentalidades de capatazes.

Realidade que não nos permite, sequer, estranhar notícias sobre empresas onde o patrão, solícito, a pedido de empregados «que não querem trabalhar enquanto outros descansam», instala cartão de ponto na casa de banho ou circuitos vídeo fiscalizantes medidores dos instantes que duram todos os suspiros de cansaço ou qualquer endireitar de costas, contabilização indispensável à aferição rigorosa do horário de trabalho efectivo.

Ouçõ as argumentações e lembro-me de outros patrões que depois de despedirem os pais «fazem a esmola» de dar trabalho aos filhos, menores de preferência...

Ou a realidade, cada vez mais frequente, do trabalho distribuído a domicílio ocupando pais, filhos, avós, reeditando imagens que pensávamos pertencer ao passado.

E ouço a realidade, pesada, dos relatos que desfiavam absurdas repressões:

- «O patrão quando chega a hora da saída fecha-nos dentro da fábrica até acabarmos as encomendas»;
- «O nosso jantar foi duas sandes, mas houve dias em que ele se esqueceu e só nos deu um chocolate para nos aguentarmos até às duas da manhã»;
- «Se alguma se recusa a ficar, já sabe que é despedida»;
- «O meu patrão, para que a gente não se atreva a ir embora, solta os cães»;
- «A "Maria" teve o menino na casa de banho porque ele não a deixou sair. Ainda não estava na hora»;
- «Nós, para termos trabalho, tivemos de assinar um papel em como não tínhamos filhos durante 5 anos».

Ou ainda a realidade com vínculo efectivo à precariedade, do aumento do número de chefes e encarregados que com promessas ou ameaças actuam junto de trabalhadoras com contratos precários como se de coutada de caça se tratasse.

E as trabalhadoras, não contando com legislação eficaz que proteja os seus direitos de cidadãs, têm de defender a sua dignidade fazendo de conta que não percebem ou, no caso de não resultar, recorrendo à bofetada.

Posto de trabalho, em qualquer caso, sempre em perigo.

Malhas que a precariedade tece, dirão.

Realidade de todos os dias tornando mais imoral esta política, direi.

Duplamente imoral vinda de um governo viabilizado com votos de mulheres que exigiam e exigem mudança.

Um governo que à beira do século XXI deu corpo a uma das

mais graves ameaças para a segurança e equilíbrio da vida profissional, familiar e social das mulheres, criando, simultaneamente, condições para a proliferação das ideias retrógradadas que questionando o papel da mulher na sociedade, de forma mais ou menos explícita relacionam a participação económica da mulher com o elevado desemprego e com a «crise da família», acusando-a da subversão dos «valores morais», antecipando, desta forma, previsíveis apelos para o regresso da mulher ao lar...

Boas intenções não bastam

Mas, dizemos nós, o problema do desemprego não se resolve retirando as mulheres da esfera produtiva, ou, sequer, promovendo o emprego a tempo parcial.

Pelo contrário a redução do desemprego só é possível com medidas que garantam o crescimento económico, que reduzam efectivamente o horário de trabalho e aumentam a qualificação das mulheres.

Mas – e sobretudo – porque o trabalho é para as mulheres fonte de autonomia, independência e cidadania, não estamos disponíveis para a renúncia.

Há um ano, no seu 5º Congresso, o Movimento Democrático de Mulheres, analisando a situação social das mulheres, decidiu ousada e arrojadamente marcar para o 8 de Março de 1997 uma grande manifestação em defesa do direito à igualdade. A insistência em políticas dependentes das orientações e dos critérios de Maastricht confirmaram e materializaram a nossa análise tornando ainda mais oportuna a decisão que então tivemos a ousadia de assumir.

É desta forma que neste 8 de Março de 1997 lutamos pela nossa dignidade, pelo direito a um futuro mais feliz.

Lutamos para que as oportunidades para a igualdade se concretizem para todos, todos os dias.

É nesta dimensão de democracia que inscrevemos a conquista e exercício de direitos pelas mulheres, que não pretendem, unicamente, condições de igualdade, mas sim uma resposta adequada às suas necessidades e, também, uma transformação da sociedade.

A afirmação dos direitos das mulheres é uma necessidade social. Necessidade social de que beneficiarão as mulheres, sem dúvida, mas também a sociedade que sofre uma lacuna ao não poder contar, integralmente, com o contributo de metade da humanidade.

A democracia não se realiza nos discursos nem nas boas intenções. O desenvolvimento dum sociedade não se constrói sobre discriminações e concelhos medievais de cidadania. A luta em defesa dos direitos das mulheres é, hoje, mais do que nunca, uma das vertentes da luta em defesa da democracia.



O PS e os serviços de informações

Já basta de "cosmética"!

O PS, relativamente aos serviços de informações, assumiu, vezes de mais, uma postura comprometida e reverente com aparelhos e soluções desconformes ao regime democrático. E este governo, que a este respeito já teve um ror de tempo, pese embora a "cosmética", não alterou aspectos essenciais dessa política.

Também nestas matérias, o PS tem uma longa história de colaboracionismo com o PSD e outras forças de direita.

Foi o "bloco central", era então Primeiro-Ministro Mário Soares, que aprovou a "Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa".

Foi então acordado o essencial do sistema, a sua articulação e funcionamento, atribuições dos serviços e respectivos limites de actuação, quadros, recrutamento e formação de pessoal, competências e composição dos órgãos de fiscalização.

Foram também traçadas orientações para a actividade dos serviços, que viriam a conduzir a muitos dos caminhos ilegais trilhados pelo SIS e que, no imediato, implicaram que a DINFO, na melhor das hipóteses, não evitasse o envolvimento de agentes seus no terrorismo político dos GAL.

Os entendimentos PS/direita sobreviveram às dificuldades de percurso destes 13 anos, particularmente quanto à capciosa, inaceitável e inconstitucional instrumentalização contra as forças sociais e políticas que pugnam pela transformação desta sociedade, que se explicita na exclusão acintosa dos comunistas do "Conselho de Fiscalização".

Nos dez anos de cavaquismo, pese embora o escândalo nacional em que o SIS se converteu, transformado em instrumento partidário e parapolícia política pelo PSD, envolvido em espionagem e infiltrações, escutas e provocações, o PS fez muitas vezes "ouvidos de mercador".

A intervenção firme e fundamentada do PCP e a pressão da opinião pública levaram o PS, à beira do desprestígio, a demitir os seus deputados do Conselho de Fiscalização, a opor-se às imposições da maioria parlamentar laranja e, já à boca das urnas, Guterres, também ele vítima, veio associar-se à exigência de inquérito ao SIS.

Mas, formado o Governo PS, eis que as "boas intenções" ou ficaram para o dia de "São Nunca", ou revelaram-se muito insuficientes, superficiais e "cosméticas".

O Inspector Geral de Administração Interna conduziu um inquérito à espionagem dos partidos pelo SIS, mas foi arquivado por decisão do MAI Alberto Costa por "falta de provas", que, entretanto, ninguém explicou como seria possível reunir face à inexpugnável barreira do "segredo de Estado".

Em Março de 96, o PS, em sede legislativa, recusou alterar este e outros aspectos da Lei, a que se opusera um ano antes.

Alargou as competências do Conselho de Fiscalização, mas sem lhe atribuir a essencial possibilidade de inspecção dos serviços sem pré-aviso e muito menos decidindo uma composição que acabasse com o vício anticomunista.

O PS arrastou em funções, até muito recentemente, todos os responsáveis pela perversão PSD do aparelho de informações.

Por exemplo, o ex-director do SIS Daniel Sanches que afirma agora (Exp.15.02) que o Conselho de Fiscalização tem poderes a mais, que faltam meios operacionais e se assume preocupado com estar vedado ao SIS a "intercepção de comunicações".

Por exemplo, o General Pedro Cardoso, desde 1977, "eminência parda" e coordenador absoluto do sistema desde 1986, hoje na reforma, com 74 anos, e que continua inamovível, mesmo que tutelando uma "transição" que "não ponha em causa a credibilidade dos serviços secretos portugueses" (Pub.11.02)

As nomeações recentes para o SIS e SIEDM, de que se assinala o desagrado da direita mais radical, não podem escamotear a cobertura dada há dias pelo Governo à chamada Autoridade Nacional de Segurança - que se tipifica como mais um serviço de espionagem interna, absolutamente ilegal - nem a inaceitável e frustrada votação pelo PS, para o Conselho de Fiscalização, de Marques Vidal, um promotor das "escutas" pelo SIS.

Em matéria de serviços de informações, é exigível do PS que ponha de lado o "faz de conta", rompa de vez com as perversões antidemocráticas e assumia a efectiva salvaguarda do Estado democrático de direito.

Já basta de "cosmética"!

■ Carlos Gonçalves



Sahara Ocidental

Cinco anos à espera do referendo

Em 1991, a Frente Polisário assinou o acordo de paz com Marrocos. Desde então, os sharauis esperam a realização de um referendo sobre o futuro do seu território que conta com o apoio da ONU e da OUA.

«Foram cinco anos perdidos na luta de libertação nacional, com o risco de ver surgir um repúdio generalizado por parte das nossas populações (...). Cabe, de uma vez por todas, às Nações Unidas assumir as suas próprias responsabilidades», afirmou recentemente Fadel Ismail, representante da Polisário em França, numa entrevista ao «Temoignage Chrétien».

Em Maio de 1973, é fundada a Frente Popular para a Libertação de Saguia el Hamra e Rio de Ouro (Frente Polisário), desencadeando de seguida a luta armada e uma acção política de grande envergadura a nível nacional e internacional. A sua acção dirige-se contra o exército, a administração, a diplomacia e as alianças regionais. A 27 de Fevereiro de 1976, a República Árabe Saharaui Democrata proclama a independência. Vinte anos depois, o Sahara Ocidental continua sob ocupação e o referendo sobre o futuro do território, previsto há mais de cinco anos nos Acordos de Paz promovidos pela ONU, ainda não se realizou.

As conversações decorrem entre a Polisário e Marrocos, sem grandes resultados desde 1991, ano em que o cessar-fogo foi acordado. A situação agrava-se com a instalação no território de dezenas de milhares de colonos marroquinos, a convite do Governo de Rabat, com o objectivo de fazer aumentar o número de votantes que eventualmente venham a defender a integração do Sahara em Marrocos.

Paralelamente, Marrocos tem vindo a pressionar as Nações Unidas para que sejam modificados os critérios de selecção dos votantes no referendo, que prevêem que apenas as famílias recenseadas pela administração espanhola em 1974 podem expressar a sua opinião.

A Espanha, potência colonial dominadora do Sahara Ocidental, retirou-se do território em 1976, demitindo-se das suas responsabilidades com a descolonização e a passagem do controlo do território para as mãos de cidadãos saharauis. Nesse ano, a Espanha assina um acordo com os dois países que reivindicam o território. Marrocos e Mauritânia, partilhando-o entre ambos.

Com o apoio da população, a luta da Polisário sobe de tom tomando o controlo da maior parte do país, excepto as principais cidades. Marrocos invade a zona setentrional, mas depara-se com uma reacção inesperada: as localidades que caem nas suas mãos são abandonadas pelos saharauis que fogem para as áreas libertadas.

Em Dezembro, a Mauritânia entra na guerra ao lado de Marrocos passando a controlar La Guera. Em 1979, as autoridades de Nouakchott assinam um acordo com a Polisário renunciando às suas pretensões sobre o Sahara Ocidental, e 5 anos depois reconhecem a nação saharai.

Entretanto, na frente norte, os combates intensificam-se. Só em 1991, Marrocos assina os acordos de paz, que prevêem o cessar-fogo e a realização de um referendo.

Reconhecimento internacional

Em 1975, a ONU envia uma missão especial ao território. No seu relatório final pode ler-se que «a quase unanimidade da população autóctone se pronunciou a favor da independência e contra as reivindicações de Marrocos

e da Mauritânia», reconhecendo que «a Frente Polisário, quase clandestina antes da chegada da missão, surgiu como a força política dominante no território. Por toda a parte a missão assistiu a manifestações de massa em seu favor». A consulta livre à população é apontada como a resposta sobre o futuro do território.

No mesmo ano, o Tribunal Internacional de Justiça de Haia, interrogado por Marrocos sobre os seus pretensos «direitos históricos», conclui que não existe qualquer tipo de laço de soberania territorial entre o Sahara Ocidental e Marrocos ou a Mauritânia, insistindo na necessidade de «aplicação do princípio de autodeterminação através da expressão sobre livre e autêntica das populações do território».

Em 1982, a República Árabe Saharaui Democrática é admitida como membro da Organização de Unidade Africana. Desde a proclamação de independência, 73 Estados reconhecem a nação saharai, nomeadamente os vizinhos Argélia, Cabo Verde, Serra Leoa, Gana e Mali. Desta longa lista, fazem também parte outros países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Panamá, Vietname, Camboja, Nicarágua, México, Cuba, Irão, Líbia, Bolívia, Equador, Peru, Nigéria, Jugoslávia, Colômbia, Libéria, Índia, Guatemala, Albânia e África do Sul.

Presos políticos e refugiados

O quotidiano dos saharauis é feito de luta contra a repressão, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados e tortura.

Durante cerca de 20 anos de ocupação, o regime de Rabat prendeu mais de mil saharauis que desde então continuam desaparecidos. O governo marroquino negou estas práticas até 1991, data da libertação de cerca de 270 «desaparecidos». Contudo, estes antigos prisioneiros foram proibidos, sob a ameaça de voltarem a ser presos, de falarem sobre o que se passa no interior das cadeias. Apenas aqueles que conseguiram sair do país puderam revelar o dia-a-dia das prisões marroquinas onde estiveram. Falta de apoio médico, sobrepopulação, pouco alimentação e de má qualidade foram algumas condições a que foram sujeitos.

Durante estes anos, têm-se multiplicado as acções de solidariedade com o povo saharai. No entanto, nem as inúmeras iniciativas de protesto de cariz internacional nem a pressão das Nações Unidas, da OUA, do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais de muitos países têm conseguido melhor as condições dos prisioneiros políticos.

Segundo a Amnistia Internacional, a situação dos direitos humanos melhorou recentemente em Marrocos, mas quanto ao Sahara Ocidental a organização afirma claramente que não há qualquer mudança de atitude. O caso de «desaparecimentos» arrasta-se, o número de denúncias aumenta e as detenções de presos políticos prosseguem.

Muitos saharauis vivem em campos de refugiados situados na parte ocidental do deserto argelino. Apesar de este ser um dos lugares mais inóspitos do planeta, onde a temperatura no Verão ultrapassa os 50 graus à sombra e no Inverno o frio chega a congelar, os refugiados saharauis foram capazes de construir uma sociedade organizada.

Nos primeiros tempos, a taxa de mortalidade infantil era muito elevada, mas, graças a um aumento no campo da higiene, essa questão tem vindo a ser contornada e as epidemias evitadas. Em cada tenda há um bloco sanitário e uma cozinha.

A educação também não é descuidada. A taxa de analfabetismo tem vindo a diminuir. Em cada localidade existem creches e em cada província há escolas primárias. Para a educação secundária foram construídos internatos, e um certo número de estudantes é enviado para a Universidade na Argélia. Também os adultos têm oportunidade de aprender a ler e a escrever.

**«O sol numa mão
e a lua na outra
juro que a noite
por muito longa que seja
não pode vencer a aurora
Um fusil numa mão
uma flor na outra
juro que a luta e o combate
por muito duros que sejam
abrem
o caminho do amor
o caminho da liberdade
o caminho do sol»**

(Poema saharai)

■ Eugénio Rosa

A Segurança Social em Portugal - Que futuro? (II)

No artigo anterior, analisámos alguns dos problemas com que se debate a segurança social no nosso país, os quais têm sido sistematicamente esquecidos ou mesmo ocultados quer pelos governos (incluindo o actual), quer pelos defensores das teses catastróficas. Neste artigo, vamos continuar a análise iniciada anteriormente, pois os problemas da segurança social no nosso país, nomeadamente no campo financeiro, não se limitam aos aspectos referidos no artigo anterior.

Apesar das «boas» declarações dos sucessivos governos, incluindo o actual, as dívidas das empresas à segurança social continuam a aumentar. **Entre 1990 e 1995, as dívidas duplicaram, pois passaram de 221,9 milhões de contos para 441 milhões de contos, a preços correntes.** E estes valores não incluem juros de mora. No ano passado, deve ter crescido cerca de 40 milhões de contos, atingindo certamente no fim de 1996 os 480 milhões de contos. Deste total, cerca de 150 milhões são descontos feitos directamente pelas entidades patronais nos salários dos trabalhadores.

Em 1996, o governo PS lançou o badalado plano de recuperação de dívidas ao fisco e à segurança social. Mas tal como aconteceu com os planos dos governos anteriores, «a parra é muito mais que a uva». Efectivamente, de 1000 milhões de contos de dívidas de que falava, os contratos de adesão de pagamento assinados pelas empresas, segundo os órgãos de informação, somaram apenas 500 milhões de contos, sendo só 100 milhões de contos referentes à segurança social. Assim, cerca de 380 milhões de contos de dívidas à segurança social ficaram fora desses contratos. E daqueles 500 milhões contos, apenas 50 milhões de contos foram recebidos, sendo o restante (450 milhões de contos) para ser pago em 12 anos. Se se admitir a mesma proporção de recebimentos para a segurança social, tal significa que dos 480 milhões de contos de dívidas apenas se recebeu 10 milhões de contos, e que 90 milhões de contos serão recebidos em 12 anos, o que dá uma média de 7,5 milhões de contos por ano. No entanto, as dívidas das empresas cresceram em média, no período compreendido entre 1990 e 1996, cerca de 40 milhões de contos por ano. Isto significa que as dívidas em 1997 e nos anos seguintes, no lugar de diminuir, vão continuar a crescer vertiginosamente.

Fuga maciça de contribuições

Fala-se muito da fuga aos impostos, mas pouco da fuga ao pagamento de contribuições para a segurança social. No entanto, esta última não é inferior à primeira.

De acordo com as Estatísticas do Emprego do INE, o número de trabalhadores com contratos permanentes e não permanentes atingia, em 1996, 3.013.300. Considerando que, deste total, apenas 2.600.000 são beneficiários da segurança social, e sabendo que, de acordo com o Ministério da Qualificação e Emprego, o ganho médio de cada trabalhador deverá rondar os 115 contos por mês, obtém-se uma massa de remunerações anual de cerca de 4.186 milhões de contos. Multiplicando este valor pela taxa social única - 34,75% - obtém-se 1.454 milhões de contos, que devia ser o valor das contribuições do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem. No entanto, o orçamento da segurança social de 1997 prevê que se receba apenas 1.201 milhões de contos (não inclui a receitas dos regimes dos independentes), ou seja, menos 253 milhões de contos. Assim, num único ano (1997), a previsão de receita perdida pela segurança social, devido à fuga ao pagamento de contribuições, é de cerca de 253 milhões de contos, sendo cerca de 173 milhões referentes a contribuições não pagas pelas empresas.

Mas a fuga ao pagamento de contribuições não se limita apenas ao regime geral dos trabalhadores por conta de outrem. Em 1997, as receitas dos chamados regimes dos independentes deve-

ão rondar apenas 80 milhões de contos. E isto apesar destes regimes já abrangerem cerca de um milhão de portugueses. A receita média por beneficiário (apenas 6,6 contos por mês) é cerca de 6 vezes inferior à do regime geral dos trabalhadores por

conta de outrem (40 contos por mês). Se se tomar como base um ganho médio de 100 contos por mês, e considerando apenas 12 meses, e se se multiplicar este ganho pela taxa do esquema alargado dos independentes, que é de 32%, obtém-se uma receita potencial de cerca de 384 milhões de contos em 1997, ou seja, mais 304 milhões do que a receita prevista no orçamento da segurança social de 1997, que é apenas de 80 milhões de contos.

Em resumo, se se somar a receita potencial perdida do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem à receita potencial perdida dos regimes dos independentes obtém-se 557 milhões de contos. E isto apenas em 1997.

der milhões de contos de receitas, o que, a manter-se, contribuirá para aumentar as dificuldades financeiras da segurança social.

Empresas com mais lucros pagam menos

O actual sistema de financiamento da segurança social, que tem mais de 35 anos, já não corresponde adequadamente à realidade actual das empresas. Como se sabe, as contribuições das empresas para a segurança social são calculadas aplicando a taxa de 24,75% à massa salarial paga por cada empresa. No entanto, devido às profundas mudanças verificadas nas empresas, nomeadamente no campo tecnológico, em muitos casos não são as com mais trabalhadores, as que obtêm maiores lucros. Muitas vezes sucede precisamente o contrário, sendo as empresas com poucos trabalhadores, mas com muito investimento em tecnologia e em conhecimento, que têm maiores lucros.

Num estudo que fizemos, tomando como base o chamado Valor Acrescentado Bruto (VAB), que corresponde à riqueza cria-



60 taxas diferentes e bases de desconto diferentes

Contrariamente ao que se podia pensar, apesar de existir a chamada a Taxa Social Única, não existe apenas uma taxa de cálculo de contribuições para a segurança social, mas sim 60 taxas diferentes.

Assim, e apenas como exemplo, para além da Taxa Social Única de 34,75% (11% pago pelos trabalhadores e 24,75% pelas empresas), que se aplica ao regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, ainda existe a taxa de 30,7% aplicável ao Trabalho no Domicílio (9,3% pago pelo trabalhador, 20,7% pelo empregador); 29% aplicável ao Serviço Doméstico (8% pago pela trabalhadora, 21% pela entidade patronal); 28,5% aplicável ao futebol (11% pago pelos jogadores, 17,5% pelos clubes); 11% aplicável ao clero (4% pago pelos padres, 7% pelas igrejas); 29% aplicável aos trabalhadores agrícolas; 15% aplicável aos sócios das sociedades de agricultura de grupo; 7% aplicável aos trabalhadores de produtores agrícolas; 10% aos pescadores da pesca artesanal; 12% às bordadeiras da Casa da Madeira; 18% aos eleitos locais; etc., etc.

Para além disto, estas diferentes taxas não se aplicam às remunerações efectivas mas sim a remunerações quase arbitrariamente fixadas pelos próprios beneficiários. Assim, os jogadores de futebol descontam apenas sobre um quinto do que declaram; o clero sobre um valor que se deve situar entre 70% e 3 salários mínimos nacionais; os trabalhadores agrícolas sobre um salário mínimo dos agrícolas; os sócios das sociedades de agricultura de grupo sobre um salário mínimo nacional; etc., etc.

É evidente que esta disparidade de taxas e de bases de desconto, para além de gerar graves desigualdades, também faz per-

da por cada empresa, concluímos o seguinte: em 1994, na empresa Tejo Energia, os custos com pessoal representavam apenas 0,4% do VAB, enquanto na CELBI representavam 39,2%; como consequência, em percentagem do VAB, a primeira empresa contribuía para a segurança social com cerca de 100 vezes menos do que a segunda empresa. E exemplos destes podiam-se multiplicar.

Em 1994, as contribuições para a segurança social das 500 maiores empresas instaladas em Portugal representavam, em média, apenas 6% do VAB de cada uma delas, enquanto as contribuições para a segurança social das 1000 maiores PME representavam, em média, 9% do VAB de cada uma, ou seja, 50% mais.

É evidente que esta situação para além de criar graves injustiças a nível de empresas, acaba também por incentivar o despedimento, pois quantos menos trabalhadores tiverem, menos salários pagarão e menor será o valor das suas contribuições para a segurança social, sendo assim mais baixos os seus encargos.

No próximo artigo, que será o último sobre esta problemática, procuraremos avançar com algumas pistas para a resolução dos problemas analisados, o que constituirá a nossa contribuição para um debate que se quer o mais participado e alargado possível, já que o que está em perigo é um direito fundamental de cidadania, em particular, na doença, desemprego, invalidez e velhice, caro a todos os portugueses.

No artigo «A Segurança Social em Portugal - Que futuro? (I)», publicado na semana passada, uma gralha alterou o sentido da afirmação do autor. No terceiro período do segundo parágrafo que se segue ao subtítulo «O agravamento da injustiça», deve ler-se: «Outros, embora contributivos, as suas receitas são insuficientes para pagar as suas despesas futuras.»



José Saramago no Parlamento Europeu

«Uma pedrada no charco»

O escritor José Saramago deslocou-se a Bruxelas, na semana passada, a fim de participar num encontro no Parlamento Europeu, a convite do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL), do qual fazem parte os deputados do PCP.

Este convite surgiu na sequência de umas jornadas de estudo realizadas em Lanzarote (Canárias), em Abril do ano passado, pelas componentes portuguesa e espanhola do Grupo (PCP e Esquerda Unida), nas quais se discutiu o «Compromisso do Narrador».

A deslocação de Saramago a Bruxelas ocorreu na sequência da sua presença em Paris, onde foi lançada a edição francesa do seu último livro.

O encontro foi aberto pelo presidente do grupo, o espanhol Alonso Puerta, e por quatro deputados das quatro línguas em que o último livro de Saramago – «Ensaio Sobre a Cegueira» – já se encontra editado, que são o português, o espanhol, o francês e o italiano. Os deputados intervenientes foram, respectivamente, Sérgio Ribeiro, Ángela Sierra, Aline Pailler e Luciana Castellina.

Sendo o PE um sítio pouco habituado a este tipo de coisas, a iniciativa despertou muito interesse e contou com a participação de dezenas de funcionários e deputados que durante mais de uma hora escutaram Saramago falar do seu percurso literário e de cidadão.

Foi, sem dúvida, uma hora que teve algo de inédito, pois nem aqueles que já estavam familiarizados com a sua obra tinham tido a oportunidade de escutar, na primeira pessoa o porquê de Saramago escrever. O porquê de Saramago escrever assim. O porquê de Saramago ter escrito os livros que escreveu. Escutar e também perguntar, pois no final ainda houve tempo para algumas perguntas e respostas.

O encontro resultou numa autêntica «pedrada no charco» em relação àquilo que são as habituais reuniões de Bruxelas. Ao contrário do costume, toda a intervenção de Saramago foi feita sobre o mais profundo silêncio...

De referir que entre os presentes se contavam deputados de diferentes partidos, portugueses e não só, bem como funcionários do parlamento e dos vários grupos políticos.

Da parte da tarde, Saramago participou na habitual reunião do Grupo que antecede as sessões plenárias, onde falou um pouco sobre a sua maneira de ver a chamada «construção europeia», que contrasta, e em muito, com o processo a que actualmente assistimos. Para José Saramago, a haver uma aproximação entre os diferentes povos ela nunca poderá ser «feita a partir de cima», pelos governos, à revelia desses mesmos povos e sempre no sentido de defender o interesse do dinheiro. A sua estadia foi encerrada com um jantar oferecido pelo GUE/NGL.

José Saramago e o seu compromisso

Alonso Puerta, presidente do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica

(...) Quando Saramago, na sua intervenção nas Canárias, repete lentamente a trilogia – literatura, compromisso, transformação social – para atingir o seu sentido primário e purificar essas palavras das vulgaridades da rotina e se põe a pensar em voz alta sobre a ineficácia da literatura e do compromisso do escritor com a sociedade, está a dar mais uma passo no seu compromisso com a sociedade. Não vamos glosá-lo ou interpretá-lo, apenas queremos convidar à sua leitura. Mas reconhecemo-lo publicamente

como um escritor da estirpe de Albert Camus ou Leonardo Sciascia, um escritor português, ibérico, europeu, universal, para quem o prémio Nobel seria não um êxito pessoal mas um obrigatório reconhecimento à sua obra e à sua língua portuguesa.

Ainda que vá acompanhado de amargura e por vezes desalento, o compromisso do escritor e da sua obra literária com a sociedade tem sentido. E suscita efeitos e compromissos de muitos outros que queremos empurrar o carro da

História na direcção da solidariedade e de uma nova e plena consciência moral da humanidade, que torne impossíveis as fomes, as submissões, os ódios, os crimes e as guerras que assolam a condição humana.

Que São Servacio de Maastricht, bispo mártir morto à tamancada («O Evangelho Segundo Jesus Cristo») em cujo túmulo a neve não gelava,

nos ajude a construir uma Europa humana, fraternal e solidária, mais além do euro e do pacto de estabilidade. Que assim seja e que José Saramago e todos nós, uma vez superada a cegueira do nosso tempo, o possamos ver.

(Jornadas em Lanzarote, o «Compromisso do Narrador»)

Sobre literatura, compromisso e transformação social

José Saramago

(...) Mesmo que o determinismo da conclusão possa humilhar certas vaidades literárias (mais inclinadas do que aconselharia a discricção a engrandecer o seu papel na república das letras e na sociedade em geral), teremos de reconhecer que a literatura não transformou nem transforma socialmente o mundo e que o mundo é que transformou e vai transformando a literatura. Posta a questão assim, objectar-se-á que eu, depois de ter tapado os caminhos, venho agora trancar as portas, e que, encerrado neste círculo, sobre todos vicioso e perverso, nada mais restará ao escritor, enquanto tal, que trabalhar sem esperança de vir realmente a influir na sua época, limitado a produzir os livros que a necessidade de divertimento da sociedade, sem o parecer, lhe vai encomendando, e com os quais se satisfarão ela e ele, ou, no caso de ter sido contemplado com uma porção suficiente de génio quando da sua distribuição pelo Cosmo, escrever obras que o seu tempo compreenderá mal ou a que será hostil, deixando para o futuro a responsabilidade de um julgamento definitivo que, acaso seguro e justo nesse específico caso, incorrerá, infalivelmente, em erros de apreciação quando, já tornado presente, for chamado a pronunciar-se sobre obras suas contemporâneas... Em verdade, o escritor, quando escreve, não está apenas só, está também cercado de escuridão, e creio que não estarei a abusar da minha limitada faculdade de imaginar se disser que a própria luz da obra – pouca ou muito, todas a têm – o cega. Dessa particular cegueira não o poderão curar nenhuma crítica, nenhum juízo, nenhuma opinião, por mais fundamentados e úteis que possam ser, porquanto são emitidos, todos eles, de um outro lugar).

Em que ficamos, então? Se as sociedades não se deixam transformar pela literatura, ainda que esta, numa ou noutras ocasiões, possa ter tido nas sociedades alguma influência superficial; se, pelo contrário, é a literatura que se encontra permanentemente assediada por sociedades que não lhe pedem mais que as fáceis variantes de uma mesma anestesia de espírito que se chamam frivolidade e brutalidade – como poderemos nós, sem esquecer as lições do passado e as insuficiências de uma reflexão dicotómica que se limitaria a fazer-nos viajar entre a hipótese de uma literatura que parece não ser capaz de fazer mais que recolher os destroços e enterrar as vítimas das batalhas sociais – como poderemos nós, insisto, embo-

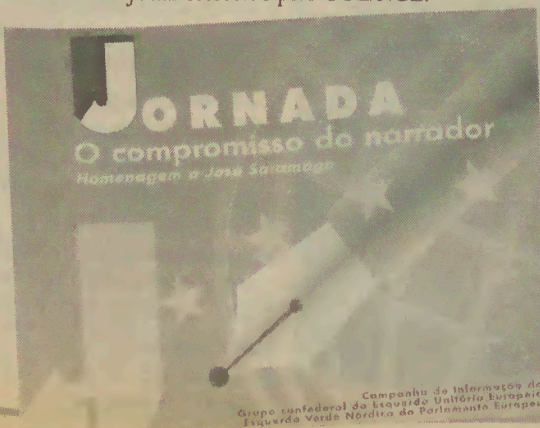
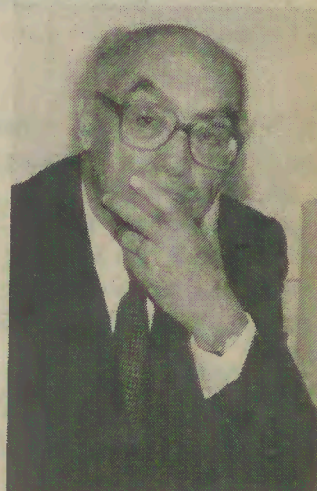
ra provocando as troças das futilidades mundanas e o escárnio dos senhores do mundo, restabelecer o debate sobre literatura e compromisso sem parecer que estamos a falar de restos fósseis?

Espero que num futuro próximo não venham a faltar respostas a esta pergunta e que todas juntas possam fazer-nos sair da resignada e dolorosa paralisia de pensamento e acção em que nos encontramos. Por minha parte, limitar-me-ei a propor, sem mais considerações, que regressemos rapidamente ao Autor, à concreta figura de homem ou de mulher que está pôr trás dos livros, não para que ela ou ele nos digam como foi que escreveram as suas grandes ou pequenas obras (o mais certo é não o saberem eles próprios), não para que nos eduquem e instruem com as suas lições (que muitas vezes são os primeiros a não seguir), mas, simplesmente, para que nos digam quem são, na sociedade que somos, eles e nós, para que se mostrem como cidadãos deste presente, ainda que, como escritores, creiam estar trabalhando para o futuro.

O problema não está em, supostamente, se terem extinguido as razões e causas de ordem social, ideológica ou política que, com resultados estéticos que nem sempre serviram as intenções, levaram ao que se chamou, no sentido moderno da expressão, literatura de compromisso; o problema está, mais cruamente, em que o escritor, regra geral, deixou de comprometer-se como cidadão, e que muitas teorizações em que se foi deixando envolver acabaram por constituir-se como escapatórias intelectuais, modos de disfarçar, aos seus próprios olhos, a má consciência e o mal-estar de um grupo de pessoas – os escritores – que, depois de se terem considerado a si mesmas como farol e guia do mundo, acrescentam agora, à escuridão intrínseca do acto criador, as trevas da renúncia e da abdicação cívicas.

Depois de deixar este mundo, o escritor será julgado segundo aquilo que fez. Enquanto ele estiver vivo, reclamemos o direito a julgá-lo também por aquilo que é.

(Jornadas em Lanzarote, o «Compromisso do Narrador»)



Afunilados

A «turma do funil», animada confraria que costuma enquadrar as palhaçadas de Alberto João Jardim nos desfiles do carnaval madeirense, saiu a terreiro em defesa da sua ilustre estrela, a seu ver, difamada pela reportagem do *Tal & Qual* que, na semana passada, mostrava o presidente do Governo Regional da Madeira, em cuecas, a insultar grosseiramente o «Continente» e a Assembleia da República. Em comunicado, a direcção da «turma do funil» garantia em unísona voz que «nenhum dos presentes na sala, e eram algumas dezenas, onde o jornalista em causa se introduziu de forma abusiva e clandestina, ouviu as afirmações que, criminosamente, são atribuídas ao presidente do Governo Regional». Pelos vistos não ouviram... nem viram, apesar de terem feito pose para diversas fotografias saídas

na referida reportagem, olhando todos alegremente para a objectiva do *Tal & Qual*, João Jardim incluído...

Estamos, obviamente, perante um caso de afinilamento de sentidos.

Confusão dos «filiados»...

A telenovela da «actualização de ficheiros» do PSD está para lavar e durar. Após as primeiras escandaleiras - onde se descobriu originalidades como a concentração de dezenas de militantes numa única morada - os responsáveis laranja resolveram montar um sistema informático que, segundo eles, passará a pente fino todas as inscrições e, através do «cruzamento de dados», detectará instantaneamente «qualquer irregularidade». Pois sim. No que parece uma contra-ofensiva, os relapsos da vigarice estão agora a enviar fichas de inscritos onde apenas consta o nome e a morada (supõe-se que, desta vez,

PONTOS CARDEAIS

menos «concentrada» no mesmo número de polícia), ficando em branco dados tão indispensáveis como a profissão e o local de trabalho. Entretanto, continua a verificar-se uma «concentração» excessiva de militantes na mesma morada em Évora Lisboa e Porto. Deve ser por causa da crise de habitação...

... e bagunça de «alianças»

Mas a confusão não progride apenas pelas bandas do PSD. No PP, a «guerra das alianças» continua também firme no seu posto, com diversas autarquias «populares» a combinarem à sorrelfa alianças com o PSD que lhes garantam a continuação nos respectivos poleiros, enquanto o líder, Manuel Monteiro, continua a fingir que não ouve nem vê nada, repetindo



PONTOS NATURAIS

A Chave da Vergonha

Carlos Daniel — É uma cena que se repete agora em S. João da Madeira. As trabalhadoras de uma fábrica de confecções estão proibidas de ir à casa de banho fora dos horários estabelecidos. O sindicato dos trabalhadores do sector têxtil já fez a denúncia à Inspeção-Geral do Trabalho.

Ricardo Mota — Nesta sala de Confecções Fonseca em S. João da Madeira as empregadas têm apenas dois intervalos para irem à casa de banho, oito minutos durante a manhã, o mesmo tempo na parte da tarde.

Quem arriscar a ir à casa de banho fora deste horário é penalizado em trinta minutos no tempo extra. Júlia Pinto pediu para ir ao WC. A ida foi-lhe recusada. Acabou por fazer as necessidades fisiológicas no local onde estava a trabalhar.

Júlia Pinto — Pedi autorização porque um dia antes uma colega minha foi ao escritório e foi-lhe chamada a atenção. Eu então, para evitar que acontecesse a mesma coisa comigo, pedi autorização à encarregada-geral. A encarregada-geral respondeu-me: «Tu sabes bem o que se passou aqui, e sabes bem o que o patrão disse; portanto, eu não sei, isso não é nada comigo.» E eu disse: «Bem, eu preciso de ir à casa de banho. Como é?», e ela meteu-se para o escritório. Meteu-se para o escritório e nisto voltou novamente à secção. E eu perguntei-lhe: «Então, como é? Pediste autorização ao patrão para eu ir à casa de banho?» «Ai eu não disse nada, isso não é nada

comigo.» «Isso não é nada consigo?» Eu tinha necessidade mesmo, fiz as necessidades mesmo no meu local de trabalho.

Ricardo Mota — Júlia Pinto está suspensa por tempo indeterminado e sente-se triste por tudo o que se terá passado. Já trabalha na empresa há 32 anos. O sindicato dos trabalhadores do sector têxtil de Aveiro já denunciou esta situação à Inspeção-Geral do Trabalho. Afinal de contas, este não é um caso isolado.

Berta de Freitas (CGTP) — O que se passa é que a Inspeção do Trabalho é muito lenta. Passou-se neste caso como se passou noutro caso recente aqui em S. João da Madeira, em que a empresa proibiu também de ir à

casa de banho, o encarregado meteu a chave no bolso e houve situações em que trabalhadores tiveram de ir à procura do encarregado, pela secção fora, pela empresa fora, que é grande, à procura da chave para ir à casa de banho.

Ricardo Mota — A RTP procurou ouvir a administração das Confecções Fonseca. No contacto telefónico estabelecido, foi-nos dito que as empregadas têm vindo a abusar das idas à casa de banho fora dos intervalos estabelecidos.

(Jornal da Tarde, RTP-1)

Mário Castrius



monotonamente que «alianças com o PSD só em Lisboa». Continuando assim tão incapaz de ver e ouvir o que corre à vara larga pelos órgãos de Comunicação Social, o melhor que Manuel Monteiro tem a fazer é incorporar-se na «turma do funil» de Alberto João Jardim. Lá é que não se ouve nem se vê nada... que não convenha.

Onde estão os lucros

Segundo o *Semanário Económico*, a Telepac, a Marconi e a Portugal Telecom, três empresas do grupo estatal de comunicações, ocupam os lugares cimeiros do ranking das empresas do sector que têm maior rentabilidade sobre as vendas. A Telecel surge em quarto lugar, mas já há indicadores de que irá subir na tabela dos lucros. Com alguns pormenores igualmente interessantes: em 1996 os lucros consolidados da Portugal Telecom deverão ter ficado acima dos 50 milhões de contos, enquanto a Telecel triplicou os seus resultados, conseguindo qualquer coisa como 7,3 milhões de contos. Foram estas empresas (além de outras) que o Governo de

António Guterres se apressou a privatizar, com afincos igual aos dos governos de Cavaco Silva. Tudo em nome da «melhoria do serviço» e da «libertação de encargos» por parte do Estado. Agora, na fria confirmação dos números, é que se vê em nome de quem se tem desmantelado o sector empresarial do Estado...

Marcelo e as «crises»

Numa entrevista ao jornal *Público*, Marcelo Rebelo de Sousa garantiu que o PSD não criará crises políticas ou de Governo que possam comprometer a adesão de Portugal à moeda única no «primeiro pelotão», abrindo igualmente caminho - a 10 meses de distância! - para a viabilização do próximo Orçamento de Estado. Nesta sua comovente urbanidade de identificação com o PS, o presidente do PSD nem se dá ao trabalho de disfarçar o óbvio - a de que a política seguida pelo governo do PS é essencialmente tão do agrado do partido dos ex-governos cavaquistas, que o seu líder já nem finge fazer oposição: afirma-lhe o seu apoio para o presente e para o futuro!

Os bons amigos

Aliás, esta convergência entre o PSD e o PS é devidamente retribuída. E não apenas em palavras, mas em actos concretos como o que ocorreu na Assembleia da República, onde PS e PSD aprovaram uma resolução (de autoria conjunta) reafirmando o empenho dos dois partidos na entrada do nosso país na moeda única em 1999. Mas com Manuela Ferreira Leite, do PSD, a advertir que, se as coisas correrem mal e Portugal não conseguir entrar no «pelotão da frente», a culpa será do PS, enquanto se tudo correr bem, o mérito será do PSD, que lançou todo o processo nos governos cavaquistas. Com amigos destes, o PS não precisa de inimigos...

AGENDA

IV Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP

Dia 22 às 10h no Palácio D. Manuel
com a participação do camarada
Carlos Carvalhas
que intervirá na sessão pública de encerramento (cerca das 17h)

Encontro Distrital de Quadros da Org. Regional de Lisboa do PCP A ACÇÃO DO PARTIDO NA ÁREA DA JUVENTUDE

Sábado, 22, das 10h30 às 17h30 no CT Vitória

7ª Assembleia da Organização de Freguesia da Cova da Piedade

Centro de Dia da URPICA (Pombal) - Sábado, 22, 14h30

5ª Assembleia da Organização Concelhia de Olhão

Auditório Municipal - Domingo, 23, 10h30

Aveiro

Encontro Distrital de Quadros: "O Partido no distrito após o XV Congresso"

Dia 22, às 15h, no Centro Cultural e de Congresso, com a participação de **Sérgio Teixeira**

LISBOA

S. João de Deus - Plenário sobre o trabalho autárquico na freguesia: dia 20 às 21h na UPPSS (Alam. D. Afonso Henriques, 72, 2º E).

Sector de Serviços - Plenário para discussão da situação política e social, com a participação do camarada **António Andrez**: hoje, dia 20, no CT da Av. Duque de Loulé.

Célula da EDP - Plenário geral de militantes para discutir a situação política e a situação na empresa (reestruturação e cálculo da pensão de reforma): hoje, dia 20, às 18h30, no CT da Av. Duque de Loulé.

OEIRAS

Cruz Quebrada/Dafundo - Plenário para discussão da situação política e eleições autárquicas 97: dia 21 às 21h, no CT de Algés.

PORTALEGRE

Reunião de dirigentes e activistas sindicais, membros do PCP: dia 22 a partir das 10h, no CT do PCP.

SEIXAL

Plenários das organizações, para discussão da situação política e das conclusões do XV Congresso, reforço da organização e eleições autárquicas:

- da freguesia de Seixal: dia 22 às 15h, no CT do Seixal;
- da freguesia de Corroios: dia 22 às 15h, no CT de Corroios;
- da freguesia de Arrentela: dia 22 às 15h, no Centro de Convívio da Ass. de Reformados;
- de Casal do Marco: dia 22, às 16h, nas instalações da Delegação da JF de Paço Pires.

SINTRA

Queluz - Plenário de Reformados sobre a situação política e as eleições autárquicas: hoje, dia 20, às 15h, no CT de Queluz.

VILA FRANCA DE XIRA

Vila Franca de Xira - Plenário de militantes do Sector de Empresa do concelho, com a participação de **Jerónimo de Sousa**: dia 20 às 21h30, no CT de Alhandra.

Alhandra - Plenário de militantes da freguesia: dia 22 às 15h30, no CT de Alhandra.

O Capital, o Trabalho e a Precarização

Debate

promovido pelo Sector Função Pública da ORL
com **Domingos Abrantes**
dia 27 às 18h30, CT Vitória

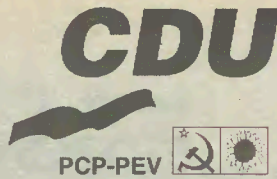
Lisboa

27 de Fevereiro às 16h

Telecomunicações, privatização e suas consequências para o interesse nacional

Debate no Centro Europeu Jean Monet

(Lg. Jean Monet, 1, à R. do Salitre - 6º Andar) com a participação de **Francisco Lopes**, deputados (AR e PE), membros das ORT's e outros convidados



V. N. FAMALICÃO

Reunião de candidatos e activistas da CDU de Riba d'Ave sobre as eleições autárquicas
Sábado, 22, às 15h, na JF local

ALENQUER

Encontro de eleitos e candidatos da CDU sobre as eleições autárquicas
Sábado, 22, às 15h, na Romeira
com a participação de **Jorge Cordeiro**

CDU SETÚBAL

Almoço-debate de EMPRESÁRIOS
Restaurante "O Quintal" (Av. Portela). Dia 23 às 13

AMADORA

Dia 22 a partir das 10h
Visitas CDU, com a participação de eleitos, às freguesias de MINA - VENTEIRA - VERDERENA

SINTRA

Apresentação pública da Candidatura de Lino Paulo à Presidência da CM

com a presença de **Carlos Carvalhas**
Sexta-feira, 21, às 19h, no Hotel Tivoli
(será servido um jantar-volante, para que estão abertas inscrições até hoje, dia 20 - tels. 9131355-9142336)

ALMADA

Apresentação pública da Candidatura da CDU à CM de Almada
Sábado, 22, às 22h, no Restaurante "Dia-a-Dia" (nas Casas Velhas - Monte da Caparica)

PAREDES

Apresentação pública do Candidato da CDU à CM
Dia 24, às 19h30, no Restaurante "Zangão" (Baltar/Paredes)

CORUCHE

Apresentação pública do Cabeça de lista da CDU à CM
Dia 21, às 18h30, no Restaurante "O Farnel"

LISBOA

Freguesia de S. Vicente de Fora
Jantar-convívio, seguido de NOITE DE FADO
Sábado, 22 (inscrições no CT Vitória - Tel. 3562715)

FEIJÓ

Almoço-convívio
com debate sobre o "Avante!" e o Dia da Mulher
Domingo, 23 (inscrições: Tel. 2590820)

AGUALVA-CACÉM

Almoço comemorativo do 76º Aniversário do PCP
Domingo, 2 de Março, no JIP (inscrições: Tel. 9142336)

Visita Ecológico-Ambiental

dia 2 Março Domingo
Concentração pelas 14 horas no C. Trabalho Vitória (Av. da Liberdade 170)

O COLECTIVO DE JOVENS COMUNISTAS da ZONA ORIENTAL de LISBOA convida-o(a) a participar na Visita Ecológico-Ambiental à Cidade de Lisboa. Esta iniciativa contará com a participação do Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Rui Godinho, membro do PCP



SEIXAL Almoço comemorativo do 76º aniversário do PCP

com a participação de **ÁLVARO CUNHAL**
9 de Março, na Quinta Valenciana (inscrições nos CTs do concelho)

VILA FRANCA DE XIRA

Almoço-convívio comemorativo do 76º aniversário do PCP com a participação de **CARLOS CARVALHAS**
Dia 9 de Março, no Pavilhão do Cevadeiro (Inscrições nos CT's do concelho)



V. N. GAIA em debate... PROSTITUIÇÃO

Dia 21 às 21h30 no CT do PCP promovido pela Org. do Secundário

Um dia por Cuba

Café-concerto de solidariedade com a Revolução Cubana com a participação da Embaixadora de Cuba **LOURES** - Refeitório da CM - Sábado às 21h

Confraternização de membros das Organizações de Juventude Comunista dos anos 1974-1994

UJC - UEC - JCP
Voz do Operário
Dia 1 de Março, com a participação de **Álvaro Cunhal**
Leva a família! Inscreve-te e inscreve outros!
(nos Centros de Trabalho do PCP)

ENCONTRO NACIONAL

DOS COMUNISTAS DOS CORREIOS



O Encontro será encerrado pelo camarada **Francisco Lopes**, Membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP

TELEVISÃO



Discretamente, "Os Marretas" voltaram: domingo à tarde na RTP1

Quinta, 20

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.20 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Em Jogo
13.55 Malha de Intrigas
14.40 O Campeão
15.35 Seleção RTP
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 Sobrevivência
19.00 País País
20.00 Telejornal
20.45 Enviado Especial
21.20 Vidas de Sal
22.15 Imparáveis
22.45 Polícias
24.00 24 Horas
00.30 RTP/Financial Times
00.45 Olho Vivo
01.15 Bom Bordo

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Acasos da Guerra
20.30 Olhar Amargo
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 O Apicultor
20.20 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Jô Soares
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.25 O Rei do Gado
22.25 Casos de Polícia
23.30 Viva a Liberdade
00.35 Último Jornal
00.55 Vida de Casal
01.55 Contos de Arrepiar
02.40 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & Cª
18.10 California Dreams
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Melrose Place
22.00 Disposta a Tudo
23.45 Unabomber
01.30 TVI Jornal
02.10 A Balada de Hill Street

Sexta, 21

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Olho Clínico
14.30 Malha de Intrigas
15.00 O Campeão
16.00 Polícias
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País País
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
21.40 Enrique Iglesias
22.15 O Inquilino Misterioso
23.20 George Michael
00.45 24 Horas
01.10 RTP/Financial Times
01.25 Mesa à Portuguesa
01.55 Terror

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Colditz
20.30 Carolina na Cidade
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Francesca, Um Amor Impossível
01.30 Rumo ao Sul

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
12.30 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Vida de Casal
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Malucos do Riso
21.15 O Rei do Gado
22.15 Confissões
23.20 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.50 O Ressuscitado
03.00 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & Cª
18.10 California Dreams
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Melrose Place
22.00 Ficheiros Secretos
23.45 A Grande Odisseia
02.00 TVI Jornal
02.30 A Balada de Hill Street

Sábado, 22

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
11.30 Cybermaster
12.00 Cuidados com os Gatos
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Top +
14.40 Amores e Rebelia
15.40 Jornal Jovem
16.15 2001
16.40 O Renegado
17.35 Emoções Fortes
18.15 Super Bébés
18.50 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
21.00 Contra Informação (Compacto)
21.15 Futebol: Guimarães - D. Chaves
23.30 Serviço de Urgência
00.25 24 Horas
01.00 Justiça Traída
02.40 A Pacifista

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Oeste Selvagem
13.00 Spray
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo
19.05 Onda Curta: «Puerto Verde»
20.05 Foyer - «O Século do

Domingo, 23

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
12.00 Sem Limites
12.30 Repórteres da Terra
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
14.40 Alta Voltagem
15.15 86-60-86
15.50 Magacine
16.15 O Regresso de Tarzan
17.00 Ilusões
18.15 O Regresso dos Marretas
18.40 Golos
18.45 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
21.50 Vidas de Sal
23.00 Domingo Desportivo
01.15 24 Horas
01.50 Máquinas

RTP 2

- 09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Ciência e Tecnologia - «Horizontes»
12.10 Máquinas
12.45 Os 100 Melhores Vídeos
13.15 Desporto 2
17.45 Fim de Estação
19.35 Bom Bordo
20.10 Artes e Letras - «John Elliot Gardiner»
21.00 Venenos Vitorianos
22.05 Horizontes da Memória
22.30 Teatro: «O Gato»
01.00 Vidas do Século: «Os Churchills» (II)

Segunda, 24

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.20 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 O Campeão
15.40 Seleção RTP
16.05 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País País
20.00 Telejornal
20.45 Isto... só Vídeo
20.45 Futebol: Marítimo-Sporting
23.30 Vidas de Sal
00.35 24 Horas
01.10 RTP/Financial Times
01.20 Grandes Nomes

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
18.55 Universidades Europeias
19.40 O Agente Secreto
20.35 Murphy Brown
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.40 Vejo Tudo Nu
23.30 Perfume de Mulher

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal

Terça, 25

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 O Campeão
15.35 Seleção RTP
16.30 Jet 7
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País, País
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
21.45 N6s, os Ricos
22.30 De Par em Par
22.45 Maria Elisa
00.45 24 Horas
01.20 RTP/Financial Times
01.30 Horizontes da Memória

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Rotações
19.35 O Santo
20.30 Será Legal?
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.40 Perfume de Mulher

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata

Quarta, 26

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.30 O Campeão
15.25 Seleção RTP
16.25 N6s, os Ricos
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País, País
20.00 Telejornal
20.45 Lições do Tonecas
21.20 Vidas de Sal
22.15 A Mulher do Sr. Ministro
22.50 Homens de Guerra
00.40 24 Horas
01.10 RTP/Financial Times
01.25 Rotações

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.35 Shaka Zulu
20.30 Basquetebol
21.50 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
22.55 Telefone Branco

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia



Mahler: a grande música na RTP2, sábado à noite

Cinema (V)
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
22.55 Júlio César

SIC
08.30 Buêrére
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Cuidado com as Aparências
14.30 Shogun
15.35 Hércules
16.25 Raven
17.15 Walker IV
18.15 O Samurai Americano I

TVI
09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.35 A Odisseia Submarina
13.30 Contra-Ataque
15.10 Cantinflas Porteiro

SIC
08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.30 Shogun
15.25 Hércules
16.15 A Balada de Nova Iorque
17.10 Os Imortais
18.05 O Rei dos Gazeteiros

TVI
08.30 Animação
11.00 Angelus
11.10 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
15.50 Anos Loucos do Rock

SIC
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Donos da Bola
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Ponto de Encontro
22.55 Filadélfia

TVI
12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & Cª
18.10 California Dreams
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Pontos nos II

SIC
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Donos da Bola
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Ponto de Encontro
22.55 Filadélfia

TVI
12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & Cª
18.10 California Dreams
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Pontos nos II

A prometer, "Venenos Vitorianos", uma série britânica em três episódios ao domingo na RTP2

12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Escrita em Dia
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.50 Cadeira do Poder
23.15 A Noite da Má Língua
00.25 Último Jornal
00.50 Toda a Verdade - Terramoto
02.00 Vibrações

TVI
10.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & Cª
18.10 California Dreams
18.30 Os Caloiros
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Melrose Place
22.00 Sábado à Noite
00.05 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Marco António (Marlon Brando) denuncia aos seus concidadãos o assassinio de Júlio César, no filme de Joseph Mankiewicz

Disposta a Tudo (Quinta, 23.05, TVI)

Uma jovem apresentadora do boletim meteorológico numa TV local é perseguida por um grande objectivo: ser apresentadora, no horário nobre e num canal de expressão nacional, de um programa de televisão. Para tal, revelando o lado psicopata da sua personalidade, mostra-se capaz de tudo para conseguir atingir os seus objectivos - até matar! Contraditoriamente recebido pela crítica, esta *comédia negra* que sofre de algumas fraquezas ao nível da construção do argumento, tem pelo menos duas qualidades: as interpretações perfeitas de Nicole Kidman (cada vez mais actriz) e de Illiana Douglas no papel de sua cunhada.

O Inquilino Misterioso (Sexta, 21.45, RTP1)

O veterano realizador britânico John Schlesinger é um experimentado cineasta atraído por temas ou situações fora do comum ou que, pela primeira vez, ele abordou de forma original, como é o caso de *Cowboy da Meia-Noite*, *Um Domingo Sangrento* ou *O Homem da Maratona*, para apenas focarmos estes. Aqui, em *O Inquilino Misterioso*, ele conta-nos com *suspense* digno de nota a terrível história de um jovem casal que chega à posse de uma mansão victoriana em S. Francisco e que aluga um dos andares a um inquilino - excelentemente interpretado por Michael Keaton - que vem a revelar-se afluivamente inquietante. Nos outros papéis: Melanie Griffith e Matthew Modine.

A Grande Odisseia (Sexta, 23.50, TVI)

Baseado numa histórica verdadeira, esta é a odisseia do explorador *General Nobile* cuja expedição ao Ártico (em finais dos anos 20) só não acaba em total tragédia por se ter desenvolvido uma arriscada operação de salvamento, aliás extremamente bem documentada e encenada no filme, o que constitui a sua principal qualidade. Com, entre outros, Peter Finch, Sean Connery ou Claudia Cardinale.

Júlio César (Sábado, 22.55, RTP2)

«Não o rodeie a cores porque, com a possível excepção de «E Tudo o Vento Levou», nunca me foi dado ver, a cores, um filme verdadeiramente bom, sério e dra-

matizado. Não se consegue atingir o dramatismo nem criar pessoas reais, a cores. Este filme é sobre os sentimentos e a violência, próprios das pessoas reais - com as suas ambições e os seus sonhos. E as pessoas sonham a preto e branco, não em technicolor.» Estas palavras de Joseph Mankiewicz ajudam a perceber o lado de reportagem-quase-jornalística que o realizador pretendeu transmitir à sua versão de *Júlio César*, transformando-a em uma das melhores adaptações cinematográficas de Shakespeare, em geral, e de *Júlio César*, em particular. Tudo se passa no ano de 44 A.C., à volta da conspiração de *Cassius* e *Brutus* para a eliminação de

Molière

(Sábado, 23.15, TVI)

Embora realizado por uma mulher do teatro - Arianne Mnouchkine, à época directora do *Théâtre du Soleil* - este filme inspirado pela personalidade e pela vida do grande autor francês está longe de ser teatro filmado e ultrapassa até o lado biográfico de *Molière* para se tornar, muito mais, um retrato de uma época contraditória como foi a de *Louis XIV* com as suas grandezas e misérias, as suas luzes e o seu obscuritismo. Um filme barroco, por vezes poético e extremamente belo.

Código Juggernaut (Sábado, 01.55, SIC)

Inserido no género *filme catástrofe*, esta realização de Richard Lester, porventura devido à própria descrença do realizador, veio a resultar num filme relativamente banal. Mas os ingredientes estavam lá à partida: durante uma viagem do paquete *Britannic*, os seus passageiros e tripulação são ameaçados pela mensagem telefónica com o nome de código *Juggernaut* de um chantagista que ali colocara explosivos, naturalmente despo-

lados ao fim de um interminável *suspense* por uma equipa de especialistas. Um elenco



Mia Sara, Matthew Broderick e Alan Ruck, em «O Rei dos Gazeteiros», de John Hughes



Denzel Washington, Tom Hanks, Mary Steenburgen e Jason Robards, em «Filadélfia», de Jonathan Demme

Vejo Tudo Nu (Segunda, 22.40, RTP2)

Neste primeiro filme do ciclo, estamos perante uma série de *sketches* nos quais por vezes nos desmanchamos perante figuras típicas dos filmes italianos, como a *diva* (uma estrela de cinema que socorre um ferido num desastre e, ao chegar ao hospital, faz com que as atenções se virem exclusivamente para ela), o *camponês* (que é julgado por ter abusado de uma galinha), o *voyeur*, o *bombeiro*, etc., etc. Sátira popular tornada excelente divertimento cinematográfico, graças ao talento de Risi. Vamos a ver se não envelheceu.

Filadélfia (Segunda, 22.55, SIC)

Primeiro filme realizado nos EUA sobre a problemática da SIDA - e extremamente crítico em relação a certos preconceitos conservadores muito arraigados na sociedade - esta realização de Jonathan Demme foi bastante bem recebida pela crítica e contribuiu para a atribuição a Tom Hanks do primeiro Oscar da sua carreira, precisamente por uma interpretação que vai ao arrepio do que mais se lhe conhece. Também o tema principal da banda sonora, de Bruce Springsteen, foi contemplado com um Oscar para a especialidade.

Perfume de Mulher (Terça, 22.40, RTP2)

Tendo cego por causa de uma explosão, o capitão *Fausto* não deixa de ser um atirador em relação às mulheres, cuja traça é capaz de adivinhar pelo seu perfume. Mas o nosso capitão recusa o amor da bela *Sara*, provocando nesta um sentimento de piedade. Hospedado em casa de um amigo, *Vincenzo*, também cego, acaba por ser levado por este ao suicídio mas, no último momento, não consegue ter coragem para tal. Ao contrário das habituais comédias de Risi, este filme, mais em tom de *comédia negra*, é bem amargo e desesperado, apenas fazendo rir como efeito de distanciação. Um grande papel de Vittorio Gassman.

Telefone Branco (Quarta, 22.40, RTP2)

Desmentindo o lugar-comum de que Risi é apenas um bom realizador de *comédias*, esta é a crónica de *Marcella*, uma ambiciosa *femme de chambre* que quer tornar-se uma estrela do espectáculo. Abandonando o seu noivo *Roberto*, torna-se amante de *Mussolini* que faz dela uma vedeta. À queda do fascismo, ela regressa a Veneza onde casa com um industrial suíço, até que *Roberto* a reencontra e o escândalo rebenta. Crónica da Itália fascista e pós-fascista, o filme é uma sátira implacável que não poupa nada nem ninguém, com Vittorio Gassman a brilhar nesta espécie de bailado de bizarros fantoches, nos quais se inclui a própria figura de *Mussolini*.

Nota - Conforme os leitores notarão, inserimos hoje novamente alguns destaques relativos a um ciclo sobre o realizador italiano Dino Risi, o qual deveria ter começado na semana passada mas foi à última hora substituído por um outro dedicado ao actor Marcello Mastroianni. Quer dizer: não é sequer apenas o mapa mensal da programação cinematográfica distribuído pela RTP que é sistematicamente alterado, mas também já o próprio mapa semanal (!), disponibilizado para a imprensa com muito pouca antecedência, em geral apenas quatro/cinco dias úteis antes do seu início e, no nosso caso, prejudicando fortemente o fecho da página respectiva. É assim lamentável que a incompetência e o continuado desprezo pelo espectador e pelas atempadas e correctas informações a prestar à imprensa com base nos dados fornecidos pela RTP contribuam impunemente (ao contrário do que, neste aspecto, acontece com os operadores privados) para que a imagem do «serviço público» continue a degradar-se. Até quando?



Nicole Kidman e Matt Dillon, em «Disposta a Tudo», de Gus Van Sant

«de luxo», interminável (Ver Ficha Técnica) para um filme que deixou algo a desejar.

A Pacifista (Sábado, 02.40, RTP1)

Debruçando-se sobre as violentas confrontações políticas e ideológicas - centradas na figura e no trajecto de uma jornalista - numa Itália marcada por gravíssimas convulsões sociais e com o novo levantar de cabeça dos neofascistas, *A Pacifista* é uma obra cinematográfica de um destacado realizador europeu: o húngaro *Micklós Jancsó*. Espantoso é que ela seja programada para um espaço cinematográfico há muito totalmente degradado e marcado pela exibição de verdadeiras mixórdias cinematográficas e/ou subprodutos parapornográficos. Ao menos, tratando-se de um dos filmes da chamada «Sessão Dupla», poderiam tê-lo colocado em primeiro lugar, em vez de um *filme* completamente desconhecido.

Com dois filmes menores, termina o «ciclo Mastroianni» iniciado pela RTP, sem anúncio prévio, a semana passada

«de luxo», interminável (Ver Ficha Técnica) para um filme que deixou algo a desejar.

■ Correia
da Fonseca

Quando ontem é hoje

Não decerto para comemorar o aniversário do «Avante!», mas sem dúvida por uma feliz coincidência, dois canais portugueses de TV transmitiram no passado sábado, ao fim da noite, dois notáveis filmes em que era abordada a situação da classe operária. Na TV2, na rubrica «O filme da minha vida» e escolhido pelo escritor Mário de Carvalho, foi o «Ladrões de Bicicletas», de De Sica, realizado no quase imediato após-guerra. Na TVI, seleccionado por Lauro António, foi o bem mais recente «Germinal», de Claude Berri, segundo o romance que Zola publicou em 1885.

Melhor teria sido, sem dúvida, que as transmissões de ambos os filmes não tivessem sido parcialmente simultâneas, o que teria permitido que o espectador desmunido de videogravadores tivesse acesso a cada um deles. Ainda assim, porém, a abordagem em dois canais, embora através de filmes do cinema comercial, de um tema raramente tratado na televisão portuguesa marca o serão do passado dia 15 com um sinal de excepcionalidade, mesmo que involuntária.

Roubar a bicicleta

Bem se sabe, é claro, que a classe operária e o sector mineiro que Zola fixou nas páginas do seu romance são realidades de há mais de um século, pelo que é legítimo supor a sua total desactualidade. Quanto a «Ladrões de Bicicletas», a acção decorre num tempo não só já distante mas também muito peculiar: a guerra terminada apenas três anos antes, a ainda muito viva esperança de que sociedades mais justas poderiam estar ao alcance da mão. Contudo, a distância temporal e circunstancial não inutilizou qualquer coisa capaz de surpreender: uma actualidade muito significativa, capaz até de ser fundamental. A ela, muito mais que a aspectos de historicidade ou a algum revivalismo sentimental, deve-se a importância deste serão televisivo. Tal como se deve a justificação da referência a dois filmes numa página consagrada ao que acontece na TV. É que a diferença entre ir ver um filme a uma sala de cinema, com todo o carácter de assumida participação num acto social que tal ida implica, e ser-se visitado por esse mesmo filme no quadro da intimidade doméstica e no interior de uma programação que em princípio está a pô-los em permanente contacto com a actualidade, não

se limita, como é óbvio, ao tamanho da imagem e ao grau de disponibilidade de quem olha. Aqueles dois filmes, decerto por acaso coincidentes na mesma noite, vieram lembrar a muitos, inevitavelmente, que a classe operária existe, por muito que as TV's pareçam não o querer reconhecer. Existe, não como no romance de 1885, não talvez também como no filme de 1948, mas identificável na sua circunstância por traços que a marcam decisivamente, que se mantiveram ao longo de mais de um século e que até, sinistramente, ter-se-ão agravado nos últimos anos.

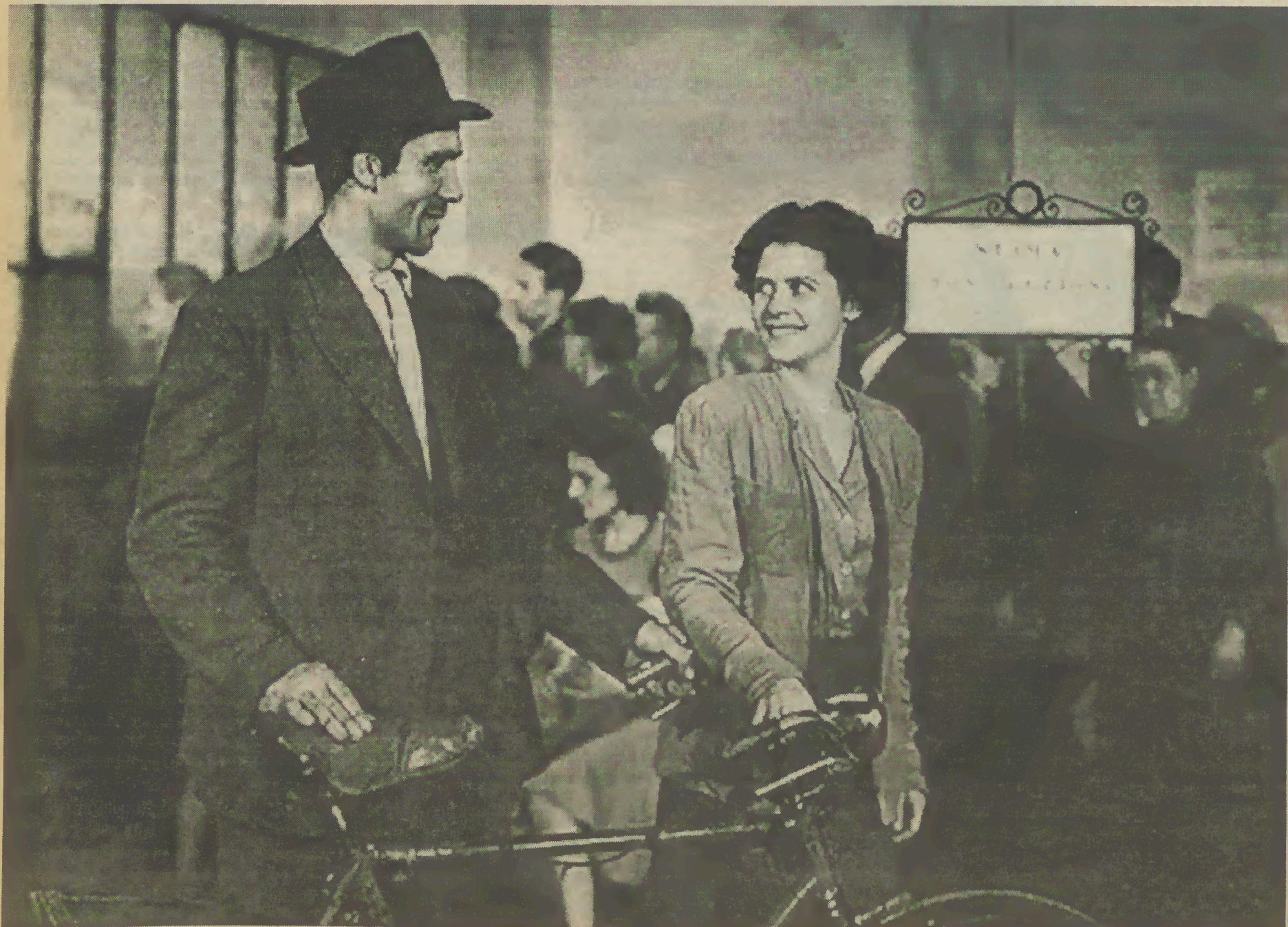
Em «Ladrões de Bicicletas», a questão suscitada é a do desemprego, da busca ávida e sempre um pouco desesperada de um posto de trabalho que virá salvar o trabalhador do naufrágio social e psicológico. É certo que o filme está longe de se condensar apenas neste problema, e Mário de Carvalho fez questão de o sublinhar, situando até o seu relacionamento com o filme muito mais no plano afectivo que no ideológico ou, talvez melhor ainda, no inextricável entrelaçamento de várias raízes (ao narrar como foi o seu pai quem o levou, quando ainda menino, a ver pela primeira vez o filme no velho cinema Condes, o escritor deixou-nos entrever, num pormenor que senti comovente, um aspecto exemplar dessa relação). Mas não apenas a situação de desemprego é como que o motor de arranque de todo o desenvolvimento narrativo subsequente como é ela que hoje mais exuberantemente evidencia a actualidade do filme. Há nele, sem dúvida, muitos outros elementos e, digamos, outros temas, mas se um título tem alguma relevância numa obra de arte cuidada, «Ladrões de Bicicletas» tem de ser um factor de orientação para o essencial; quer denuncie os que roubam aos trabalhadores imprescindíveis instrumentos de trabalho quer ainda aos trabalhadores em situação de angústia que se deixam tentar por uma infracção que lhes permitirá conservar o emprego em risco, é uma questão de trabalho, de emprego, que está em causa. E não é decerto por acaso que *ladri*, ladrões, é um plural. Hoje, quase meio século depois, vale perguntar quantas bicicletas (em sentido simbólico, já se vê) estão a ser roubadas aos trabalhadores. Ou, se se quiser, quantos são visitados pela tentação de se apoderarem de uma bicicleta alheia no desespero de não perderem um posto de trabalho em mercado não decerto mais fácil que o da Itália ainda recém-saída do fascismo.

Modernidade é alcunha

Em «Germinal», no de Claude Berri como no de Zola, a actualidade de certos traços determinantes é ainda mais flagrante e mais esclarecedora. Do livro para cá mudámos de século, estamos à beira de nova mudança idêntica no calendário. E, contudo, vendo o filme no passado sábado, dir-se-ia que mudaram o vestuário e o cenário urbano, os transportes e a iluminação, que até aconteceu ter mudado radicalmente e no sentido da extinção o sector industrial onde a narração decorre, mas que se mantém praticamente inalterado o mais característico, o asfíxiante clima de opressão laboral e social exercida pelo patronato sobre quem trabalha; pressão impiedosa sobre os salários, autocracia que irrompe largamente pelos terrenos da crueldade, aversão odienta pela solidariedade sindical e até pelos menores indícios de companheirismo, recurso à repressão armada e violenta quando se agudizam os conflitos que o próprio patronato provoca. Ali ficou bem demonstrado que a situação agora dominante, depois de sustado o ímpeto progressivo que se seguiu à Segunda Guerra Mundial e após o surto retrógrado do neoliberalismo, pouco difere, quanto a aspectos verdadeiramente característicos, do da segunda metade do século XIX. Modernidade é só alcunha.

E até as pressões da concorrência como pretexto para a sobreexploração operária, argumento agora tão invocado ao abrigo da chamada globalização da economia, já está ali, no «Germinal». Dir-se-ia que à máquina do capitalismo falta, além da humanidade e dos escrúpulos (a cuja ausência chama, eufemisticamente, pragmatismo), também imaginação.

Esta actualidade de ambos os filmes ilumina, por um lado, o sentido involuntariamente conferido, mas real, da sua transmissão pela TV e, por outro lado, a gravíssima omissão da televisão sobre aspectos concretos e fundamentais da vida actual que ela, a TV, supostamente deveria registar e testemunhar. Que seja preciso que venham dois velhos filmes lembrar-nos que o mundo laboral está remetido para situações de quase arcaísmo histórico recuperadas ao abrigo de hipócritas invocações de progresso económico, é sintomático. Que em dois antigos retratos da vida quotidiana possamos descobrir, nítidos, os traços do rosto de hoje, é perturbante, talvez alarmante. Bom será que, pelo menos para os de olhos mais lúcidos, seja também mobilizador.



ATALHE DE FOICE

A segunda opinião do nosso Primeiro

Em entrevista à Rádio Renascença, o Primeiro-Ministro António Guterres resolveu dar a sua opinião pessoal sobre a revisão da Lei do Aborto, afirmando que, se fosse deputado, votaria contra ambos os projectos de revisão que hoje sobem a plenário na Assembleia da República, o do PCP e o da JS. Acontecem aqui várias coisas.

Uma, a de que António Guterres não é deputado, mas Primeiro-Ministro, pelo que a sua opinião de hipotético parlamentar se torna, presuntivamente, na posição efectiva do Primeiro-Ministro.

Outra, a de que tomando posição como Primeiro-Ministro, não devia fingir que estava a dar uma opinião pessoal.

Um governante não tem opiniões pessoais, pelo simples facto de que uma opinião de governante vê-se sempre, e na decorrência, acrescentada pelo peso específico do cargo que lhe confere carácter oficioso independentemente da sua qualidade ou valia.

Naturalmente que um homem inteligente e político experimentado como António Guterres não ignora nada disto, pelo que esta sua confissão antiaborto à Rádio Nascença quis ser o que foi - uma tomada de posição institucional sobre o assunto - mascarando ser o que não era - uma inconsequente opinião pessoal.

Mas há uma terceira coisa.

O Primeiro-Ministro António Guterres, ao afirmar-se pessoalmente contra o aborto, afirmou-se também contra si próprio, ou pelo menos contra a opinião que ele próprio manifestou por duas vezes sobre o assunto: quando, em 1982 e como deputado do PS, votou a favor do Projecto de Lei do PCP que propunha legislação sobre a matéria e quando, em 1984, votou legislação semelhante proposta pelo PS, que se transformaria na Lei até hoje em vigor, com os votos conjuntos do PCP e do PS.

Seria de esperar que António Guterres ao menos assumisse o óbvio, nesta sua pulsão de opinar o que lhe vai na alma, e que consistiria na assunção de que tinha mudado de pensamento sobre o assunto.

Mas não. Ao ver-se confrontado com a flagrante contradição da sua atitude para com o aborto, o Primeiro-Ministro António Guterres titubeou a incoerência de «não se lembrar como tinha votado, após tantos anos».

Um Primeiro-Ministro meter os pés pelas mãos quando se fala do PIB, como já fez António Guterres, é politicamente grave mas humanamente compreensível. A ignorância cobra geralmente juros perversos aos incautos que a exibem.

Um Primeiro-Ministro anatemizar uma questão política com o azorrague moral dum opinião ainda por cima zigzagueante, é feio e muito triste. Sobretudo quando o seu autor tem uma carreira política reivindicadamente assente na fortaleza dos princípios.

Perante isto, será bom recordar a António Guterres que não é por acaso que se diz que as opiniões «valem o que valem».

Uma «segunda opinião» sobre uma doença, vale como empenho na saúde de alguém.

Se for um médico a dá-la, tem o acrescentado prestígio do esforço profissional.

Uma segunda opinião sobre matéria de princípio, vale a desconfiança de todos os que a ouvem.

Se for um Primeiro-Ministro a dá-la, tem o acrescentado desprestígio do próprio cargo - que, aliás, não existe para dar opiniões privadas mas para governar os interesses públicos.

■ HC

ÚLTIMAS

Revisão Constitucional Os graves negócios PS/PSD

Ao princípio da tarde de ontem, em conferência de imprensa realizada já sob o fecho da nossa edição, Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, proferiu uma declaração sobre a revisão constitucional em que considerou «muito grave» a actual situação decorrente das negociações entre o PS e o PSD, «negociações de bastidores» que em sua opinião marginalizam a Assembleia da República e a Comissão Eventual da Revisão Constitucional.

É o seguinte o texto da declaração lida por Luís Sá:

1. A situação decorrente das presentes negociações entre o PS e o PSD em matéria de revisão constitucional configura-se como muito grave. Com efeito, há dois meses e meio que os trabalhos normais da Comissão Eventual de Revisão Constitucional (CERC) foram substituídos por negociações de bastidores entre o PS e o PSD. Este facto é tanto mais de sublinhar quanto o PS havia declarado que não se repetiria o procedimento de anteriores revisões constitucionais de negociar e subscrever acordos separados com o PSD, com marginalização da Assembleia da República e da CERC e que transformaram estas em meras «conservatórias de registo» de contratos estabelecidos no exterior, com subalternização do parlamento e dos deputados.

O próprio decurso dos trabalhos da CERC na chamada «primeira leitura» provou que é possível analisar e debater com pormenor e rigor todas as propostas, estabelecer maiorias ou verificar que estas não existem, sempre com a participação de todos os partidos, deputados e grupos parlamentares interessados. As presentes negociações, pelo contrário, vêm contribuir para o desprestígio da instituição parlamentar e degradam o estatuto e situação do deputado.

A presente situação é tão deplorável e aberrante que só se pode compreender no quadro de um vasto acordo e convergência do PS com o PSD, de contornos ainda indeterminados, de que poderá resultar o empobrecimento dos direitos fundamentais e a degradação do sistema político democrático.

2. No quadro da gravidade da presente situação é de registar a ausência dos deputados do PS à reunião da CERC ontem realizada, em que foi recebida uma delegação da CGTP-IN, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e de cuja Ordem de Trabalhos constava também um ponto de «informações». Estas ficaram, por isso, a cargo do PSD. Assim, foi possível ouvir uma extensa lista de pontos que o PSD colocou na mesa das negociações, com referência a várias questões que na «primeira leitura» o PS considerou como de aceitação impossível.

3. Tendo em conta as notícias que aparecem referidas em vários órgãos de comunicação social sobre os resultados das negociações, o PCP considera oportuno alterar e pronunciar-se sobre seis questões fundamentais:

a) Mantém inteira actualidade a advertência do PCP de que uma convergência do PS e do PSD no sentido de alterações ao sistema eleitoral para a AR, em torno, nomeadamente da criação de círculos uninominais, representaria um sério perigo de ofensa, de forma directa ou indirecta ao princípio da proporcionalidade, facilitando que o «Bloco Central» pudessem eleger mais deputados com menos votos.

O PCP recorda que foi há quase 3 anos que o Secretário-Geral do PS apresentou as propostas de uma alegada «reforma de sistema político», e designadamente da criação de círculos uninominais, e que, apesar dos numerosos desafios nesse sentido, feitos pelo PCP, nunca até hoje o PS foi capaz de explicar de forma concreta e consciente qual o novo sistema eleitoral que propõe e sobretudo como é que se garantiria que a criação de círculos uninominais se faria sem ofensa da proporcionalidade na conversão de votos em mandatos.

b) Foi amplamente demonstrado na segunda revisão constitucional, incluindo por constitucionalistas e deputados que estão na área do PS, que a redução do número de deputados não visa qualquer racionalização dos trabalhos parlamentares mas sim a radical redução do alcance da representação proporcional, para prejudicar o PCP e outros partidos com menor número de deputados. Ficou também demonstrado que o número de deputados por habitante era superior ao caso português em muitos países do mundo. É unânime a opinião, por outro lado, que os círculos eleitorais de menor dimensão afectam e excluem mesmo a proporcionalidade. Por isso, um eventual acordo para reduzir o número de deputados, sobretudo com os actuais círculos eleitorais ou outros mais diminutos representará um novo golpe na equidade do sistema eleitoral, afectando a proporcionalidade a um ponto que poderá colocar em causa o respeito pela representação proporcional como um limite material de revisão constitucional. O PCP lembra que a redução de 250 para 230 deputados, operada na revisão de 1989, teve como principal consequência que o PCP e a CDU foram os mais penalizados e prejudicados uma vez que, só por efeito directo desta redução, perderam 16% da sua representação parlamentar enquanto o PS só perdeu 8% e o PSD só perdeu 6%.

Por detrás de quaisquer declarações apresentadas como justificativas de um tal acordo só estão mesquinhos cálculos eleitoralistas e a aversão ao pluralismo e equidade na representação das várias correntes de opinião.

c) A consagração dos direitos dos trabalhadores e dos direitos económicos, sociais e culturais como parte integrante dos direitos fundamentais e o papel do Estado e do sector público na sua garantia constitui parte inte-

grante e fundamental da Constituição e um dos aspectos que mais claramente atesta o seu carácter moderno e avançado. O PCP opõe-se clara e firmemente aos «negócios com base na supressão ou restrição do controlo de gestão e dos outros direitos dos trabalhadores, dos direitos económicos, sociais e culturais. Opõe-se igualmente à limitação da consagração do papel do Estado na sua garantia como moeda de troca nas negociações.

d) O PCP tem lutado constantemente pelos direitos dos emigrantes e por uma política de desenvolvimento que ponha termo a este fenómeno. Considera, no entanto, que o voto dos emigrantes se deve manter nos termos actuais, por razões relacionadas com a falta de liberdade e de fiscalização em muitos pontos do mundo, pelas características da própria lei da nacionalidade e pela falta de credibilidade das instituições que poderia resultar da determinação dos resultados das eleições pelo voto em tais condições. Atendendo a estes factos, os deputados pela emigração são apenas quatro em 230 e o PS, os seus dirigentes e o anterior Presidente da República, bem como o actual Presidente da Assembleia da República, sempre se manifestaram veementemente contra o voto dos emigrantes nas presidenciais e no referendo. Por isso, a alteração do regime constitucional nesta matéria só se pode configurar como mais uma cedência ao PSD e mais uma abdicação, uma após outra, das posições do PS.

e) A alteração do sistema de governo, afectando os poderes do Presidente da República e consagrando a chamada moção de censura construtiva, corresponderia a agravar uma situação que, na prática, seria de uma cada vez maior concentração de poderes no Primeiro-Ministro, com esvaziamento de outros órgãos de soberania. Tais alterações não se traduziriam num suposto acréscimo de «governabilidade» (que não é um problema do actual sistema), mas sim da adopção de uma

medida de interesse exclusivamente do partido maioritário, com subalternização das restantes componentes do sistema partidário e criação de dificuldades artificiais à criação de alternativas em caso de necessidade.

f) A eleição directa e por representação proporcional das câmaras municipais tem sido uma contribuição importante para a democraticidade e realizações de muitos municípios portugueses. Quer o PS, quer o PSD, procuraram colocá-las em causa, o primeiro pondo termo à eleição directa das câmaras e substituindo-a por uma «eleição» pela Assembleia Municipal para o que bastaria apenas um terço dos votos e o segundo querendo transformar as maiorias relativas de votos em maiorias absolutas de mandatos, com prejuízo para a proporcionalidade, a democracia e o respeito pela vontade popular. Na «primeira leitura» parecia afastada a possibilidade de acordo entre os dois partidos. Como o PSD volta a afirmar que a questão está na mesa das negociações, o PCP entende oportuno reafirmar a sua firme oposição a tais alterações e a completa falta de justificação destas com pretextos como a «governabilidade». Também aí as propostas e o eventual entendimento só resultam de mesquinhos cálculos partidários.

4. Na presente situação é igualmente oportuno lembrar outros acordos negativos anteriores do PS e PSD, já no quadro da presente revisão constitucional, designadamente para inviabilizar o referendo sobre a moeda única; para diminuir, limitar ou mesmo esvaziar o sentido e o alcance político do referendo sobre a revisão do Tratado de União Europeia; e para travar ou dificultar o processo de regionalização e que têm merecido igualmente a denúncia e o combate do PCP.

5. Foi anunciado ontem na CERC pelo PSD que dentro de dez dias estarão concluídas as negociações entre o PS e o PSD. O PCP chama a atenção para o significado político de um eventual acordo e anuncia que se empenhará com todas as suas forças na defesa da Constituição e do regime democrático.

Álvaro Cunhal no Porto e em Bragança



Das componentes do valor estético e seu valor na sociedade

Convite

O Instituto Politécnico de Bragança tem a honra de convidar V. Ex.ª para assistir à conferência proferida pelo Dr. Álvaro Cunhal, no dia 20 de Fevereiro de 1997, pelas 21 horas, no auditório principal da Escola Superior Agrária de Bragança.

Por iniciativa do Instituto Politécnico de Bragança, realiza-se no próximo dia 20 de Fevereiro, pelas 21 horas, no auditório principal da Escola Superior Agrária de Bragança, uma conferência proferida por Álvaro Cunhal - «Das componentes do valor estético e seu valor na sociedade».

Dia 21, no Porto, pelas 21h30, Álvaro Cunhal estará presente na Árvore, por iniciativa desta colectividade, para uma conferência sobre «Arte - valor humano, valor social».

